



Caderno Millenium Entrevistas 2023.1

Agustín Etchebarne
Alexandre Schwartzman
Ana Carla Abrão
Anthony Ling
Camila Rioja
Carlos Gustavo Poggio

Eduardo Dargent
Fábio Ono
Laura Müller Machado
Leandro Narloch
Luciana Fonseca
Marian Tupy

Marcos Mendes
Martha Mayer
Padre Robert Sirico
Rafaela Vitória
Regina Pacheco
Reginaldo Nogueira

Ricardo Paes de Barros
Thiago Camargo
Vanessa Rahal Canado
Wagner Lenhart
Washington Fajardo

Cabeçalho

Título da Publicação: Caderno de Entrevistas Millenium 2023.1

Autor(es): Instituto Millenium

Data de Publicação: 10 de setembro de 2023

Informações Básicas

Edição: 1ª edição

Idioma: Português

Número de Páginas: 136

Formato: Impresso e versão PDF

Conteúdo

Resumo: Consolidação das 25 entrevistas realizadas pelo Instituto Millenium no período de janeiro a agosto de 2023.

Palavras-chave: Brasil, Economia, Agilidade Institucional, Democracia, Tecnologias, Futuro, Desafios

Detalhes Técnicos

Software Utilizado: Illustration

Contribuidores: Caio Santos - Designer

Direitos Autorais

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nd/4.0/). A reutilização é permitida desde que a fonte original seja devidamente citada.

**Contato**

Endereço para Correspondência: Alameda Santos, 2356, 8º andar, Jardim Paulista, São Paulo - SP, CEP: 01419-002

Website: institutomillenium.org.br

E-mail de contato: secretaria@institutomillenium.org.br



O Instituto Millenium tem o orgulho de apresentar 25 entrevistas dos primeiros oito meses de 2023, oferecendo um mergulho profundo nos desafios e oportunidades mais prementes do Brasil. Estes diálogos abordam seis áreas vitais: Agilidade Institucional, Crescimento Econômico, Futuro das Cidades, Mobilidade Social, Tecnologias Emergentes e Progresso Ambiental.

Com contribuições de estimados líderes de pensamento brasileiros e notáveis figuras internacionais, trazemos um mosaico de insights diversificados. Entre os participantes estão Agustín Etchebarne, Alexandre Schwartzman, Ana Carla Abrão, Anthony Ling, Camila Rioja, Carlos Gustavo Poggio, Eduardo Dargent, Fábio Ono, Laura Müller Machado, Leandro Narloch, Luciana Fonseca, Marcos Mendes, Marian Tupy, Martha Mayer, Rafaela Vitória, Regina Pacheco, Reginaldo Nogueira, Ricardo Paes de Barros, Robert Sirico, Thiago Camargo, Vanessa Rahal Canado, Wagner Lenhart e Washington Fajardo.

Com a entrega deste material, nosso Instituto amplifica novas vozes e se posiciona como uma plataforma catalisadora para o intercâmbio de ideias criativas e soluções inovadoras.

O Millenium não é apenas uma plataforma para opiniões de especialistas. É um catalisador destinado a moldar o cenário público do Brasil com ideias transformadoras e insights acionáveis. O escopo e a profundidade dessas entrevistas buscam atingir acadêmicos e formuladores de políticas, mas também para pioneiros empresariais e a sociedade civil engajada. Nossa intenção é impulsionar mudanças concretas ao incitar debates informados e estimular ações reais para o futuro de um Brasil mais livre, próspero e justo.



Diogo Costa
Diretor Executivo

Equipe

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

Presidente do Conselho de Governança

Diogo Costa

Diretor Executivo

Priscila Chammas

Gerente de Conteúdo e Redes Sociais - Responsável pela realização das entrevistas

Rafael Leite

Research Fellow - Responsável pela realização das entrevistas

Débora Nunes dos Santos

Gerente de Operações

Caio Santos

Designer - Responsável pelo projeto gráfico de identificação

Nayara Regina Lima

Coordenadora Administrativa-financeira



Sumário

As sinalizações, incentivos e implicações do pacote econômico do governo. <i>Reginaldo Nogueira</i>	07
Privatização e concessão de portos: seus impactos e expectativas. <i>Fábio Ono</i>	13
As motivações e riscos dos financiamentos do BNDES no exterior. <i>Alexandre Schwartzman</i>	18
Regulações trabalhistas em aplicativos de transporte e entregas. <i>Thiago Camargo</i>	21
Áreas de Revitalização Econômica: Como a gestão privada pode melhorar espaços públicos. <i>Washington Fajardo</i>	25
A superabundância no mundo. <i>Marian Tupy</i>	33
‘Inverno cripto’ como uma oportunidade de construir. <i>Camila Rioja</i>	39
Livre mercado e princípios religiosos. <i>Padre Robert Sirico</i>	44
Cidades têm chance de corrigir distorções em planos diretores. <i>Anthony Ling</i>	51
O cidadão como protagonista da cidade. <i>Luciana Fonseca</i>	57
Queda da desigualdade foi pequena, diante do montante investido. <i>Laura Müller Machado</i>	63
Novo marco fiscal será pouco efetivo. <i>Marcos Mendes</i>	67
As diretrizes da reforma tributária. <i>Alexandre Schwartzman</i>	71

Sumário

Estagnação pode levar ao fracasso. Promover mudanças é uma necessidade urgente. <i>Wagner Lenhart</i>	75
Os impactos da reforma tributária na produtividade e inovação no Brasil. <i>Vanessa Rahal Canado</i>	80
Desafios da Liberdade de Expressão: Fake News, Censura e Proteção a Minorias. <i>Leandro Narloch</i>	84
Reforma Tributária trará ganho duradouro, mesmo com desafio inicial. <i>Rafaela Vitória</i>	91
Diversificar as formas de contratação de pessoal geraria benefícios a curto, médio e longo prazos. <i>Regina Pacheco</i>	96
Autonomia e capacidade estatística são inseparáveis. <i>Eduardo Dargent</i>	100
A cultura organizacional é um componente crucial para a autonomia do IBGE. <i>Martha Mayer</i>	106
O fenômeno Milei: meteórico e desorganizado. <i>Agustín Etchebarne</i>	110
Desempenho e ‘Penduricalhos’: as alavancas para a Reforma Administrativa. <i>Ana Carla Abrão</i>	115
Cúpula dos BRICS: O Brasil não precisa aderir apenas a um ou outro bloco. <i>Carlos Gustavo Poggio</i>	120
Arcabouço é inconsistente e incapaz de garantir estabilidade fiscal. <i>Marcos Mendes</i>	125
Nosso problema educacional é conseguir aprender com os próprios exemplos. <i>Ricardo Paes de Barros</i>	130

As sinalizações, incentivos e implicações do pacote econômico do governo

Em janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou algumas medidas econômicas para equilibrar as contas públicas. Totalmente ancorado no aumento de receitas, o pacote inclui – entre outras medidas – a renegociação de dívidas tributárias e a polêmica retomada do voto de qualidade. Para entender o contexto, entrevistamos o economista Ph.D Reginaldo Nogueira.

Reginaldo Nogueira

Reginaldo Nogueira é Ph.D. em Economia pela University of Kent, Reino Unido. É Professor e Diretor Geral do Ibmec.

Publicada em 19/01/2023



Instituto Millenium

As medidas apresentadas pelo Ministério da Fazenda estão ancoradas majoritariamente no aumento de receitas, apesar da alta carga tributária para um país em desenvolvimento. Como você avalia essa direção?

Reginaldo Nogueira

O pacote anunciado por Haddad precisa ser visto inicialmente no contexto do início do governo Lula. Nós temos um governo Bolsonaro, que encerrou o ano de 2022 com o superávit primário um pouco acima de 1% do PIB. Mas, durante o processo de transição, começou a ser discutida a PEC da Transição, que inicialmente deveria conseguir recursos próximos a R\$ 60 bilhões acima do teto do limite dos gastos, para manter o Auxílio Brasil de R\$ 600, que era uma promessa de ambas as campanhas. O problema é que, durante o processo de negociação de transição, o que deveria ser efetivamente uma PEC de Transição se tornou uma PEC que invalidava o teto dos gastos e acabava com o arcabouço fiscal que havia sido construído pelo governo Temer.

Então, nós terminamos com um pacote de PEC que flutua entre um piso de R\$145 bilhões e um teto de quase R\$190 bilhões de gastos adicionais no ano de 2023. Isso significa que, de largada, a política fiscal do novo governo Lula transformou o superávit primário herdado, de 1% do PIB, num déficit que, com algumas previsões até sobre crescimento de receita, inflação, despesas obrigatórias e discricionárias, deve chegar a mais de 2% do PIB.

Então, isso foi obviamente visto pelo mercado como um sinal muito forte de irresponsabilidade fiscal. No meio de uma crise internacional e de uma situação de dívida bruta nacional muito alta, nós temos aí um impulso fiscal, para todos os efeitos, de quase 3% do PIB.

A partir desse momento, o governo começou a trabalhar como poderia, oferecer algumas alternativas de pelo menos controlar parte desse aumento do gasto e o efeito disso sobre a dívida pública. E, claramente, essa decisão foi feita pelo lado da receita, dado que havia, desde o momento da discussão da PEC do teto dos gastos, uma demonstração clara de que há uma prioridade pelo aumento dos gastos.

Nesse sentido, a vantagem do pacote é que ele mostra pelo menos que o governo entende que o problema da dívida pública é grave e que os aumentos de gastos que foram apresentados nesse primeiro momento são insustentáveis e precisam ser compensados de alguma maneira.

O lado ruim é que, obviamente, está claro que isso será integralmente feito pelo lado da receita.

Do ponto de vista da teoria econômica, nós temos vários estudos que mostram que infelizmente ajustes fiscais feitos pelo lado da receita tendem a ser mais fracos, mais passageiros e de maneira que teriam efeitos menos permanentes. Mas de qualquer forma, é isso que temos no momento. Pelo menos há uma preocupação com relação ao controle do endividamento público.

Instituto Millenium

Dentro da lógica de aumentar arrecadação, o governo está apostando pesado na recuperação de créditos tributários para reequilibrar as contas. É um caminho sustentável no médio e longo prazo?

Reginaldo Nogueira

O programa de recuperação de créditos tributários é basicamente um Refis. É uma medida historicamente usada no Brasil, não apenas pelo Governo Federal, mas também por governos locais.

É uma maneira de conseguir uma arrecadação extra e ajudar em situações pontuais, mas, obviamente, com o efeito negativo de longo prazo, que gera incentivos negativos com relação ao pagamento de tributos e de negociações.

Um problema é o de inconsistência intertemporal. No curto prazo, o melhor é sempre dizer que não haverá negociação, que as pessoas devem pagar seus tributos em dia, que caso contrário elas serão processadas e vão ter todo tipo de dificuldades.

Mas, uma vez que há um desequilíbrio fiscal, essa política de prezar pelo incentivo do pagamento em dívida desaparece. Há um incentivo pro governo para uma negociação de facilidades, como forma de trazer receita.

Os contribuintes têm um incentivo... à medida que isso se torna recorrente, eles aprendem, de certa maneira, que isso é uma possibilidade, e isso gera dificuldades ao longo do tempo de manutenção da qualidade da arrecadação e das negociações tributárias. Mas eu já imaginava que, dada a situação fiscal, algo nessa direção apareceria. E é uma maneira relativamente simples de se conseguir receita adicional no curto prazo.

Instituto Millenium

Uma das propostas para recuperação fiscal inclui o desconto de até 50% no total da dívida, e parcelamento de até 12 vezes para pessoas físicas, micro e pequenas empresas que estejam inadimplentes com os tributos. Quais os incentivos gerados por esse tipo de medida?

Reginaldo Nogueira

É um pacote que gera um incentivo de negociação.

Com certeza, isso terá um efeito sobre aumento de arrecadação... isso gera um efeito positivo do ponto de vista do contribuinte, pois várias pessoas que estão com certidão negativa, em dívida, conseguirão equilibrar suas contas, limpar seus nomes, estarem novamente aptos a participar de toda a sorte de atividade econômica.

Porém, o desincentivo é de longo prazo. Como eu disse, é um problema de inconsistência intertemporal de políticas, a partir do momento em que, de um lado, o governo sempre quer dizer para as pessoas que a melhor política é que os tributos sejam pagos em dia ou negociados, caso contrário haverá todo tipo de dificuldades pro contribuinte.

Mas, uma vez que a pessoa deixou de pagar, e a dívida se acumula, o Governo tem necessidade de um aumento de arrecadação. Então, a melhor política para o governo vira outra, se torna uma negociação, se torna um Refis, um novo Refis.

E isso acaba se arrastando. É um pouco do histórico brasileiro. Havia uma tentativa de acabar com esse tipo de movimentação, mas claramente isso é muito difícil.

Olhando pelo lado positivo, isso gera um aumento de receita, e ajuda alguns contribuintes a conseguirem agora equilibrar suas despesas, suas dívidas com o fisco e se tornarem novamente aptos, por exemplo, a vender pro setor público.

Instituto Millenium

Por outro lado, o fim do recurso de ofício para valores abaixo de R\$ 15 milhões, quando o contribuinte vence na primeira instância, pode ser uma boa medida para desafogar o CARF e, ao mesmo tempo, reduzir o peso do Estado nas costas do pagador de impostos?

Reginaldo Nogueira

Essa é uma medida que simplifica e que facilita. São pequenas despesas tributárias em que a redução do processo legal de cobrança e da exigência gera uma facilidade de negociação. E não só um alívio pro contribuinte, mas maior agilidade a todo o processo tributário nacional. Então eu acho que essa é uma medida que em geral tende a gerar efeitos microeconômicos positivos.

Instituto Millenium

Outra medida relacionada ao Carf é a retomada do voto de qualidade. Pode explicar o que isso significa e se é uma boa medida?

Reginaldo Nogueira

O voto de qualidade, ou o voto de desempate, é o seguinte: em uma discussão judicial entre o contribuinte e o Estado, caso haja empate, o que vale é a opinião do governo, a opinião do ente tributário. E com isso, o volume de arrecadação aumenta. Isso foi alterado durante o governo Bolsonaro, quando em casos de empate, a decisão passou a ser em prol do contribuinte. Agora o empate volta a favorecer o Governo.

Essa é uma questão totalmente política, e de decisão e de visão sobre quem você quer

defender. Se é o contribuinte ou se é o Estado. Se você quer favorecer o aumento da arrecadação ou se você quer favorecer a fluidez do processo de pagamento de impostos.

Eu acredito que, nesse caso, isso vai gerar aumento de arrecadação e é um tipo de política que diferentes governos, diferentes economistas, podem ter diferentes opiniões. De novo, se coloca aí em questão quem você acha que deveria ter o desempate em caso de dúvidas tributárias. Se seria então o cidadão contribuinte ou seria o Estado.

No curto prazo, o que a gente espera obviamente com relação a isso é que haverá sim um efeito de aumento de arrecadação.

Instituto Millenium

Muita gente está comparando o não aumento do salário mínimo nos níveis esperados com o reajuste dos salários federais a partir do aumento do teto do STF. Você concorda com as comparações, ou acredita que são assuntos diferentes?

Reginaldo Nogueira

Eu acredito que são assuntos diferentes, mas, de certa maneira, relacionados. É claro que não podemos cair no populismo de dizer que deve haver um relacionamento entre os salários de todos os servidores com o salário mínimo, ou salários de todo o Executivo e Legislativo.

Essa é uma discussão populista, muito rasa do problema. Por outro lado, ela está inter-relacionada ali, porque obviamente o aumento do salário mínimo tem efeito, por exemplo, sobre o gasto do INSS, sobre aposentadoria - tem um efeito todo sobre a economia e sobre geração de emprego - então ele tem um impacto importante. Mas o principal nesse momento é que, como passamos por um processo de discussão de ajustes, e de haver contratado o déficit público, a partir do momento em que você começa a mandar alguns sinais, a população pode ver aquilo como um indicativo de que as prioridades não estão alinhadas com as com as prioridades das pessoas.

Nesse sentido, por exemplo, vale lembrar que em 2020, durante a pandemia, foi aprovada a Lei Complementar 273, que congelou o salário do funcionalismo público e permitiu controlar uma parte do aumento do gasto quando era preciso aumentar enormemente o gasto assistencial no momento da pandemia.

Porque eu lembro isso? Porque aí nesse caso você está mandando um sinal pra população de que existe ali uma priorização e uma preocupação entre repartir o custo do ajuste. Nesse sentido é onde eu acho que essas conversas um pouco se aproximam. Mas, de novo, eu não acho que deveria haver uma regra entre vinculação de aumentos do salário mínimo aos aumentos dos servidores. Ela seria economicamente inviável, politicamente impossível de ser aprovada, e nem faria sentido, porque são efetivamente, em geral, funções diferentes, despesas diferentes, volumes financeiros diferentes.

Então eu acho que essa conversa só se aproximou agora exatamente por esse ponto de sinalização no momento de muita ansiedade na sociedade, no meio econômico a respeito de para onde vai o gasto público.

Privatização e concessão de portos: seus impactos e expectativas

Uma das formas encontradas para amenizar esse problema foi a privatização e concessão de portos, que promete dar maior agilidade e modernizar todo o sistema.

Gargalos de infraestrutura são um dos componentes do chamado Custo Brasil, ou seja, constituem um dos fatores que fazem o país perder competitividade perante o mercado internacional, além de encarecer produtos e serviços para a própria população. Uma das formas encontradas para amenizar esse problema foi a privatização e concessão de portos, que promete dar maior agilidade e modernizar todo o sistema.



Fábio Ono

Fábio Ono é economista e já foi subsecretário de planejamento da infraestrutura subnacional no Ministério da Economia. Atualmente, ele é diretor associado da Macroplan e líder em infraestrutura e projetos de investimento.

Publicada em 19/01/2023

Instituto Millenium

Quais são os principais benefícios e desafios das concessões e privatizações de portos?

Fabio Ono

É importante sempre ter em mente que uma das principais finalidades de ativos de infraestrutura, e com portos não é diferente, é oferecer serviços logísticos de qualidade, reduzindo custos operacionais e contribuindo para a competitividade das empresas instaladas no país. A questão central não é conceder ou privatizar portos, mas como atingir esses objetivos estratégicos, descritos inclusive no Plano Nacional de Logística. Nesse sentido, uma dimensão relevante é avaliar qual modelo melhor entrega tais resultados. De uma forma geral, o setor privado tem maior agilidade para investir e buscar soluções inovadoras que o setor público. Sendo assim, a atuação do setor privado no ramo portuário tem contribuído fortemente para ampliar a capacidade de movimentação de cargas e também trazido maior eficiência operacional. Alguns portos públicos têm perdido, ano após ano, competitividade para terminais privados, sobretudo pela menor agilidade em modernizar seus ativos. Dados disponíveis em painéis da Antaq (Agência nacional de transportes aquaviários) permitem atestar algumas dessas comparações.

Do ponto de vista da teoria econômica, nós temos vários estudos que mostram que infelizmente ajustes fiscais feitos pelo lado da receita tendem a ser mais fracos, mais passageiros e de maneira que teriam efeitos menos permanentes. Mas de qualquer forma, é isso que temos no momento. Pelo menos há uma preocupação com relação ao controle do endividamento público.

Instituto Millenium

Os gargalos de infraestrutura são um dos fatores que compõem o chamado Custo Brasil. O que melhorou nos portos privatizados, e qual o impacto disso para a economia do país?

Fabio Ono

Segundo estudo realizado pelo Ministério da Economia, ineficiências e altos custos logísticos absorvem cerca de 13% do PIB brasileiro, nos Estados Unidos esse custo representa de 6 a 7% do PIB e isto impacta a competitividade do Brasil, implicando no Custo Brasil. Em nosso país, a ampliação da participação do setor privado nos serviços portuários se deu pelo arrendamento de áreas públicas e investimentos em terminais de uso privado (TUP), que juntos contribuíram para a expansão da capacidade logística. Apenas em 2022, foram autorizados pelo governo federal R\$ 24,3 bilhões em investimentos em TUPs, um valor 96% superior ao ano anterior.

O único caso de desestatização de autoridade portuária foi o da Companhia de Docas do Espírito Santo (Codesa) realizada em setembro de 2022, e cujos resultados efetivos ainda não puderam ser plenamente observados. Ainda assim, em poucos meses o porto de Vitória já abriu um processo para exploração das áreas, algo que certamente demoraria

muito mais se conduzido pelo poder público. Com relação aos resultados, observa-se que não faltam informações nas bases de dados divulgadas pela Antaq. Porém, ter dados não significa necessariamente que os mesmos são transformados em conhecimento para análise e tomada de decisões. Há claramente uma oportunidade de se aprimorar no país a capacidade de inteligência e gestão de indicadores sobre o sistema portuário nacional para um monitoramento dos planos de desenvolvimento e zoneamento (PDZ) portuários e tomada de decisões estratégicas.

Instituto Millenium

Como está o Brasil em relação ao mundo na questão da infraestrutura e funcionamento dos portos? Isso era pior antes das privatizações?

Fabio Ono

De acordo com o Índice de Competitividade de 2019 do Fórum Econômico Mundial, o Brasil está em 71º (de 141) na classificação geral, mas em 78º no pilar infraestrutura e, dentre os indicadores que compõem este pilar, em 48º em “conectividade do transporte marítimo” e 104º em “eficiência dos serviços portuários”. Importante frisar que tem havido melhorias. Em 2012, o Brasil estava posicionado em 135ª no quesito qualidade da infraestrutura portuária. Esses números denotam a necessidade de aumentar a competitividade brasileira nesse setor e as oportunidades de avanço do Brasil em investimentos e modernização.

Sobre a privatização de portos, o movimento vem ocorrendo de forma gradual desde 1993 com a lei de Modernização dos Portos (8.630/93), aprimorada pela Lei 12.815/13, que incentivou o aumento da oferta de serviços portuários e retirou diversas barreiras que reduziam a oportunidade para implantação de terminais privados.

Instituto Millenium

É possível estabelecer alguma comparação qualitativa entre portos privatizados/concedidos e portos ainda administrados pelo Estado?

Fabio Ono

Como mencionei anteriormente, não há uma efetiva gestão por resultados e processos para análise e avaliação (tanto ex-ante, como ex-post) do sistema portuário. Ter a capacidade de responder, com base em evidências, quais são os resultados comparativos de eficiência entre os portos e terminais privados e aqueles ainda administrados pelo estado me parece ser algo estratégico para o desenvolvimento logístico nacional. A Macroplan tem atuado nos setores de concessões de saneamento, rodovias e aeroportos, e avaliamos como tais setores estão se organizando para entregar mais valor à sociedade, com planejamento, visão de longo prazo e eficiência. Acho que o mesmo deve acontecer no setor portuário. A questão

não é falta de dados, mas a capacidade de análise de resultados, e aqui estou falando em números além do investimento. Nesse caso, é inequívoco o estrangulamento de recursos do setor público para a realização de investimentos. Consequentemente, desenhar modelos que permitam parcerias e potencializem os investimentos do setor privado é fundamental para a competitividade do país, sem falar na geração de emprego e renda associados.

Há algumas evidências de que os portos privados sejam mais eficientes do que os administrados pelo setor público. Em alguma medida, isso decorre do fato que alguns terminais privados são especializados em poucos produtos, resultando em maior eficiência operacional. Todavia, não há dúvidas que portos privados estão submetidos a uma menor burocracia, o que lhes garante maior agilidade, dado que as regras do direito privado facilitam aditivos e negociações de arrendamento sem passar por processos licitatórios que podem se estender por anos. O mesmo se dá com a agilidade em investimentos em equipamentos mais modernos e soluções tecnológicas e inovadoras que já são realidade em diversos portos do mundo.

Instituto Millenium

Quais os modelos de privatização/ concessão utilizados para os portos brasileiros, e quais os fatores considerados na decisão entre qual modelo seguir em cada caso?

Fabio Ono

Há 3 principais modelos de participação de empresas privadas no setor portuário brasileiro.

O primeiro deles é o do arrendamento de áreas públicas ao setor privado, algo comum desde os anos 90. Em geral, tais processos têm ocorrido na eminência de fim de contratos de arrendamento anteriores e tende a ser renovado junto aos incumbentes. Segundo dados do Ministério da Infraestrutura, entre 2019 e 2022 os arrendamentos resultaram em investimentos da ordem de R\$ 6 bilhões.

O segundo modelo é o de terminais de uso privado, os chamados TUPs, que ocorrem pelo regime de autorização. Nesses casos, a instalação portuária não é concedida, mas autorizada ao setor privado pelo governo federal. Têm sido massivos os investimentos privados neste modelo. Como já mencionei, apenas em 2022, foram autorizados pelo governo federal R\$ 24,3 bilhões em investimentos em TUPs.

O terceiro modelo é o de concessão de porto público. O primeiro leilão de autoridade portuária ocorreu no ano passado, com a concessão da Codesa por 35 anos, e resultou em uma outorga inicial de R\$ 135 milhões e um compromisso de R\$ 850 milhões em investimentos.

É possível adaptar esses modelos com diferentes arranjos, por exemplo envolvendo a concessão de berços de atracação, de infraestrutura terrestre e mesmo canais de acesso, como é o caso dos debates envolvendo o Porto de Paranaguá.

Instituto Millenium

O novo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, sinalizou que deve dar um freio nas privatizações durante o seu mandato. Você acredita que essa incerteza pode gerar um freio nos investimentos ou algum outro possível impacto?

Fabio Ono

A pauta de investimentos em infraestrutura é de longo prazo, e os investidores qualificados têm costumeiramente uma visão de longo prazo. Os avanços regulatórios e os programas de parceria instituídos pelo governo federal (caso do PPI) e por diversos governos estaduais e mesmo municipais, sinalizam ao mercado que os modelos de parceria público-privadas devem ter continuidade no país. Como mencionei anteriormente, no caso do setor portuário, a questão central não me parece ser entre privatizar ou não, mas adotar modelos que resultem em investimentos e serviços logísticos eficientes e competitivos. Para isso, é preciso planejar e prever de onde virão os recursos necessários a tais investimentos.

As motivações e riscos dos financiamentos do BNDES no exterior

Um dos grandes temas da semana é a possibilidade, cada vez mais factível, de financiamento de obras em países vizinhos, por meio do BNDES. Haveria vantagens pro Brasil em tal empreendimento? Qual a agenda por trás disso?

Para entender melhor o assunto, entrevistamos o economista e consultor Alexandre Schwartzman. Ele questiona o fato de que essas mesmas obras poderiam ser financiadas no Brasil, e avalia que há risco de calote, com o Tesouro Nacional assumindo o prejuízo.

Alexandre Schwartzman

Alexandre Schwartzman é economista e consultor e já foi diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central.

Publicada em 26/01/2023



Instituto Millenium

Qual seria a vantagem para o Brasil em utilizar o BNDES para financiar obras em outros países? O governo fala em geração de empregos, em ajudar empresas brasileiras...

Alexandre Schwartzman

Para o Brasil mesmo não está claro, sendo generoso. Sim, isto ajuda empresas nacionais a terem a possibilidade de fazer tais obras em outros países. No entanto, nada impede que estas mesmas empresas façam obras por aqui, onde, diga-se de passagem, há carências enormes, por exemplo, na área de saneamento básico.

Recursos, mesmo os do BNDES, não são infinitos, embora alguns possam pensar o contrário. Como em todo problema econômico, trata-se de escolher prioridades. Não há razão para crer que o Brasil se beneficiaria mais ao financiar Vaca Muerta (que, aliás, se fosse tão bom assim veríamos uma fila de gente querendo participar do jogo) do que ao bancar saneamento.

Ambas as iniciativas ajudariam a gerar empregos (mais aqui do lá, note-se) e empresas nacionais. Não é justificativa para financiar obras em outros países.

Instituto Millenium

E qual seria a real agenda do governo em conceder esses empréstimos?

Alexandre Schwartzman

Eu me pergunto. Há, com um pouco de boa vontade de minha parte, uma agenda, digamos, “geopolítica”. Trata-se de aumentar o grau de influência do Brasil em outros países, muito embora eu não consiga fazer a menor ideia do motivo disso ser, a priori, bom para o país, ao menos em termos quantificáveis. Com um pouco menos de boa vontade, falamos de processos similares aos descritos por Malu Gaspar em “A Organização”.

Instituto Millenium

Essa semana, o BNDES divulgou nota oficial, afirmando que não há risco de calote desses países ao BNDES. O que você acha dessa tática?

Alexandre Schwartzman

Não só há, como já aconteceu. Cuba, por exemplo, apresentava pagamentos atrasados de US\$ 248 milhões no começo do ano passado, segundo matéria do Poder 360, de 29/01/2022. O que ocorre é que o risco de calote não é do BNDES, mas do Tesouro Nacional (a propósito,

acionista único do BNDES), por meio do Fundo Garantidor de Exportações (FGE). Aqui invoco de novo o Poder 360 (25/01/2023), que nota que “o FGE pagou US\$ 977 milhões em indenizações ao banco de fomento federal por prestações não pagas em países vizinhos”. Dito de outra forma, o risco não é do BNDES; é da Viúva, que controla o BNDES.

Isto dito, se a pergunta sobre tática se refere à afirmação do BNDES em nota oficial, eu diria ser temerária, à luz do que expliquei acima. Se diz respeito ao uso do FGE ao invés do BNDES como afetado pelo calote internacional, é equivalente a perguntar a alguém se quer pagar com o dinheiro que está no bolso direito, ou prefere o que está no bolso esquerdo.

Instituto Millenium

Como você tem analisado as primeiras interferências políticas nas questões econômicas do país?

Alexandre Schwartzman

São iniciativas ruins, basicamente fazendo caridade com chapéu alheio em troca de um “soft power” cujo benefício - se há - é virtualmente impossível de ser medido. Lembro de ouvir (presencialmente) o Lula há quase 20 anos se gabando do papel do Brasil no Haiti, segundo ele “quintal dos americanos”. Não é diferente hoje, seja a proposta de botar o BNDES na roda, seja com esta cretinice de moeda comum. Ranço anti-americano, apenas.

Instituto Millenium

Para você, qual deveria ser o papel do BNDES?

Alexandre Schwartzman

Idealmente? Ser fechado. Na impossibilidade de fazê-lo, atuar em áreas onde o mercado privado de crédito têm mais dificuldade, se bem que o BNDES também tem dificuldades, por exemplo, de ajudar pequenas empresas por falta de capilaridade. Deveria direcionar seu crédito à área social: saneamento e saúde.

Regulações trabalhistas em aplicativos de transporte e entregas

Regulação de aplicativos de transportes e entregas é um tema que, de tempos em tempos, volta à tona. Desta vez, o governo assumiu um discurso do ponto de vista trabalhista. Uma regulação nesse sentido é mais complexa do que pode parecer, à primeira vista, mexendo não apenas com as relações entre motoristas e aplicativos, mas também com o público consumidor.

Thiago Camargo

Thiago Camargo é advogado, mestre em Administração Pública, diretor da Prospectiva Consultoria e sócio do escritório ALE Advogados.

Publicada em 13/02/2023



Instituto Millenium

O governo tem falado muito em implementar algum tipo de regulação trabalhista a aplicativos de transporte, como o Uber. Qual a agenda por trás das falas?

Thiago Camargo

A regulação não seria só sobre aplicativos de transporte, mas de gig economy como um todo, já que muito provavelmente avançaria sobre outras plataformas, como as de entrega de comida. A agenda, inicialmente, é garantir cobertura previdenciária para as pessoas que trabalham nessas plataformas. No passado, as próprias plataformas, através de associações, negociaram com setores do congresso um projeto de lei para que houvesse partilha da contribuição previdenciária, mas o projeto depois não foi adiante. Entidades ligadas aos trabalhadores, aliás, foram contra a iniciativa. Lembrando que esse tipo de iniciativa promete benefício ao trabalhador e entrega benefício ao governo (aumento de contribuições previdenciárias), é bem provável que o governo siga adiante com a tentativa (assim como houve iniciativa de bastidores no governo passado).

Instituto Millenium

Quais os possíveis impactos de mudanças normativas para a) competitividade de mercado, b) disponibilidade de opções para consumidores e c) para a viabilidade econômica dos atuais motoristas?

Thiago Camargo

Ao aumentar a barra regulatória, é natural que haja diminuição de agentes de mercado e, com isso, haja diminuição de competidores e opções de escolha para consumidores. Além da possível saída de atuais participantes do mercado, aumento de regulação inibe a inovação e dificulta que novos entrantes participem do mercado. Por outro lado, a consolidação desses mercados tem sido um caminho natural, independente de iniciativas regulatórias. Tivemos recentemente a saída de grandes empresas do mercado no Brasil e em outros países (Uber Eats saindo do Brasil ou iFood saindo da Colômbia), e esses movimentos aconteceram mais por dificuldade da empresa em conseguir o market share necessário para lucratividade da atividade, e menos por questões regulatórias.

Do ponto de vista de viabilidade econômica para os atuais motoristas, tudo depende de como será feita a regulação. Se a cobertura previdenciária for dividida entre empresas e trabalhadores, isso pode causar um mal-estar com parte dos trabalhadores que não gostariam de ter que fazer essa contribuição previdenciária. Se a cobertura ficar somente por conta das empresas, é possível que as empresas repassem esse custo para os consumidores (aumentando os preços) ou para os próprios trabalhadores (aumentando a parcela do pagamento que fica com a plataforma). No caso de aplicativos de entrega de comida, é provável que as plataformas aumentem o percentual cobrado do restaurante para

a entrega, o que, por sua vez, deve incentivar os restaurantes a cobrarem preços maiores nas plataformas.

Instituto Millenium

Olhando para regulações que estão sendo feitas fora do Brasil, poderia citar exemplos - dos mais rígidos aos mais inovadores - e suas respectivas consequências?

Thiago Camargo

O que aconteceu de mais rígido em relação aos trabalhadores de aplicativos não veio necessariamente por iniciativa regulatória, mas por decisões judiciais, como no Reino Unido, com a decisão de reconhecer motoristas como empregados enquanto trabalham na plataforma. O que aconteceu de mais inovador em regulação de aplicativos de transporte não avançou sobre a questão trabalhista, mas foram as regulações para permitir que aplicativos de transporte e serviços tradicionais de táxi coexistissem. Nesse momento muitos países, especialmente na América Latina, discutem regulação da chamada gig economy. Projetos de Lei são discutidos, pelo menos, no Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia e Peru. É provável que exista regulação muito parecida nesses países.

É difícil saber quais são as consequências, pois o aumento de custos não é necessariamente ruim para as empresas, quando elas possuem grande poder de mercado. Se por um lado, pode, em um primeiro momento, impactar lucro e preço final, por outro lado pode aumentar a consolidação do mercado e dar ainda mais poder de mercado dessa empresa. Hoje o app de transporte X compete com o app Y, o app Z e os táxis. Se no futuro a consolidação chegar a um ponto em que só o app X sobreviva, ele vai competir só com serviço de táxi, então ele pode aumentar preços e tirar maior proveito da escassez de táxis em grandes eventos, por exemplo.

Instituto Millenium

Como você enxerga a relação de trabalho entre o motorista e o aplicativo? Qual seria uma boa política pública para o setor?

Thiago Camargo

Relação de trabalho é um tema legal e existem juristas estudando e dando seus pontos de vista sobre a existência ou não de vínculo trabalhista. O que mais me interessa é o ponto de satisfação. Estamos com uma das menores taxas de desemprego das últimas décadas e isso não acontece por expansão da ocupação, mas por retração da força de trabalho. Pode ser que as pessoas estejam procurando menos trabalhos formais (com carteira assinada) e procurando opções onde contem com menor proteção legal, mas com maiores ganhos. Eu

acho que a melhor política pública só pode ser construída com diálogo.

O diálogo precisa incluir empresas e trabalhadores, o que já impõe uma dificuldade, já que não há um modelo representativo confiável para saber quem fala em nome dos trabalhadores. Mas o melhor seria (e não sei se é possível alcançar): uma regulação que não impacte nas escolhas e no custo para o consumidor, ao mesmo tempo que garanta proteções para os trabalhadores dessas áreas. Talvez seja uma saída que os trabalhadores se constituam em MEI's. Teriam acesso a crédito, cobertura do INSS, pagariam menos impostos, por outro lado as obrigações burocráticas podem afastar algumas pessoas, então garantir o apoio ao cumprimento das obrigações burocráticas (e aí as plataformas poderiam contribuir bastante) seria um ponto chave para que mais trabalhadores se constituíssem em MEI.

Áreas de Revitalização Econômica: Como a gestão privada pode melhorar espaços públicos

Se você fosse comerciante em uma área decadente da cidade, aceitaria pagar um imposto extra para a revitalização desse espaço, e consequente atração de clientes para o seu negócio? E se esse excedente fosse administrado por uma associação privada, sem fins lucrativos, escolhida ou constituída pela própria comunidade de comerciantes locais? Esse modelo já existe há décadas pelo mundo, e é chamado de *Business Improvement Districts* (BIDs). Nesta entrevista para o Instituto Millenium, o arquiteto e urbanista, explica como funciona o modelo e quais os resultados onde ele foi aplicado. Também fala da viabilidade de implantá-lo no Brasil e da tentativa feita no Rio de Janeiro.



Washington Fajardo

Washington Fajardo é arquiteto e urbanista e já foi Secretário Municipal de Planejamento Urbano da cidade do Rio de Janeiro.

Publicada em 10/03/2023

Instituto Millenium

O que é o BID e onde ele já é utilizado?

Washington Fajardo

Os BIDs surgiram no final dos anos 70, no Canadá, e logo depois chegaram aos Estados Unidos. BID quer dizer “business improvement districts”. Na tradução para o português, “área de revitalização econômica”, ou ARE. O objetivo dos BIDs era conseguir melhorar o espaço público em áreas comerciais. E foi uma iniciativa comunitária.

Comerciantes se reuniram, diante da degradação do espaço público e, obviamente, da perda de clientes e de uma decadência econômica, e foram à prefeitura sugerir pagar uma cota extra de IPTU, mas com a condição de que essa cota extra fosse redirecionada para que, através de uma organização própria, eles pudessem complementar e melhorar os serviços públicos naquela rua.

Isso deu muito certo e virou um modelo que hoje está disseminado em toda América do Norte, Europa e - com variações sobre o tema -, também no México, na África do Sul, Oriente Médio e chegando na Ásia. Os BIDs mostram como o espaço público é decisivo para a qualidade de vida e para percepção positiva da população de um lugar. E eles mostram também como a alternância nos governos, nos poderes locais, acaba tendo impacto na qualidade dos serviços.

Os BIDs conseguiram obter uma estabilidade da oferta de conservação, de embelezamento, paisagismo, mobiliário urbano, além de realizar funções que mesmo uma prefeitura muito organizada tem dificuldade de fazer, como promoção urbana, ou marketing urbano. Todas essas estratégias de divulgação, promoção ou até mesmo de animação cultural, que do ponto de vista de uma gestão pública, são bastante trabalhosas, porque lidam com muitos detalhes, uma organização da sociedade civil consegue fazer com qualidade.

Os BIDs são sempre instituições sem fins lucrativos, organizadas por proprietários de imóveis em áreas comerciais. E são sempre os proprietários de imóveis comerciais que contribuem, pagando para o BID. Não existem modelos de BID com pagamento de imóveis residenciais. A lógica é que esses imóveis que têm um retorno econômico da sua localização, pela função de comércio de serviço, façam essa manutenção. E eles conseguem ter uma eficiência administrativa. Então é um aspecto muito simples, mas que nessa solução alcançou um resultado muito eficaz.

Por que pagar a cota extra no IPTU? Porque desta forma, isso não é um ato voluntário. Todo mundo dentro daquele perímetro fica obrigado a pagar aquela cota extra. Quem não pagar a cota extra acaba entrando na dívida ativa do imposto predial da prefeitura. Então não é uma ação voluntária, né? É uma ação que vem de base comunitária, mas a partir do momento que ela é definida e aprovada em assembleia comunitária, passa a valer para todos dentro daquele perímetro. Então, todos dentro daquele perímetro ficam obrigados a pagar aquela cota extra de IPTU, que se destina a uma organização, também criada por essa própria comunidade, para fazer a gestão dos recursos.

O BID hoje é o modelo mais estudado, mais expressivo da cidade de Nova Iorque, onde há mais de 76 BIDs, em diferentes áreas. O mais famoso é o Times Square, que é um BID, vamos chamar assim, rico, porque é um local de altíssima visitação, densidade de comércio, de oferta cultural. Mas também existem BIDs muito simples, como uma rua comercial em Long Island (ilha no estado de Nova Iorque), outra no Bronx (burgo na cidade de Nova Iorque). Então, tem BIDs muito pequenos, muito localizados, e tem BIDs também muito grandes, em função dessa demanda pelo local, que é o caso da Times Square.

Em Nova Iorque, tem mais de 76 e, em todo o território dos Estados Unidos, são mais de 2500 BIDs. As empresas, quando procuram um edifício para se instalar, um endereço novo, elas sempre olham para os BIDS, porque elas sabem que ali tem uma manutenção da qualidade. Em Los Angeles, se tem utilizado o BID também para recuperar patrimônio cultural. Ou seja, cada BID define a sua agenda, o que é importante para aquele território e para aquela comunidade.

O BID de Los Angeles é muito dedicado a recuperar o patrimônio cultural de Art Déco, que é característico do BID do Downtown de Los Angeles, muito marcado pelo Art Déco, por isso a ênfase nisso. E tem também o desafio da população em situação de rua, que é um desafio também na área central de Los Angeles.

Em Joanesburgo, na África do Sul, o BID foi decisivo para revitalizar radicalmente a área, que tinha problemas seríssimos de insegurança. O BID de Joanesburgo, inclusive, adotou a estratégia de contratar ex-presidiários para sua base de operários, então os BIDs também têm componentes de inclusão social, isso é muito comum. Em algumas cidades, os BIDs são porta de entrada para o primeiro emprego de imigrantes.

Os BIDs amplificam muito a oferta de contratação de serviços, então mais arquitetos são contratados, mais paisagistas, mais designers, mais publicitários, mais pessoal de marketing... e os BIDs, então, acabam também mostrando uma densidade de investimentos privados nessas áreas. Isso tem a ver com essa formulação que coloca a qualidade do espaço público como base decisiva de desenvolvimento econômico e de qualidade ambiental das cidades.

Instituto Millenium

Quais os resultados nesses locais?

Washington Fajardo

O processo de aprovação do BID é muito interessante porque, obviamente, ninguém tem muito interesse em pagar mais impostos, né? Então é muito interessante observar que, nas assembleias de formação de BIDs, a votação para aprovar o BID é sempre apertada, é sempre pouco mais de 50%. E os BIDs têm, por lei, um mandato de cinco anos. Ao término, eles têm que fazer uma nova assembleia, uma nova votação.

Tem uma literatura que investiga os BIDs, e é interessante ver que as votações de origem dos BIDs sempre são votações apertadas. E isso é natural, ninguém, obviamente, vai rapidamente aderir à tese de pagar um imposto a mais. Mas depois que o BID é constituído, raramente os BIDs são interrompidos. As votações de continuidade, essas sim, são sempre votações expressivamente favoráveis.

Isso porque aquela comunidade começa a perceber os benefícios daquele pagamento a mais, que é reinvestido no local. Então, o BID é uma estratégia de reinvestimento desse imposto comunitário, isso é uma ideia bacana. É um imposto de caráter comunitário, todo mundo fica obrigado a pagar, mas ele retorna para uma organização comunitária sem fins lucrativos, que faz a gestão daquele recurso.

Instituto Millenium

O que faz com que os resultados do BID sejam melhores que o modelo convencional, totalmente gerido pela administração pública?

Washington Fajardo

Os BIDs sempre complementam serviços públicos, e é importante deixar isso claro. Então, vamos imaginar que a prefeitura faça duas varrições por dia naquele trecho da rua, e o BID faz mais duas. Mas o BID consegue fazer coisas que é muito difícil para uma prefeitura. E até o conceito de concierge urbano. O BID coloca pessoas, que estão sempre identificadas com o uniforme do BID, e é muito comum, especialmente Estados Unidos, você ver o “posso ajudar?” escrito atrás do colete da pessoa; tem sempre uma folheteria, mapas para pessoa se localizar naquela área comercial... Os BIDs têm sempre uma característica de comércio, de serviços ou de entretenimento.

Os BIDs não são feitos para áreas residenciais. Quem mora dentro de um BID não tem nenhuma obrigação de pagar por esse BID. Então, essa ação do BID complementa serviços, mas eles, por exemplo, conseguem fazer com muita qualidade ações que são mais desafiadoras do ponto de vista da administração pública. Por exemplo, a atenção com mobiliário urbano, então, além de ter bancos, além de ter mesas, cadeiras, lixeiras de boa qualidade, com bom design, tem uma preocupação também de criar identidade local, então você vê a marca daquele BID presente no mobiliário. Ou seja, você tem uma percepção de unidade territorial naquele espaço. O logo está presente, o BID oferece informação sobre a memória do local, alguns se dedicam a patrimônio cultural, alguns procuram resgatar cinemas de rua ou antigos teatros, por exemplo.

É um modelo que foi inventado pra cidade existente, mas hoje ele faz parte também de processos de desenvolvimento de novas áreas, que é muito interessante. Então, em Washington, capital dos Estados Unidos, você vê, por exemplo, áreas que estão em desenvolvimento, mas ela já tem o BID formado logo no início. Ou seja, mesmo que ainda não tenha tantos prédios, não tenha ainda uma base de ocupação ou de atividade econômica, o BID já é estabelecido no início. Isso são variações do tema, onde o BID tem

também uma contribuição das incorporadoras, dos developers, que estão criando aquela área com o objetivo de já oferecer uma experiência de vida comunitária.

O BID, do ponto de vista urbanístico, atua com muita precisão no aspecto físico da cidade, ou seja, limpeza, beleza, organização, sinalização (como eu me localizo?), mobiliário de Way Finding, (como eu acho alguma coisa aqui?), assim como no aspecto intangível da cidade, ou seja, resgatar a história, resgatar comércios tradicionais. Esse é o fenômeno que explica por que as cidades são tão importantes na história da humanidade. Essa relação entre um aspecto tangível e um aspecto subjetivo e simbólico, os BIDs conseguem atuar com qualidade nessas duas dimensões.

E, como eles contratam profissionais, eles conseguem também atrair e amplificar a diversidade de especializações dedicadas àquele território, algo que uma administração pública levaria muito tempo para conseguir. Então os BIDs também conseguem acelerar uma especialização do ponto de vista tanto intelectual, como do ponto de vista operacional, como do ponto de vista gerencial para um território.

Instituto Millenium

Em termos de legislação, é possível importar o modelo para o Brasil? Pode falar um pouco do que se está tentando fazer no Rio de Janeiro?

Washington Fajardo

No Brasil, a nossa Constituição vai no detalhe de como deve ser feito o imposto territorial. Então, a gente não consegue criar esse princípio do imposto comunitário. Ou seja, não existe, do ponto de vista constitucional, no Brasil, a possibilidade de uma comunidade se reunir e dizer: “ei, poder público, nós queremos pagar um imposto a mais”. Não existe essa possibilidade, curiosamente. É papel do Estado definir o imposto. Então, com o objetivo de tornar BIDs possíveis no Brasil, tem uma proposta de emenda constitucional, feita pelo deputado federal Pedro Paulo (PSD/RJ), e eu colaborei nessa emenda. Ela tem esse objetivo de permitir essa ação. Importante lembrar que nenhum BID pode ser imposto, não tem como, em nenhuma experiência internacional, o BID ser empurrado de cima para baixo, por uma decisão de governo. Ele é sempre um movimento de baixo pra cima.

Obviamente, as prefeituras têm interesse em ter esse tipo de gestão compartilhada do espaço público. Então, elas oferecem a metodologia que aquela comunidade tem que adotar para constituir um BID. Eles têm que se organizar numa entidade sem fins lucrativos, eles têm um procedimento a ser feito, têm que agregar mais pessoas, e o ponto decisivo é fazer essa votação.

A partir da definição do perímetro daquele BID, tem que ter um dia daquela votação comunitária, e essa votação é o momento legal e oficial que a prefeitura entende que aquela comunidade votou a favor de um aumento no seu imposto predial, com o objetivo de constituir um BID. Esse é o marco regulatório decisivo.

Então, a gente não tem essa possibilidade no Brasil, e essa emenda, e também o projeto de lei complementar necessário para regulamentar isso, está lá no Congresso, já avançou. Mas, infelizmente, o tema da gestão do espaço público, os temas urbanos, não são assuntos que ganham muita prioridade nas políticas públicas brasileiras.

Mas tem essa iniciativa, e é muito importante que as pessoas procurem conhecer mais e isso traria um grande benefício para as cidades brasileiras, especialmente pensando nesse aspecto do interesse turístico que tem nas cidades brasileiras. As nossas cidades são muito especiais, né? Elas são muito diversas entre si, têm uma característica muito peculiar, e a gente tem também o aspecto cultural da sociedade brasileira, que é muito alegre no espaço público, nossos visitantes sempre ficam fascinados com a nossa desenvoltura no espaço público, do ponto de vista de musicalidade, de festas, de uso do espaço público. Então tem uma certa beleza aí, da sociedade brasileira no uso do espaço público, em detrimento das capacidades governamentais de conseguir gerir isso bem.

Acho que os BIDs no Brasil, imaginando uma priorização, beneficiariam muitas áreas de interesse turístico. O contexto do término da pandemia da Covid-19 mostra também uma necessidade de reabilitar as áreas centrais, porque o trabalho remoto está tirando pessoas das áreas centrais de trabalho, das áreas centrais de negócios. Então, especialmente o comércio nesses centros urbanos está sofrendo muito. Nesse sentido, acho que os BIDs passam a ter uma certa urgência de implementação no Brasil.

O Rio de Janeiro teve essa iniciativa lá nos anos 90, encabeçada pela Associação Comercial do Rio, que conseguiu o apoio da prefeitura... a prefeitura ficou interessada nisso... se tentou naquele momento uma legislação, e muitas vezes isso é entendido equivocadamente como uma privatização do espaço público. É radicalmente distinto, na verdade é o contrário. É você conseguir aumentar a percepção de domínio público do espaço público, exatamente pela sua alta qualificação. Não há nenhum controle de pessoas, o BID não tem nenhuma competência policial, por exemplo. É simplesmente algo muito básico que, infelizmente, a gente não consegue fazer com qualidade, que é organizar o espaço público, tornar ele mais acessível, por exemplo - veja a qualidade das calçadas.

No Brasil, as calçadas são péssimas, as pessoas caem, se machucam -, a capacidade de organizar o espaço público, capacidade de ter um mobiliário urbano de qualidade, a gente sequer consegue ter banheiro público de qualidade em espaço público, a iluminação é sempre problemática e a gente nunca consegue chegar num nível de excelência de espaço público como já tivemos no passado, especialmente no Rio de Janeiro. A área central, se a gente olhar pro início do século XX, a década de 10, a década de 20, a área central do Rio de Janeiro era de excelência. Você tinha calçadas impecáveis, mobiliário urbano impecável e isso acontece em todas as outras cidades.

A gente desaprendeu a cuidar do espaço público. Isso é comum no mundo, não é um problema só nosso. Mas é interessante que essas cidades nos Estados Unidos e no Canadá, quando elas tiveram seu pior momento, no final da década de 70, início da década de 80, elas tiveram essa solução, essa inovação, que foram os BIDs.

Então, hoje, pra ter algo parecido com BID, depende da aprovação desta emenda

constitucional. Por outro lado, tem aumentado o conhecimento da sociedade civil sobre esse modelo. Tem algumas jabuticabas de BID começando a aparecer, e isso é positivo. No centro do Rio, o Segurança Presente é uma certa jabuticaba de BID, porque é uma complementação do serviço de segurança pública, financiado pelo Sistema S, a partir da Fecomércio, com investimento do estado e do município. Essa operação mostra, paradoxalmente, como o mesmo policial, da corporação da Polícia Militar, com um cuidado de gestão, uma estratégia, um planejamento, ele funciona muito melhor do que no policiamento de rua normal. É altamente paradoxal imaginar que o mesmo profissional, num ambiente com a gestão melhor, funcione melhor.

Instituto Millenium

Uma vez que não é possível destinar o IPTU para entes privados, como convencer os comerciantes a pagar uma taxa extra pelo BID?

Washington Fajardo

Uma maneira efetiva de conseguir convencer esses proprietários de imóveis comerciais e também do comércio a contribuir no BID é por demonstração. É necessário estabelecer áreas piloto, que é o que a Aliança Centro está fazendo, e a partir dessa área piloto, você começar a ter um efeito de demonstração e, com isso, então, de modo voluntário, pedir contribuição.

Isso também se converte numa certa base contratual, ou seja, se a ação é voluntária, por outro lado tem ali um contrato firmado com aquela organização, onde eu digo que eu vou contribuir com X parcelas mensais, por Y tempo, para que aquilo funcione.

Os BIDs não podem ser voos de galinha, eles não são experimentos rápidos. Eles têm mandato de cinco anos, então o BID tem que ter um compromisso de longo prazo, porque é no longo prazo que você consegue de fato alcançar essa excelência. O que eu tenho sugerido sempre a essas iniciativas é que é melhor assumir um compromisso de longo prazo fazendo coisas muito simples e viáveis de financiar, do que tentar fazer coisas altamente complexas. E aí, com esse efeito demonstração, se consegue angariar mais apoios.

Mas não tenha dúvida que esse mecanismo da obrigatoriedade da cota extra no BID é que faz ele passar a ter muita capacidade de atuar no longo prazo e alcançar esse grau de excelência.

sempre identificadas com o uniforme do BID, e é muito comum, especialmente Estados Unidos, você ver o “posso ajudar?” escrito atrás do colete da pessoa; tem sempre uma folheteria, mapas para pessoa se localizar naquela área comercial... Os BIDs têm sempre uma característica de comércio, de serviços ou de entretenimento.

Os BIDs não são feitos para áreas residenciais. Quem mora dentro de um BID não tem nenhuma obrigação de pagar por esse BID. Então, essa ação do BID complementa

serviços, mas eles, por exemplo, conseguem fazer com muita qualidade ações que são mais desafiadoras do ponto de vista da administração pública. Por exemplo, a atenção com mobiliário urbano, então, além de ter bancos, além de ter mesas, cadeiras, lixeiras de boa qualidade, com bom design, tem uma preocupação também de criar identidade local, então você vê a marca daquele BID presente no mobiliário. Ou seja, você tem uma percepção de unidade territorial naquele espaço. O logo está presente, o BID oferece informação sobre a memória do local, alguns se dedicam a patrimônio cultural, alguns procuram resgatar cinemas de rua ou antigos teatros, por exemplo.

É um modelo que foi inventado pra cidade existente, mas hoje ele faz parte também de processos de desenvolvimento de novas áreas, que é muito interessante. Então, em Washington, capital dos Estados Unidos, você vê, por exemplo, áreas que estão em desenvolvimento, mas ela já tem o BID formado logo no início. Ou seja, mesmo que ainda não tenha tantos prédios, não tenha ainda uma base de ocupação ou de atividade econômica, o BID já é estabelecido no início. Isso são variações do tema, onde o BID tem também uma contribuição das incorporadoras, dos developers, que estão criando aquela área com o objetivo de já oferecer uma experiência de vida comunitária.

O BID, do ponto de vista urbanístico, atua com muita precisão no aspecto físico da cidade, ou seja, limpeza, beleza, organização, sinalização (como eu me localizo?), mobiliário de Way Finding, (como eu acho alguma coisa aqui?), assim como no aspecto intangível da cidade, ou seja, resgatar a história, resgatar comércios tradicionais. Esse é o fenômeno que explica por que as cidades são tão importantes na história da humanidade. Essa relação entre um aspecto tangível e um aspecto subjetivo e simbólico, os BIDs conseguem atuar com qualidade nessas duas dimensões.

E, como eles contratam profissionais, eles conseguem também atrair e amplificar a diversidade de especializações dedicadas àquele território, algo que uma administração pública levaria muito tempo para conseguir. Então os BIDs também conseguem acelerar uma especialização do ponto de vista tanto intelectual, como do ponto de vista operacional, como do ponto de vista gerencial para um território.

A superabundância no mundo

Com uma perspectiva moldada por experiências em diversos continentes e contextos políticos, Marian Tupy nos oferece uma análise otimista sobre o futuro global em seu livro “Superabundance”. Nesta entrevista, ele explora as razões por trás do crescimento econômico global, os desafios que enfrentamos e o papel do governo na promoção do progresso humano, além de abordar temas como riqueza, pobreza e bem-estar global.

Marian Tupy

Marian Tupy economista e estudioso sobre o tema. Atualmente é Editor do site HumanProgress.org e pesquisador sênior do Center for Global Liberty and Prosperity. É o autor do livro *Superabundance*.

Publicada em 21/03/2023



Instituto Millenium

Poderia nos contar um pouco sobre sua formação e como se interessou pelo progresso humano e pelo estudo do crescimento econômico global?

Marian Tupy

Nasci na Europa Oriental sob o comunismo, e passei seis anos morando na África. Estudei na Grã-Bretanha e, finalmente, imigrei para os Estados Unidos. Viajando pelo mundo, notei enormes diferenças nos padrões de vida. Então, perguntei a mim mesmo: por que alguns países são pobres, enquanto outros são ricos? Aprendi que a pobreza não precisa ser explicada. A pobreza é o estado natural da humanidade. A riqueza das economias avançadas é que precisa de explicação. Contrariamente aos marxistas, a criação de riqueza tem muito pouco a ver com exploração. (A Suíça, por exemplo, nunca teve colônias.) A prosperidade é um resultado de instituições políticas e econômicas geradoras de riqueza, como governo limitado e Estado de direito, livre comércio e proteção à propriedade. Os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental, a Coreia do Sul e o Chile as tinham ou as têm. A URSS, a Alemanha Oriental, a Coreia do Norte e a Venezuela não as tinham ou não as têm.

Instituto Millenium

Em seu livro “Superabundância”, você argumenta que a humanidade está entrando em uma era sem precedentes de abundância. Poderia nos dar uma visão geral desta tese?

Marian Tupy

No livro, medimos a abundância em preços de tempo, ou seja, no número de horas que uma pessoa precisa trabalhar para comprar algo. Os preços de tempo dos alimentos, combustíveis, minerais, metais e bens acabados têm diminuído ao longo do tempo. Simplesmente, os preços estão caindo em relação aos salários. Isso é verdade nos Estados Unidos, mas também, em média, globalmente. Enquanto isso, a população mundial aumentou massivamente.

Acreditamos que o crescimento populacional é responsável pela crescente abundância, porque apenas as pessoas podem ter novas ideias (por exemplo, fertilizantes sintéticos e energia nuclear) que tornam as coisas mais baratas. Quando a abundância aumenta a um ritmo maior que a população, chamamos essa situação de “superabundância”. No nosso livro, descobrimos que quase tudo o que medimos aumenta a uma taxa superabundante.

Instituto Millenium

Quais são os principais fatores que contribuíram para o aumento da prosperidade global nas últimas décadas? Como a tecnologia e a globalização afetaram essas mudanças?

Marian Tupy

O progresso tecnológico é fundamental para o florescimento humano (ou seja, você quer alcançar maior produtividade com menos insumos), mas a difusão da tecnologia está ligada à liberdade econômica. Basicamente, os países que não podem gerar seus próprios avanços tecnológicos precisam ser capazes de importar novas tecnologias do exterior. A globalização, por meio principalmente do livre comércio e dos fluxos livres de capital, permitiu que novas tecnologias se espalhassem mais amplamente. A globalização se acelerou após a queda do império soviético, à medida que os países comunistas entraram no mercado global e o autarquismo socialista perdeu apoio em grande parte do mundo. Também houve melhorias notáveis na qualidade do governo (ou seja, governo mais responsável) e maior apreço por um ambiente microeconômico mais favorável aos negócios.

Instituto Millenium

Quais são as métricas mais importantes que você usa para medir o progresso humano? Como eles evoluíram ao longo do tempo?

Marian Tupy

Esta é uma longa lista. A expectativa de vida costumava ser de cerca de 25 a 30 anos. Agora é de 73 anos globalmente. A renda per capita pairava em torno de US\$ 2 por pessoa, por dia. Agora está mais próximo de US\$ 50 por pessoa por dia (globalmente). Entre um terço e metade das crianças recém-nascidas morriam antes de completar um ano de idade. Agora, esse número caiu para menos de 3%, globalmente. As pessoas costumavam viver à beira da inanição. Hoje, a obesidade é cada vez mais um problema em todo o mundo, incluindo a África, e a fome praticamente desapareceu fora das zonas de guerra. A taxa de pobreza absoluta (ou seja, pessoas vivendo com menos de US\$ 2 por dia) caiu de cerca de 90 por cento há 200 anos para cerca de 9 por cento hoje. Essas métricas, acho que são as mais importantes. Mas há outras, incluindo alfabetização, frequência escolar, igualdade entre os sexos, etc.

Instituto Millenium

Você é o editor do HumanProgress.org, que fornece dados e informações sobre o progresso humano em todo o mundo. Você poderia nos contar sobre o objetivo do site e como ele pode ser usado para entender melhor as tendências globais?

Marian Tupy

Embora ainda haja muitos problemas em todo o mundo, os últimos 200 anos são verdadeiramente sem precedentes no escopo do progresso humano. Nunca antes tantas melhorias foram vistas por tantas pessoas em tão pouco tempo. Infelizmente, evoluímos para priorizar as más notícias e focar no negativo. Como tal, muito poucas pessoas estão

cientes dos fatos básicos - como as coisas eram ruins antes, em comparação com hoje. Da mesma forma, muito poucas pessoas param e se perguntam: “Como é que as coisas boas surgiram?”.

Se estiver correto, na raiz de nossa prosperidade comparativa hoje está a liberdade política e econômica, ou, para expressar em termos institucionais, a democracia liberal e o capitalismo de mercado. O problema é que as pessoas que não entendem o quanto estão melhor do que no passado, também são muito menos propensas a apoiar a liberdade política e econômica. Elas estão mais propensas a ouvir o canto de sereia do socialismo ou do fascismo.

O objetivo do HumanProgress.org é disseminar a conscientização sobre os fatos do progresso global e suas causas. A ideia subjacente é que, com maior compreensão, virá maior apreciação pela liberdade e pelo livre mercado. Os dados e informações no site podem ajudar as pessoas a entender melhor as tendências nos níveis de vida, longevidade, educação, meio ambiente e outras áreas, e compreender como essas coisas boas vieram a ser. Embora não haja um link direto entre dados e política, o primeiro passo deve ser aumentar a conscientização da realidade. O HumanProgress.org tenta contribuir para essa missão.

Instituto Millenium

Alguns argumentam que, apesar do progresso econômico, ainda enfrentamos problemas significativos, como a desigualdade, as mudanças climáticas e as ameaças à democracia. Como você responde a estas preocupações?

Marian Tupy

A desigualdade da renda global está diminuindo, porque os países em desenvolvimento estão crescendo em taxas mais rápidas do que os países desenvolvidos. Outros tipos de desigualdade - expectativa de vida, oferta de alimentos, anos de escolaridade, acesso à internet e assim por diante - também estão diminuindo. A mudança climática é um problema, mas não é uma crise. Contrariamente ao que você lê na imprensa ou vê na TV, as mortes globais por enchentes, tempestades, secas, incêndios florestais e temperaturas extremas caíram 99% nos últimos 100 anos.

Além disso, já sabemos como produzir energia barata e abundante para o mundo sem emitir CO₂ na atmosfera. O problema é político. As mesmas pessoas que se preocupam com o aquecimento global também se opõem à fissão nuclear e ao uso de gás natural, que são muito bons na redução das emissões de CO₂. Quanto à democracia liberal, estou preocupado. Como já expliquei, as pessoas estão cada vez mais ouvindo o canto de sereia dos populistas de esquerda e de direita, justamente porque subestimam o papel crucial da liberdade política no crescimento da superabundância.

Instituto Millenium

Qual deve ser o papel do governo em promover o progresso humano e enfrentar problemas globais? Você acredita que os governos deveriam se envolver ou simplesmente “sair do caminho”?

Marian Tupy

O governo tem um papel importante a desempenhar na promoção do progresso humano, protegendo a vida, a liberdade e a propriedade. O resto cuidará de si mesmo através da propensão natural dos seres humanos de se esforçar para tornar suas vidas e as de suas famílias cada vez melhores.

Instituto Millenium

Como você vê o futuro do progresso humano nas próximas décadas? Quais são os principais desafios e oportunidades que enfrentamos na busca de maior prosperidade para todos?

Marian Tupy

As liberdades econômicas e políticas, às quais acredito serem causas da era da superabundância, estão em recuo há vários anos. Os governos em grande parte do mundo, incluindo os Estados Unidos, estão se tornando mais intervencionistas e protecionistas. O iliberalismo econômico aumenta os preços e reduz o padrão de vida. Ao interferir no funcionamento suave do mercado (por exemplo, escolhendo vencedores e perdedores), os governos minam a destruição criativa que Schumpeter escreveu, e diminuem o ritmo de crescimento. Se o intervencionismo e o protecionismo se espalharem mais, o resultado inevitável será a estagnação econômica ou pior.

Quanto à liberdade política, os governos isolados da raiva pública (ou seja, do feedback eleitoral) são frequentemente mais propensos a adotar políticas econômicas que destroem a riqueza. Enquanto algumas ditaduras foram capazes de gerar taxas de crescimento impressionantes no curto e médio prazo, as democracias liberais são melhores garantidores do dinamismo econômico e do crescimento no longo prazo. E o crescimento é muito importante. Quase tudo o que valorizamos - melhor saneamento, cuidados de saúde, ambiente mais limpo, mais igualdade para as mulheres, etc. - está altamente correlacionado com o PIB per capita.

Instituto Millenium

Que conselho você ofereceria aos formuladores de política em todo o mundo para promover o progresso humano e enfrentar os desafios que enfrentamos?

Marian Tupy

Não tente reinventar a roda. Aprenda com as melhores práticas em todo o mundo. Aprenda as lições da história. A combinação de paz e liberdade é uma receita superior para riqueza e felicidade do que conquista e opressão. Desempenhe bem seus deveres básicos - proteção da vida, liberdade e propriedade - e depois saia do caminho. A propensão das pessoas comuns para a auto-melhoria cuidará do resto.

‘Inverno cripto’ como uma oportunidade de construir

Conhecido como “inverno cripto”, o período prolongado de baixa nos criptoativos pode servir como uma oportunidade institucional para testar regulações e amadurecer um projeto sobre o assunto, sem gerar grande alarde, e avançar a sociedade aberta em economias emergentes, como a do Brasil. Para falar sobre o tema, entrevistamos Camila Rioja. Ela comentou sobre as causas e prognósticos do inverno cripto, o papel da web3 na expansão das possibilidades de troca e co-criação de valor na internet, e como aproveitar o período de baixa em nosso favor. Rioja também explicou porque não acredita que o melhor caminho seja copiar regulações de outros países, mas construir uma nossa, que contemple as peculiaridades do mercado brasileiro.



Camila Rioja

Camila Rioja é empresária e pioneira em web3. Atualmente é Chefe de Ecossistemas e Parcerias da América Latina da Fundação Celo.

Publicada em 28/03/2023

Instituto Millenium

O período de longo declínio no preço e nas atividades de criptoativos foi apelidado de inverno cripto. O que vem causando este fenômeno?

Camila Rioja

O termo “inverno cripto” é utilizado no segmento de ativos digitais em referência a um período prolongado de baixa, com efeitos conhecidos e similares ao mercado de ações tradicionais. Neste último, o termo que define a situação é “bear market”. Em ambos, os períodos de baixa são caracterizados pela instabilidade no mercado, crise de confiança, volume tímido de trading, excesso de oferta e baixa procura, entre outros. Alguns utilizam ambos os termos de forma intercambiável, enquanto outros sustentam que o inverno crypto tem duração mais prolongada em relação ao bear market; outros, discordam sobre estarmos experienciando o quarto ou quinto bear market crypto.

O fato é que diferentes conjunturas e razões levaram ao início destes processos: ataques e roubos a exchanges, mudanças regulatórias e banimento do Bitcoin na China, questões macroeconômicas como o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, hype de projetos fraudulentos e, mais recentemente, implosão da stablecoin Terra, bancarrota do hedge fund Three Arrows Capital, os problemas com estratégias de retorno arrojadas e altamente alavancadas como o caso da Celsius e o fiasco da FTX estão entre os maiores acontecimentos do último ano.

Talvez a grande novidade negativa deste ciclo tenha sido o efeito sistêmico, uma vez que os projetos envolvidos eram interconectados pela sua natureza ou estratégia de negócios. Caso o cenário dos últimos 15 anos tenha servido de laboratório e aprendizado, este momento poderia (em um tom bastante otimista) ser de fato um ponto de inflexão, que catapulte o setor para um novo patamar, baseado na possibilidade de regenerar sistemas deficitários do legado que de forma contundente fracassaram em ser implementados na web3.

Instituto Millenium

Acredita que o inverno cripto já passou, ou está passando?

Camila Rioja

Prever o início e o fim dos invernos-cripto se aproxima mais de um exercício de futurologia do que de uma ciência baseada em análise de gráficos e dados. Primeiro porque a indústria ainda está em fase de amadurecimento e evolução tecnológica acentuada. Segundo, porque a cada ciclo, as condições macroeconômicas e seus desafios são bastante particulares. Além disso, a adoção em massa para casos de uso no mundo real (para além do trading, como por exemplo tokenização de ativos e CBDCs), e que poderiam em tese garantir mais previsibilidade e estabilidade ao mercado, depende da transposição de desafios tecnológicos, regulatórios e product market fit.

Entretanto, assim como as razões para o início de cada um dos períodos de baixa foram diversas, ao longo dos anos as razões para o término dos ciclos também variaram desde questões técnicas como o halving do Bitcoin à criação do Ethereum, a adoção como reserva de valor por players institucionais, reforço do trading e surgimento de novos casos de uso. Destaco, pois, dois fatores que podem ser relevantes na virada (perene) de chave: O reforço da credibilidade na tese de base do Bitcoin e a expansão de casos de uso para aplicações construídas em blockchain por players institucionais. Explico.

O blockchain surgiu em 2008, como uma resposta à grave crise econômica mundial, cujo epicentro foi os Estados Unidos, e sob o fundamento máximo de um sistema de transferência de valor sem a dependência de intermediários. Há poucos dias, os Estados Unidos e o mundo passaram a (re)reviver uma crise bancária envolvendo o SVB, Signature Bank, Credit Suisse e outros. Sem alongar nas razões para este colapso, é de se atentar para a forma com a qual as instituições e os indivíduos percebem e recebem a tese do Bitcoin nesse momento.

Outro ponto interessante é observar as novas teses e tecnologias que estão se firmando neste momento. Na minha opinião, o conceito e aplicações de Finanças Regenerativas merecem atenção e destaque, o que também se relaciona com o segundo ponto de atenção acima, qual seja, a adoção e implementação de fato da tecnologia por players institucionais e governos (como no caso do Brasil para tokenização e CBDC).

A minha opinião pessoal é que o reaquecimento do mercado relacionado a projetos mais maduros e com aplicação real para além da especulação sob uma ótica de externalidades positivas para o ecossistema pode ser uma tônica interessante e com chances de sucesso para um novo momento da sociedade. Quando a inovação resolve problemas macro que são experienciados pela população desde a sua base, os efeitos econômicos têm a tendência de ser positivos e com efeitos sistêmicos.

Instituto Millenium

Como você vê a web3 como uma alternativa ao modelo atual da internet?

Camila Rioja

A web3 é um novo momento da internet que tem a sua base sendo construída através da tecnologia Blockchain, algo especialmente interessante quando se leva em consideração os atores envolvidos na construção. Sabemos que a internet não tem, salvo limitadas exceções, barreira geográfica, e é a maior agente catalisadora para o alcance e crescimento exponencial de qualquer negócio, marca ou indivíduo. Por essa razão, revolucionou a conexão entre pessoas e a disseminação de informações. Uma das grandes diferenças com relação a web3, é a expansão das possibilidades de troca e participação em uma nova dimensão: a da co-criação de valor (inclusive monetário) e a sua disseminação com menores barreiras ou limites. Um dos motivos pelos quais a formação de comunidades na Web3 é relevante é exatamente

pela possibilidade dessas redes criarem novas oportunidades e arranjos, monetizarem essas práticas e colaborarem com seu crescimento em rede. Outra coisa importante é como essa possibilidade pode ser um combustível para o desenvolvimento econômico e social. Nesse novo momento da internet, tenho percebido um apetite de empresas da web2 em migrar para web3, ou ao menos explorar possibilidades, novos produtos e serviços.

Estamos como comunidade, indústria e governo avançando nesse caminho de inovação em blockchain, e ainda há muito o que ser testado. Nesse sentido, ter ambientes controlados que propiciem a inovação se faz mister para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação.

Instituto Millenium

Acredita que esse período, no qual as criptos estão mais abaixo do radar, seria uma boa oportunidade de testar regulações e amadurecer um projeto sobre o assunto?

Camila Rioja

Esse é um período que é notoriamente conhecido, pelas pessoas na indústria como um momento de construção. As condições externas são de retração do capital disponível e uma barreira mais alta de exigência do ponto de vista de qualidade e requisições para aporte de investimento ou recebimento de bolsas (grants). Muitos dos maus atores – e também bons atores que infelizmente não conseguem resistir às condições adversas – quebram nesse processo.

Em que pese o cenário de grandes desafios, quem consegue utilizar do período que tem menos ruído de projetos de baixa qualidade ou golpes e especuladores para construir base sólida e fortalecer sua atuação tem um posicionamento único para o sucesso no próximo ciclo de “bull market”. O momento é propício para testar a resiliência de teses e a viabilidade de produtos. No mesmo sentido, aproveitar a oportunidade para estreitar diálogo e testes com players institucionais e reguladores é uma estratégia que em tese posiciona não somente a startup, mas uma parte relevante do ecossistema com melhores chances de sucesso.

Na minha opinião, para um bom equilíbrio, seria também interessante um melhor direcionamento das soluções em blockchain para problemas de impacto real, com vistas a dar maior suporte às comunidades, à economia e ao desenvolvimento de bens públicos. Um diálogo multi (lateral e disciplinar) neste momento têm um papel fundamental na construção de soluções criativas. Esse pode ser, sim, um momento muito relevante pro Brasil, para economia brasileira e para os criadores e desenvolvedores brasileiros, e para o desenvolvimento do país.

Instituto Millenium

Sobre as regulações de criptos pelo mundo, há algum modelo que você acredite que poderia ser importado pro Brasil?

Camila Rioja

Talvez, o maior motivo pelo qual eu entrei nesse mundo blockchain foi porque eu sou fascinada por uma área de estudo que se chama Computational Law. E ela está relacionada à construção de sistemas, através de diferentes tecnologias que tenham como alvo trazer soluções para questões de cunho legal ou que tangenciam a criação, aplicação, respeito ou melhoria de leis e questões relevantes para o funcionamento da sociedade. Quando eu olho para questões sociais, econômicas, educacionais, tecnológicas - via de regra, olho sob esse prisma de sistemas tecnológicos que geram externalidades positivas e quantificáveis para problemas reais.

Nesse sentido, acho que o Brasil tem a possibilidade de alcançar um pioneirismo relevante ao não copiar ou adaptar legislações que tenham pouca relação com a situação fática do Brasil e talvez ir além: criando sistemas e condições de auferir o impacto das determinações legais para o fim ao qual a legislação se destina. Nesse sentido, perante a um possível conflito sobre superregular e estrangular a inovação, ou abstrair do controle e talvez abrir espaço para maus atores e riscos sistêmicos, uma saída pode ser criar mais ambientes de teste em que riscos controlados sejam parte de um processo relevante de inovação aberta. Em um cenário de rápida transformação, ter espaços que propiciem a inovação de forma segura é uma grande vantagem competitiva.

Colaboração público privada - nacional e internacional -, laboratórios de inovação aberta, hackathons, sandbox, tokenização de ativos: mais do que palavras de impacto, caso organizadas em prol do desenvolvimento social, econômico e regulatório do Brasil podem ser a chave para avançar as pautas relevantes para os brasileiros. Portanto, eu não falaria, necessariamente, em copiar ou espelhar uma legislação, mas sim destrinchar a tecnologia, os problemas ou as oportunidades do mercado brasileiro, e a partir disso, desenhar um sistema que seja único, com o fito de desenvolver o país. É a melhor forma que consigo pensar de fazer com que leis, tecnologia e oportunidades beneficiem o Brasil e os Brasileiros.

Livre mercado e princípios religiosos

O que há de errado com a forma como combatemos a pobreza no mundo? Por que países que recebem grandes volumes de ajuda humanitária, no geral, não conseguem se erguer acima da pobreza? Esse é um dos temas sob o qual se dedica o padre norte-americano Robert Sirico e serão abordados durante nossa entrevista.

Padre Robert Sirico

Robert Sirico é um padre norte-americano com experiência em teologia, economia e política pública. Autor de diversos livros e artigos, ele contribui frequentemente para publicações acadêmicas e populares, além de ser um palestrante procurado em eventos ao redor do mundo. Ele é co-fundador e presidente do Instituto Acton, uma organização dedicada à promoção dos princípios da liberdade individual

Publicada em 05/04/2023



Instituto Millenium

Para começar, pode nos contar um pouco sobre sua história de vida, e como ela se relaciona à fundação do Instituto Acton? Qual era o objetivo principal na época, e como você percebeu essa necessidade?

Robert Sirico

Eu nasci em uma família de classe trabalhadora, ítalo-americana nos anos 50, no Brooklyn, Nova York. Embora fôssemos católicos, não éramos praticantes regulares da fé. Quando cheguei à adolescência, havia me afastado de minha fé católica, primeiro para o envolvimento com o Movimento Jesus (um movimento evangélico juvenil nos EUA, na década de 1960) e mais tarde, com o ativismo político progressista e de esquerda, em grande parte na Califórnia do Sul. No meio de meu ativismo de esquerda (advogando por direitos gay, feminismo, sindicalismo, etc.), eu encontrei alguém que me desafiou a pensar mais profundamente sobre os modelos econômicos que eu estava propondo. Ele me deu livros de autores seculares como Milton Friedman, Fredrich Hayek e outros. Em muitas discussões intensas, vim a ver que a redistribuição de riqueza, ao invés de sua produção, não ajudaria as próprias pessoas que eu me preocupava: os pobres e marginalizados.

Isso precipitou, em primeiro lugar, uma mudança em minhas ideias políticas e econômicas; mas eventualmente resultou em uma consideração mais profunda de minha visão de mundo, o que me levou a voltar às minhas raízes católicas. Durante vários anos, durante os quais completei meus estudos universitários, assistia à missa, fazia confissão regularmente e recebia direção espiritual. Decidi procurar ingresso no seminário e continuar a discernir minha vocação ao sacerdócio católico.

Uma vez no seminário, porém, descobri que a ideologia de esquerda que abandonei em Hollywood era amplamente aceita no seminário, tanto por meus colegas seminaristas quanto por meus professores. Comecei um estudo filosófico e teológico aprofundado da relação entre economia e teologia e antropologia cristã e, uma vez ordenado sacerdote, decidi que o modo mais eficaz de contra-atacar o progressismo em movimentos como a Teologia da Libertação era fundar uma organização.

Essa foi a origem do Instituto Acton, que em sua concepção era inter-religioso (uma vez que o problema com o qual eu me confrontava era inter-religioso). O Instituto Acton, que fundei com um amigo e leigo, Kris Mauren, cresceu de uma pequena operação em uma rede internacional de acadêmicos, clérigos e professores com escritórios em Grand Rapids, Roma e Buenos Aires e realiza seminários e conferências em todo o mundo a cada ano para líderes empresariais, clérigos e seminaristas de todas as denominações.

Instituto Millenium

A luta contra a pobreza em todo o mundo é um tema cheio de dogmas e boas intenções. Na sua opinião, o que fizemos errado, especialmente em relação a países mais pobres? Por que eles não conseguem sair da pobreza, mesmo depois de décadas de ajuda humanitária?

Robert Sirico

Se tivesse que resumir o que vejo como um problema conceitual crítico em relação à pobreza internacional, seria que a maioria dos principais pensadores neste campo permitiu que suas boas intenções ofuscassem um pensamento claro sobre a cura da pobreza. Em grande parte, todo o foco tem sido em modelos de caridade e redistribuição de riqueza de um tipo ou outro. Não há dúvida de que a caridade é um elemento essencial para ajudar as pessoas necessitadas. O erro está em pensar que esse é o modelo normativo para elevar nações inteiras acima da pobreza sistêmica. Nenhuma nação na história saiu da pobreza por meio da redistribuição de riqueza, mas por sua criação.

Agora temos um período de cerca de dois séculos, em que presenciamos o crescimento econômico mais expansivo que o mundo já viu, e todo esse crescimento não foi o resultado das melhores caridades. Foi o resultado da divisão do trabalho e da expansão das oportunidades de negócios internacionalmente. Em outras palavras, a caridade é útil e necessária e precisa em situações de emergência, mas é a expansão dos negócios e o acesso ao trabalho que é a causa da ascensão acima da pobreza.

Além disso, deve ser óbvio que qualquer coisa que dificulte a capacidade das pessoas de trabalhar e reter o produto do seu trabalho, seja tributação excessiva ou regulamentação (que é uma forma de tributação), ou impedimentos ao comércio (como conluio por parte do governo com os negócios - conhecido como capitalismo de compadrio -, agências internacionais ou sindicatos), também prejudica a prosperidade e o florescimento humano. Precisamos de empresas vibrantes e verdadeiramente livres se quisermos comunidades vibrantes e prósperas.

Instituto Millenium

E qual é a melhor maneira de ajudar estas pessoas, estes países, que enfrentam tão sérias dificuldades? Você é contra a caridade e a ajuda humanitária?

Robert Sirico

Como disse, a ajuda humanitária e a caridade são necessárias para situações extraordinárias mais próximas dos problemas, mas que deve ser vista como temporária e não como substituto da função normal da economia privada.

O grande rabino medieval Maimonides desenvolveu a “Escada da Caridade” que é muito instrutiva e aplicável aqui. O degrau mais alto desta escada é o tipo de caridade que permite ao beneficiário ser auto-suficiente. Esse é o meu ponto. Deixe as pessoas serem livres para ser criativas e se relacionarem entre si, e não as penalize por seu sucesso.

A melhor maneira de ajudar esses países e pessoas é por meio do estabelecimento de condições políticas e econômicas que permitam o florescimento dos negócios e o acesso ao trabalho. Isso deve ser feito não penalizando o sucesso econômico e a iniciativa privada,

por meio de políticas macroeconômicas sólidas, controle da inflação, propriedade privada segura, baixa tributação e regulação mínima. Essas são as condições que realmente levam à ascensão duradoura acima da pobreza. A ajuda humanitária deve ser usada para socorrer vítimas de desastres ou situações de emergência, e nunca deve substituir essas políticas fundamentais baseadas no mercado. Quando isso acontece, a pobreza se torna crônica.

Em resumo, a melhor maneira de ajudar não é por meio de esmolas, mas sim criando condições para que as pessoas possam ajudar a si mesmas por meio do trabalho, da iniciativa e da criatividade humanas.

Instituto Millenium

O Instituto Acton tem um foco significativo na educação e na formação de lideranças. Quais são os principais princípios e valores que você espera transmitir aos futuros líderes e como você acredita que eles podem contribuir para uma sociedade melhor e mais próspera?

Robert Sirico

O trabalho do Instituto Acton começa com um foco na antropologia, ou seja, em uma compreensão da pessoa humana, criada à imagem de Deus, que é individualmente única, racional, sujeita à agência moral e chamada a ser co-criadora com Deus. Portanto, ela possui valor intrínseco e dignidade, implicando certos direitos e deveres tanto para ela mesma quanto para outras pessoas. Se a visão de uma pessoa é que elas são intrinsecamente dependentes ou em conflito com outras pessoas devido a distinções de classe ou raça, então os tipos de intuições sociais que serão construídas serão diferentes: as primeiras serão criativas e de solução de problemas e as segundas serão conflituosas e agressivas. É precisamente o contraste entre as sociedades livres e as inspiradas pelo marxismo ou socialismo.

A isso acrescentamos uma compreensão de que os seres humanos são socialmente naturais juntamente com o princípio da subsidiariedade (ou seja, as necessidades são atendidas de forma mais adequada no nível mais local primeiro, em vez de recorrer às esferas maiores. E o Estado deve deixar recursos nos níveis locais para esse fim.

Os futuros líderes poderão contribuir para uma sociedade melhor e mais próspera aplicando esses princípios básicos em suas decisões políticas, econômicas e sociais. Promovendo políticas que defendam e ampliem a liberdade humana, a propriedade privada e a iniciativa privada. Reconhecendo que a criatividade e a produtividade humanas, e não a redistribuição ou o controle do estado, são as fontes do progresso. E vendo o Estado como servo da própria sociedade civil e dos indivíduos em seu interior, e não como mestre absoluto. Se essas ideias forem amplamente adotadas, veremos o florescimento da liberdade humana, a redução da pobreza e uma sociedade mais próspera e pacífica.

Instituto Millenium

Como você vê a pobreza no Brasil? Quais são as suas causas? Acredita que o auxílio financeiro aos pobres tem sido uma política eficaz para enfrentar este problema?

Robert Sirico

Minha próxima viagem ao Brasil é a terceira vez que visito seu belo país, por isso continuo a aprender mais e mais. Se estiver falando aqui sobre os programas de bem-estar chamados Bolsa Família e semelhantes, claro, não estou em uma posição de avaliar os detalhes de tais programas, não sendo brasileiro. Entendo, no entanto, por que tais programas de redistribuição seriam populares: há um aumento imediato na quantidade de dinheiro disponível para os pobres. Mas se alguém realmente se interessar em aliviar a pobreza estruturalmente, em vez de apenas aumentar sua base política de apoio ou oferecer soluções temporárias, deveria se fazer perguntas mais profundas: Esses programas representam uma mudança permanente na situação econômica das pessoas ou aumentam o tamanho do governo central, que retira recursos que seriam de outra forma colocados na economia produtiva? Esses programas são projetados para serem permanentes ou são vistos como transitórios, diminuindo assim que os empregos se tornam disponíveis?

Estas são perguntas difíceis de responder, especialmente quando sabemos da difícil situação econômica com a qual os pobres se defrontam no Brasil. Mas nunca devemos amar os pobres tanto, a ponto de criarmos programas que os mantenham na pobreza, ou que criem mais pobres.

A pobreza no Brasil tem suas raízes em uma combinação de fatores, incluindo baixos níveis de investimento, educação deficiente, intervenção excessiva do governo e corrupção. Transferências de renda podem trazer algum alívio imediato, mas não são uma solução sustentável a longo prazo. O que realmente levantará os pobres da pobreza é o crescimento econômico inclusivo que cria postos de trabalho, ao mesmo tempo em que incentiva a inovação e o desenvolvimento de negócios para produzir bens e serviços de mais valor. Políticas de desenvolvimento humano, como o investimento na educação básica e profissional de qualidade, são fundamentais para capacitar os pobres a participarem do mercado de trabalho.

Portanto, em resumo, a pobreza brasileira não pode ser resolvida com simples esmolas, mas em vez disso requer políticas econômicas e sociais mais amplas para criar oportunidades reais para os pobres alcançarem a prosperidade por meio do trabalho. A assistência financeira direta deve ser vista como temporária, não como uma solução permanente.

Instituto Millenium

Ainda sobre o Brasil, qual seria a solução mais eficaz para superar a pobreza, na sua opinião?

Robert Sirico

Vamos olhar a situação honestamente: Do que entendo da história recente do Brasil, vocês tentaram muitas coisas nos últimos quatorze anos, com grandes experimentos estatais que resultaram em lento crescimento do PIB. Houve aumento do desemprego, inflação e ampla intervenção econômica. Lembre-se de que, quando os políticos prometem coisas que eles não têm dinheiro para, eles acabam imprimindo mais dinheiro, o que por sua vez valoriza o pouco dinheiro que as pessoas com rendas fixas têm à sua disposição. Isso é inflação, que é insidiosa.

Vocês tiveram pelo menos duas recessões durante o mandato de Dilma Roussef devido a suas políticas intervencionistas de bem-estar social, juntamente com alta inflação ao manipular as taxas de juros por motivos políticos, resultando em uma taxa de desemprego de quase 12%.

O que teria acontecido no mesmo período, se seus líderes tivessem tomado uma direção oposta: desregulamentando restrições trabalhistas e permitindo que as taxas dos serviços públicos atendessem às demandas reais dos consumidores, em vez de mantê-las em níveis artificialmente baixos, o que só resultou em custos de energia mais altos para esses consumidores; e o que teria acontecido se o governo não interviesse para manter as taxas de juros artificialmente baixas, resultando em inflação enorme - digo que se você não tivesse todas essas e outras formas de forte intervenção estatal, hoje estaríamos falando sobre uma realidade econômica muito diferente no Brasil.

A cura para a pobreza não é fundamentalmente sobre esquemas políticos, mas sobre permitir que as pessoas utilizem seus vários talentos para criar meios de subsistência para si e suas famílias.

Por que o bem-estar econômico do Brasil é tão baixo em várias avaliações internacionais, como as do Índice do Banco Mundial ou o Índice de Liberdade Econômica? E por que é assim apesar de o Brasil desfrutar de grande parcela dos recursos naturais mundiais? É porque o maior recurso que o Brasil possui é o seu povo - e quando essas pessoas não podem ser livres para perseguir oportunidades econômicas, não pode haver estabilidade social e prosperidade. O Brasil teve uma sucessão de políticos que prejudicaram essa criatividade, quer quisessem ou não.

Quando o Brasil se afastar da tomada de decisões econômicas centralizadas e respeitar a independência do setor financeiro, desfrutará de taxas de inflação mais baixas. Mas quando você tem grupos de interesse que promovem mais e mais ação política alinhada com o Estado e o capitalismo de compadrio, você enfraquece sua economia, favorece pessoas com influência e poder e reduz a quantia de dinheiro disponível para investimento em empreendimentos empresariais e as reais necessidades das pessoas.

Quando os trabalhadores e suas famílias têm acesso a empregos, eles começam a prosperar - o que significa muito mais do que apenas ter mais dinheiro. O dinheiro é realmente apenas uma oportunidade. A oportunidade de estabilizar a vida familiar e o bem-estar, os padrões espirituais do ambiente doméstico e preparar as crianças para o futuro, com

educação sólida e formação moral. O trabalho seguro e estável pode proporcionar essas oportunidades. É assim que os mercados ajudam a fundamentar a cultura moral da família e da sociedade.

Cidades têm chance de corrigir distorções em planos diretores

Nesta entrevista o arquiteto contou um pouco do que pensa sobre as questões urbanísticas das cidades brasileiras e os principais desafios que as cidades precisam enfrentar na atualização de seus planos diretores.

Anthony Ling

Anthony Ling é arquiteto, urbanista e pesquisador, conhecido por seu trabalho como fundador e editor-chefe do Caos Planejado, site que reúne artigos, entrevistas e informações sobre urbanismo, com foco nas cidades brasileiras.

Publicada em 12/04/2023



Instituto Millenium

Como você avalia a atual situação do planejamento urbano no Brasil? Esse ano, muitas cidades revisarão seus planos diretores. Quais os principais desafios que os gestores públicos precisam enfrentar nessa área?

Anthony Ling

Nosso planejamento urbano atual, via de regra, tem uma inversão de prioridades: foca muito na regulação dos espaços privados e pouco no planejamento e gestão dos espaços públicos. A começar pela expansão urbana, praticamente toda expansão da malha viária é feita através de projetos privados de loteamento, aprovados um a um, sem um planejamento de longo prazo sobre quais áreas devemos avançar e como. Evidentemente, a ausência de diretrizes claras aliada à baixa fiscalização, principalmente em áreas periféricas, leva à proliferação de loteamentos e ocupações irregulares que, na prática, acabam sendo consolidados como parte do desenvolvimento urbano.

Há também um descaso histórico com a gestão e manutenção dos espaços públicos existentes. Será que estamos usando os recursos adequadamente, permitindo estacionamento de veículos privados gratuitamente ou a um custo irrisório? Como deve ser feita a expansão de ciclovias, de corredores de ônibus, de calçadas? Por que a calçada, um espaço tão público quanto o leito carroçável, é desenhada e mantida pelos proprietários dos imóveis adjacentes? Por que existe uma ineficácia tão grande em tarefas básicas, como a zeladoria de parques e praças ou da ocupação de baixos de viadutos? Em um paradigma ainda mais grave, como o Estado deve investir e interferir em favelas atualmente desprovidas de infraestrutura física e social, como deve regularizar esses territórios para diminuir o abismo que existe hoje entre cidade formal e informal? Essas questões, inerentemente de natureza pública, são praticamente inexistentes no debate do planejamento urbano nas cidades brasileiras e não há atualmente atores responsáveis por pensar como endereçá-las.

Em contrapartida, gastamos maior parte do tempo do chamado “debate urbanístico” de uma cidade discutindo a quantidade de andares ou que atividades devem ou não ser permitidas em cada lote privado, que é uma decisão essencialmente privada e que já conta com uma série de atores privados no processo decisório, desde arquitetos aos incorporadores e os ocupantes finais das edificações.

Outra lacuna é a ausência de dados para guiar o processo de planejamento e gestão urbana. Indicadores imobiliários, por exemplo, fundamentais para entender a acessibilidade à moradia em uma determinada cidade, não são medidos pelo setor público, mas sim por diferentes agentes do setor privado para fins mercadológicos, ou seja, não de forma aberta para auxiliar o planejamento urbano. A ausência de dados torna as discussões a respeito de urbanismo uma “guerra de narrativas” sem embasamento em evidências, ou seja, sem avaliar causa-efeito de políticas públicas implementadas no passado, sem entendermos onde estão os acertos e os erros, e tornando cada discussão de planejamento como se a cidade estivesse sendo construída do zero.

Assim, entendo que gestores públicos deveriam buscar ampliar seus corpos técnicos na

consolidação e organização de dados que possam guiar o processo de planejamento e gestão urbana, assim como mudar radicalmente seu foco para o planejamento e gestão dos espaços públicos e implantação de infraestrutura, adotando uma postura de monitoramento em relação ao espaço privado.

Instituto Millenium

Adensamento urbano é problema ou solução?

Anthony Ling

Nem um, nem outro. A densidade por si só é apenas um indicador e não deve ser entendida como problema ou solução, sendo uma distração tratar do tema nesse sentido. Nas grandes cidades brasileiras, os bairros mais densos normalmente são os menos verticais: são favelas ou bairros que cresceram informalmente, onde as construções são coladas umas nas outras, e onde o espaço construído per capita é pequeno. Temos muitos bairros altamente verticalizados com densidades surpreendentemente baixas, à medida que os edifícios são torres isoladas entre si, com amplas áreas livres condominiais ao seu redor, e onde as unidades são grandes e as famílias, pequenas. Temos um paradigma curioso onde densidade ocorre sem verticalização e vice versa, em grande parte, resultado (ou consequência) das nossas regulações urbanísticas da cidade formal.

Instituto Millenium

Como a mobilidade urbana pode ser pensada dentro do contexto do planejamento urbano? Quais as melhores práticas que podem ser adotadas para melhorar a qualidade do transporte nas cidades?

Anthony Ling

A mobilidade urbana ainda é vista, na maioria das prefeituras, como um trabalho essencialmente viário, com objetivo de dar maior fluxo de trânsito ao automóvel individual, investindo centenas de milhões de reais na ampliação viária, na forma de alargamentos, túneis e viadutos. Ou seja, a demanda por espaço gerada pelo uso do automóvel individual, o meio de transporte que mais exige espaço, não tem mecanismo de preço para equilíbrio, sendo adotada uma postura de reagir com mais oferta através de recursos públicos e destruindo os tecidos urbanos, muitas vezes com desapropriações de populações de baixa renda, no processo.

Como respondido na primeira questão, é preciso um foco maior no entendimento do uso da infraestrutura e do espaço público. O espaço viário não é bem utilizado, normalmente priorizando o uso do automóvel individual: apesar de ser uma propriedade 100% privada,

ocupa espaços públicos de forma indiscriminada, gerando não apenas uma ineficiência no uso do espaço, assim como também pode ser compreendido como uma renúncia fiscal do poder público, ao não atribuir um preço ou uma tarifa por este uso, que é a regra em todas as outras infraestruturas urbanas, desde água à energia elétrica.

Na ausência de mecanismos de precificação, inicialmente cobrando pelo serviço de estacionamento em via pública, mas também possivelmente pensando em mecanismos de taxa de congestionamento, ou pedágio urbano, é preciso pensar na reorganização do espaço viário, como na implantação de faixas exclusivas de ônibus, que tem o mesmo objetivo de mitigar o subsídio atualmente concedido ao automóvel, assim como em toda cadeia de transporte ativo que leva ao transporte público, essencialmente as calçadas e, quando possível, as ciclovias.

No lado regulatório, é preciso repensar os contratos de concessões de transporte público, focando em métricas operacionais, assim como revisar a proibição histórica do chamado “transporte alternativo” de vans e lotações, que cumpriam e ainda cumprem um papel essencial no sistema de transportes, de forma a regulamentar e incorporar o serviço ao leque de opções de transporte dos usuários.

Instituto Millenium

Quais são as principais tendências em urbanismo no mundo que estão em linha com o que você acredita serem boas soluções para as cidades brasileiras?

Anthony Ling

Sinceramente, eu não acredito em seguir “tendências” de urbanismo. Esta palavra é usada com frequência, como se estivéssemos falando de tendências de estilos na produção arquitetônica, só que para a produção de cidades, ou na última moda de dieta para perder peso que, na realidade, tem pouco respaldo na literatura científica da área da saúde e que pode até prejudicar a saúde de quem adota. Esta abordagem é equivocada. O urbanismo deveria ser encarado como uma ciência que possui um arcabouço de evidências teóricas e práticas bastante robustas que devem nos ajudar a nortear nossas tomadas de decisões em relação às cidades. A discussão sobre tendências apenas exacerba a “guerra de narrativas” que mencionei na primeira pergunta.

Instituto Millenium

Como a pandemia da Covid-19 afetou o planejamento urbano e as políticas de mobilidade nas cidades brasileiras? Quais os impactos a longo prazo que podemos esperar na forma como as cidades são planejadas e gerenciadas?

Anthony Ling

No que pude acompanhar, os processos de planejamento urbano foram prejudicados pela pandemia, no sentido de impossibilitar o processo participativo presencial, que normalmente caracteriza a participação democrática no planejamento urbano, com muitas revisões de planos diretores sendo adiadas por este motivo. No que tange a dados, que comentei nas respostas anteriores, tivemos o adiamento do Censo, que tem sido uma ferramenta importantíssima no entendimento das cidades e que ajuda a balizar decisões de planejamento em diversos municípios.

Na mobilidade urbana, o fator mais crítico foi o colapso dos sistemas de transporte público, que viram o número de passageiros – e, conseqüentemente, sua receita – despencar durante a pandemia, agravando em um curto período de tempo a sangria financeira que esses sistemas já estavam sofrendo antes da pandemia. A resposta que muitas dessas cidades tiveram foi o socorro emergencial exclusivamente financeiro desses sistemas, para que os ônibus continuassem funcionando.

No entanto, o que poderia ser uma oportunidade para reorganizar as concessões sob novas bases de eficiência operacional, trazendo benefícios no longo prazo, foi o contrário do esperado. No pós-pandemia temos visto pouco ou nenhum avanço nesse aspecto, com subsídios às operações em patamares insustentáveis para as finanças municipais se tornando permanentes, não apenas endereçando o caráter emergencial da pandemia.

Durante a pandemia, algumas cidades também aproveitaram o momento propício para testar ciclovias temporárias e outras formas de adaptação urbana para a mobilidade, mas acredito que mais oportunidades foram desperdiçadas do que de fato utilizadas nos anos de pandemia.

Instituto Millenium

Como a tecnologia pode ser utilizada para melhorar o planejamento urbano e a gestão das cidades? Quais são as principais ferramentas e soluções tecnológicas que podem ser adotadas nesse contexto?

Anthony Ling

Tecnologias computacionais, de geoprocessamento e de mapeamento e ferramentas de gestão e de comunicação já estão disponíveis há décadas, assim como a ferramenta mais usual de todas, o computador. Não vejo elas sendo o principal gargalo para o planejamento e a gestão das cidades. Evidentemente que o custo dessas ferramentas diminuiu ao longo dos anos, mas o mais importante é ter claro que objetivos devem ser atingidos e como utilizar as ferramentas já existentes para atingir esses objetivos.

Instituto Millenium

O planejamento urbano é incompatível com a liberdade? Acredita que é possível conciliar o zoneamento com as vontades e preferências das pessoas para determinadas áreas?

Anthony Ling

Não acho que o debate sobre planejamento urbano sob a ótica da “liberdade” seja resolutivo. O problema de determinar a priori um “zoneamento”, que defino aqui como a regulação de usos e ocupações de terrenos privados em todo o território de uma cidade, surge, pois essas determinações normalmente são subjetivas e distorcem a alocação de espaço construído e de atividades – de pessoas, de empregos e, assim, também de deslocamentos. A alocação de atividades e de espaços, seja através do mercado imobiliário ou dos usos que ocupam cada edificação na cidade, funciona relativamente bem sob regulações mínimas de externalidades, como poluentes agressivos ou geradores de ruído, já há tempo virtualmente eliminados dos centros urbanos, não só pela evolução das regulações urbanas e ambientais, mas também pelo preço da terra, que expulsou grandes manufaturas das regiões valorizadas.

No entanto, mercados – e, portanto, o uso e ocupação do solo – por definição, não funcionam quando estão ausentes, seja quando estamos lidando com infraestruturas inerentemente públicas e monopolísticas na cidade, seja quando endereçamos uma favela que se desenvolveu em paralelo ao que chamamos de mercado formal e que não há uma atuação de fato do Estado criando condições básicas para que mercados funcionem.

O cidadão como protagonista da cidade

Nesta entrevista, Luciana explica o conceito de cidades responsivas e como isso pode ajudar a ter cidades mais modernas, funcionais e inclusivas.

Luciana Fonseca

Luciana Fonseca é arquiteta, urbanista, Doutora e Mestre em Planejamento Urbano. Também é sócia fundadora e Diretora do Instituto Cidades Responsivas e Chapter Lead de urbanismo no Grupo OSPA, grupo de desenvolvimento urbano ancorado em arquitetura, tecnologia e economia urbana.

Publicada em 18/04/2023



Instituto Millenium

O que são cidades responsivas?

Luciana Fonseca

Responsividade é produzir respostas observando as relações de causa e efeito. Nesse sentido, uma cidade que tem uma boa equalização entre oferta e demanda está sendo responsiva. No cenário atual, a tecnologia e a grande quantidade de dados potencializam as ações de responsividade.

O volume e a velocidade de dados produzidos cotidianamente permitem uma gestão urbana em tempo real, de forma mais eficaz e tendo o usuário como protagonista. A cidade responsiva surge como um modelo que considera seus habitantes como agentes ativos e conscientes. Por meio da tecnologia colaborativa ou crowdsourcing, os usuários podem fornecer voluntariamente informações que se transformam em dados.

Diferentemente das smart cities, que se valem de dados captados por sensores enviados para uma central de planejamento para a tomada de decisões, as responsive cities prezam pelos inputs de dados em plataformas como o waze, que organiza a mobilidade através da dinâmica imediata da cidade: ação e reação. É entender que todos somos responsáveis pelo que ocorre na cidade, assumindo, por exemplo, que nós não “estamos” em um engarrafamento, nós “somos” o engarrafamento.

Em síntese, o conceito de responsividade está ligado à transparência dos dados, ao protagonismo dos usuários, e ao foco ampliado na gestão das cidades em tempo real. Quando temos acesso aos acontecimentos, o maior desafio passa a ser responder a eles da melhor maneira possível, no menor tempo. Isso pode ocorrer de maneira mais “orgânica” e “auto-organizável” em uma cidade responsiva. Uma cidade responsiva vale-se mais de ações bottom-up, do que de um planejamento top-down. Para tanto, a ética e a responsabilidade são palavras e ações chave.

Instituto Millenium

Quais são as principais características de um projeto arquitetônico que promove uma cidade mais responsiva e sustentável? Poderia nos dar alguns exemplos de projetos da OSPA que exemplificam isso?

Luciana Fonseca

A principal característica para que um projeto arquitetônico promova uma cidade responsiva e sustentável é produzir por meio do artefato arquitetônico a melhor resposta para a cidade. Isso ocorre quando entendemos a vocação do lugar, o que pode ser simplificado com o uso

de tecnologia e dados, e é importante ressaltar que fazer uso dos dados não desumaniza a realização dos projetos, eles estão apenas nos auxiliando na leitura da cidade.

As edificações devem traduzir o contexto espacial e entender as demandas que estão atreladas às dinâmicas urbanas, para criar diversidade e potencializar a vitalidade urbana. E isso pode ser simples, Jane Jacobs há tempos já sintetizou em poucos pontos o direcionamento do nosso olhar na concepção urbana: trata-se de ter densidade suficiente, misturar usos a fim de produzir dinâmicas em horários variados, primar por malhas urbanas integradas, quadras curtas que potencializam os encontros entre as pessoas, ter olhos pra rua criando interfaces conectadas e não fachadas cegas.

Nesse sentido somos sempre responsivos. O edifício Beat, na cidade de Porto Alegre, por exemplo, é uma edificação de uso residencial e comercial construída ao lado de um edifício protegido como patrimônio histórico. A morfologia do novo edifício foi elaborada a partir do patrimônio histórico localizado ao lado, de modo que as duas construções, ainda que temporalmente distantes, possam conviver harmonicamente no mesmo espaço-tempo.

Fomos responsivos à paisagem urbana e à história da cidade. O programa criado para o edifício, o tamanho dos apartamentos, o valor das unidades, responde às demandas das pessoas que procuram um lugar para viver naquela região. Fomos responsivos ao mercado. O uso comercial dado ao térreo, produz uma fachada ativa que potencializa o uso das calçadas. Fomos responsivos ao espaço público da cidade.

Instituto Millenium

Pode falar um pouco do trabalho do Responsive Cities Institute?

Luciana Fonseca

Nascemos da união da Escola Livre de Arquitetura - ELA com o Grupo OSPA com o objetivo de unir a reflexão acadêmica aos desafios concretos do mercado. Buscamos um alinhamento de propósitos entre o ensino e a prática, que esteja em consonância com o tempo em que vivemos. Nossas iniciativas nascem a partir das demandas reais percebidas na ação cotidiana da arquitetura e do urbanismo. Queremos produzir as bases necessárias para ter escala na transformação do modus operandi que existe atualmente na concepção de cidades.

Trabalhamos para conectar as diversas frentes necessárias no processo de elaboração de cidades responsivas. Somos um núcleo de educação, pesquisa e difusão de conhecimento, focado em arquitetura e urbanismo, tecnologia e economia urbana que compreende a arquitetura como sendo a agregadora multidisciplinar que deve protagonizar o pensamento e a ação estratégica para o desenvolvimento das cidades. Nas consultorias em urbanismo estratégico, trabalhamos de modo a unir os agentes públicos e privados ao conhecimento e à pesquisa, com base em dados. Ao conectar os pontos desta tríade de agentes - público, privado e acadêmico -, criamos o cenário propício para agir no desenvolvimento urbano.

Instituto Millenium

Qual é o papel da tecnologia e da inovação no desenvolvimento de projetos urbanos e arquitetônicos?

Luciana Fonseca

Este papel é crucial, tanto conceitualmente, como praticamente. Temos conhecimento de muitos estudos e ações que estão transformando a realidade de lugares por meio da quebra de paradigmas que reprogramam nossa maneira de agir. Isso envolve novas formas de gerir serviços urbanos, como o tratamento de resíduos, bem como novas formas de utilizar energias que sejam renováveis, por exemplo.

Mas envolve também a maneira como as secretarias de urbanismo estão absorvendo a tecnologia e a inovação em suas práticas, como o licenciamento online em Fortaleza, que ocorre em 30 minutos e é, em grande parte, auto-declaratório, gerando um QR code no lugar de assinaturas. Outro exemplo é a plataforma Reviver Centro, no Rio de Janeiro que, ao indicar as edificações históricas de único dono, facilita as operações de retrofit na região.

Instituto Millenium

Como você aborda a questão da acessibilidade e inclusão social na criação de espaços urbanos responsivos?

Luciana Fonseca

Por meio da responsividade! Mas é lógico que existem desafios a serem enfrentados. Em um primeiro momento, é necessário que todos tenham acesso a rede digital e consigam gerar dados para terem suas dinâmicas mapeadas e consideradas.

De outra ponta, podemos nos valer de instrumentos que existem no Estatuto da Cidade, que são utilizados no planejamento urbano, proporcionando maior flexibilização ao desenvolvimento urbano. Estes, sendo bem geridos, podem auxiliar em um sistema urbano socialmente mais equilibrado. As arrecadações que ocorrem por meio de outorgas onerosas, por exemplo, podem ser investidas como contrapartida na execução de programas e projetos habitacionais de interesse social. Dessa forma, permite-se uma ação mais espontânea do mercado, enquanto a administração pública pode direcionar seus esforços para investir na implantação de equipamentos urbanos e comunitários e na criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, por exemplo.

Instituto Millenium

Quais são os maiores desafios enfrentados pelos arquitetos e urbanistas ao projetar cidades responsivas, e como a OSPA os enfrenta?

Luciana Fonseca

Um dos maiores desafios com relação ao planejamento de cidades responsivas está na percepção geral com relação ao tema, e a necessidade de sensibilizar as pessoas para esta realidade: já não se trata de futuro, se trata de presente; já não acontece apenas “lá fora”, acontece aqui também; já não é apenas para alguns, pode ser para todos.

Quando falamos em cidades responsivas e inteligentes, que usam a tecnologia como ferramenta para propor soluções inovadoras, é comum que as pessoas acreditem que para isso é necessário um aparato tecnológico robusto, quando, na verdade, um dos aspectos centrais é a forma como essa tecnologia é operacionalizada. É preciso haver uma governança de dados dentro das organizações públicas e privadas. É preciso saber como tratar e transversalizar essas informações, para poder ter insights preditivos com base na realidade.

No ecossistema OSPA, especificamente, um desafio enfrentado cotidianamente é o excesso de burocracia que existe para agir nas cidades contemporâneas. Enfrentamos isso prezando pela simplificação, tanto no que tange os projetos arquitetônicos, quanto no que toca a escala da cidade. Estudamos as possibilidades de criar planos diretores parametrizáveis e desenvolvemos ferramentas como a plataforma PLACE, que nasceu para simplificar estudos de viabilidade dos projetos por meio da automatização de dados e que, atualmente, avança para o desenvolvimento preditivo de cenários urbanos.

Disponibilizamos o acesso aos dispositivos de controle urbanos de Porto Alegre e São Paulo gratuitamente, e estamos ampliando essa ação com outros municípios. Já o Instituto Cidades Responsivas, além de criar cursos que instrumentalizam as pessoas para agir nas cidades, como o MBA Cidades Responsivas (já em terceira edição) e o curso livre “Transformação Digital para Planejamento e Gestão Urbana de Municípios”, vem trabalhando com consultorias de urbanismo estratégico focado em dados, para identificar a vocação urbana de determinados lugares, reconhecendo as potencialidades e as fragilidades do sistema urbano. Diante de um sistema complexo e multi agente como são as cidades, os dados podem revelar os caminhos mais consistentes, nos livrando do “achismo” e compatibilizando de maneira inteligente as reais demandas das cidades.

Instituto Millenium

Olhando para o futuro, quais são as principais tendências e transformações que você enxerga para o desenvolvimento de cidades responsivas, e como o mundo tem lidado com isso?

Luciana Fonseca

A visão da cidade como máquina, regida por ações top-down, passa a ser substituída por uma lógica que entende a cidade como um sistema biológico, capaz de se auto-organizar por meio de ações botton-up. Como de costume, a tecnologia alavanca as transformações e a revolução tecnológica que vivemos hoje é digital e informacional. Os modelos computacionais urbanos emergem como ferramentas possíveis ao “novo planejamento” – eles não podem prever o futuro, mas nos preparam melhor para lidar com ele.

Nesse sentido os Digital Twins, na esfera do planejamento urbano, amplificam a capacidade da gestão urbana em tempo real. Os Gêmeos Digitais são o instrumento propício para disponibilizar dados urbanos atualizados - tanto dentro da administração municipal, quanto abertamente em plataformas de dados públicos - e para abrigar algoritmos de análises sobre como tornar o ambiente construído mais eficiente.

Aplicações desse tipo têm surgido no cenário internacional através de pesquisas acadêmicas ou de parcerias entre empresas e prefeituras. No Brasil, as iniciativas de plataformas para visualização de dados urbanos se distanciam do que é visto internacionalmente por apresentarem enfoque em uma temática particular e por ainda não possibilitarem a exploração de cenários futuros a partir das informações atuais. Mesmo assim, já estamos avançando nesse sentido em projetos como a Plataforma PLACE e o Reviver Centro.

Queda da desigualdade foi pequena, diante do montante investido

Os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram uma redução histórica na desigualdade social, no ano passado. Os números mostram que o chamado índice de Gini do rendimento domiciliar per capita — que mede a desigualdade — caiu de 0,544 em 2021 para 0,518 em 2022. Os motivos passam pelo montante recorde destinado à transferência de renda, pelo Auxílio Brasil. Além destas observações, Laura aborda também temas como pobreza, programas sociais e a importância da produtividade para a solução definitiva do problema.



Laura Müller Machado

Laura Müller Machado é Mestre em Economia Aplicada pela USP, especializada em políticas públicas, e já foi secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Publicada em 23/05/2023

Instituto Millenium

Recentemente, o IBGE divulgou que houve uma diminuição histórica na desigualdade social no Brasil. Quais fatores você considera como os principais responsáveis por esta mudança e quais são as suas projeções para a trajetória futura da desigualdade social no país?

Laura Müller Machado

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) fornecem um panorama da situação dos domicílios em 2022, revelando que alcançamos um marco histórico. Registramos uma situação de desigualdade de renda muito semelhante à que tínhamos em 2014 e 2015. A razão para isso foi, em primeiro lugar, a grande quantidade de recursos alocados para transferência de renda durante a pandemia. Segundo o Portal da Transparência, em 2020, quase R\$ 300 bilhões foram destinados à transferência de renda, incluindo o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil.

Antes disso, entre 2010 e 2019, a quantia total de transferência de renda era de R\$ 30 bilhões. Em 2020, o valor subiu para R\$ 325 bilhões, cerca de onze vezes mais do que o valor total dos anos anteriores. Foi como se tivéssemos feito dez anos de Bolsa Família em um único ano. Em 2021 e 2022, o valor foi de cerca de noventa bilhões, o que representa uma triplicação da transferência de renda histórica. Acredito que este é um fator crucial. Na verdade, esperava-se que chegássemos a um nível três vezes menor do que tínhamos em 2014.

Com essa enorme transferência de renda, que apresenta um desafio significativo em termos fiscais a longo prazo, acredito que deveríamos ter feito mais do que apenas retornar ao nível de 2014. O segundo motivo é que 2022 foi o ano em que a atividade econômica realmente retornou ao normal. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil retornou ao nível pré-pandêmico, e oito milhões de pessoas que estavam sem trabalho encontraram ocupação. Portanto, a recuperação econômica pós-pandêmica em 2022, juntamente com o grande volume de transferência de renda, levou a essa redução histórica tanto na taxa de pobreza quanto na desigualdade de renda.

Instituto Millenium

Tem-se observado um paradoxo emergente: enquanto os índices de pobreza estão diminuindo, há relatos de aumento da insegurança alimentar. Como você concilia essas duas tendências que parecem ser contraditórias?

Laura Müller Machado

Como conciliamos o aumento da insegurança alimentar com uma diminuição na pobreza e na desigualdade? Nossos índices de desigualdade retornaram ao nível de 2014, mas

com três vezes mais recursos. Portanto, talvez esperássemos uma redução ainda maior na desigualdade e na pobreza. Isso não aconteceu provavelmente porque a transferência de renda não foi bem direcionada. Não estava focada nas pessoas mais necessitadas. Esses R\$ 90 bilhões de 2022 foram distribuídos de maneira bastante homogênea entre as classes econômicas, e provavelmente não chegaram aos 5% mais vulneráveis. Então, é possível que parte dessa população mais vulnerável, que é mais propensa à insegurança alimentar, não tenha recebido essa assistência. Além disso, fatores como a inflação dos alimentos e a instabilidade da economia também podem ter contribuído para essa situação.

Instituto Millenium

O programa Bolsa Família tem sido um marco na política social brasileira. Na sua opinião, quais são os pontos fortes desse programa e quais aspectos precisam ser melhorados? Além disso, a ida e vinda com o programa Auxílio Brasil trouxe avanços ou retrocessos?

Laura Müller Machado

O Programa Bolsa Família é um programa muito importante para o combate, não superação, mas o combate à extrema pobreza e a desigualdade extrema no Brasil, porque ele se propõe a passar uma quantidade de recursos per capita para as famílias em vulnerabilidade. Tem o mérito de garantir o básico do básico para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Porém, precisa aperfeiçoar sua focalização, dada a existência de insegurança alimentar mesmo com o valor de transferência por família sendo mais alto do que nunca. Não estamos conseguindo transferir para todos que precisam. Portanto, o programa precisa melhorar a sua focalização, buscar ativamente as famílias em situação de vulnerabilidade.

As comunidades sabem quem está em extrema vulnerabilidade; talvez Brasília não saiba, mas as redes locais certamente podem identificar essas famílias. Assim, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) precisa realizar busca ativa e verificar nos bairros dos territórios que estão sob sua responsabilidade. Existem mais de cinco mil e quinhentos CRAS espalhados pelo Brasil, e eles devem verificar se há alguém necessitando do Bolsa Família.

A transferência de renda é um passo importante para a autonomia, pois garante condições básicas para as pessoas se organizarem. Mas o programa precisa pensar em saídas. Uma vez que as necessidades básicas são atendidas, que trabalho é feito com essas famílias para que alcancem sua autonomia? Como apoiamos essas famílias para que elas se organizem, coloquem as crianças na escola, garantam sua saúde básica e se insiram no mercado de trabalho? O programa Puente do Chile é um exemplo de sucesso em que as famílias vulneráveis recebiam tanto apoio financeiro do governo quanto um projeto de vida para alcançarem sua autonomia.

Instituto Millenium

Dentro do contexto da mobilidade social no Brasil, quais são as oportunidades mais imediatas para progresso e melhorias substanciais? Como devemos avaliar e implementar mecanismos de bem-estar social orientados para a demanda, como a renda básica, vouchers e charters?

Laura Müller Machado

A literatura frequentemente discute a “armadilha da pobreza”, que é uma situação na qual alguém fica preso na pobreza e tem dificuldade em sair. Então, para promover a mobilidade social, o primeiro passo é garantir o básico. A transferência de renda para aqueles que mais precisam é fundamental, não apenas como um direito, mas também como o primeiro passo para a pessoa se organizar e acessar outros direitos, como saúde e educação.

Todo ser humano tem sonhos e desejos que gostaria de realizar. De acordo com a PNAD, 70% dos brasileiros vulneráveis que gostariam de trabalhar estão fora do mercado de trabalho. Pensar em um programa acoplado ao Bolsa Família que ajude essas famílias a planejar e implementar seu projeto de vida é crucial. Para isso, seria necessário um agente de desenvolvimento para acompanhar a família, ajudá-la a sonhar e a tornar seus projetos de vida uma realidade. Portanto, a combinação de transferência de renda com orientação para a construção e execução de um projeto de vida é um passo muito importante que devemos dar.

Instituto Millenium

Considerando que o combate à pobreza vai além da redistribuição de renda, como os fatores de crescimento econômico e produtividade, ou a falta deles, influenciam diretamente a dinâmica da mobilidade social no Brasil?

Laura Müller Machado

No longo prazo, só a produtividade importa. Mesmo que as famílias recebam transferências e tenham ajuda para planejar seus projetos de vida, se a economia não for capaz de incorporar essas pessoas, nosso esforço será em vão. Sem crescimento econômico, sem produtividade, e sem postos de trabalho para essas famílias, a pobreza persistirá. Portanto, ter um país produtivo com crescimento econômico que inclua pessoas vulneráveis em seus planos é o único caminho que temos.

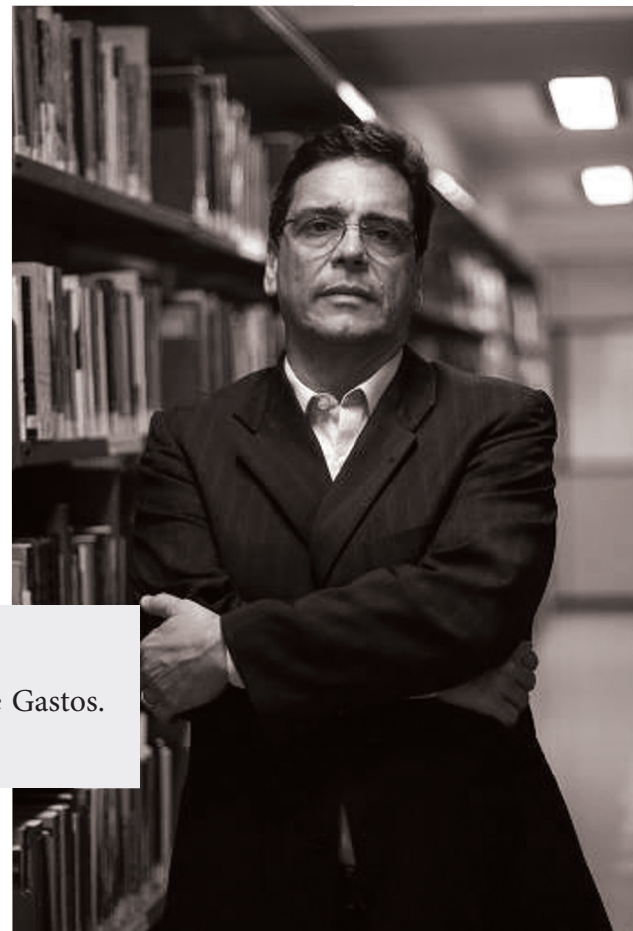
Novo marco fiscal será pouco efetivo

Na noite de 23 de maio de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou o novo arcabouço fiscal do Brasil por 372 votos a 108, marcando uma significativa revisão da política fiscal do país. O texto, que agora segue para o Senado, visa substituir o atual Teto de Gastos com regras mais flexíveis, gerando polêmica e críticas. Para uma análise profunda da questão, entrevistamos Marcos Mendes.

Marcos Mendes

Marcos Mendes, economista, é um dos criadores do Teto de Gastos. Doutor em economia e pesquisador associado do Insper.

Publicada em 24/05/2023



Instituto Millenium

O novo marco fiscal prevê o equilíbrio entre arrecadação e gastos, zerando o balanço em 2024 e registrando superávit a partir de 2025. Como você vê a viabilidade dessas metas, dado o atual contexto econômico do Brasil?

Marcos Mendes

As metas de superávits primários fixadas pelo governo estão bastante elevadas quando comparadas com o ponto de partida, que é um déficit de 2% do PIB orçado para 2023. Para 2023, a meta do governo é de 0,5% do PIB. Para atingi-la, seria necessário um ajuste de 1,5% do PIB, o que é muito alto. Não vejo possibilidade de atingir essa meta. O próprio secretário do Tesouro, em avaliação das contas feita esta semana, falou que está mirando um déficit de 1% para este ano, quando a parte inferior da meta para este ano é de um déficit de 0,75%. Está muito difícil o governo conseguir receita suficiente para fechar essa conta com as metas fixadas.

Instituto Millenium

O projeto de lei prevê uma série de medidas caso as metas fiscais não sejam alcançadas. Na sua opinião, quão realista é a expectativa de que essas medidas sejam de fato implementadas?

Marcos Mendes

Com relação à eficácia das medidas de ajuste, chamadas gatilhos, elas foram colocadas de forma muito defasada no tempo. Então, no primeiro ano que não cumprir a meta de primário, faz apenas algumas daquelas medidas de ajuste que estão na Constituição. Só no segundo ano, faz as medidas mais duras, de maior efeito, como não reajustar o salário dos servidores, não contratar, não fazer concurso. Além disso, o fato do salário mínimo ficar fora da regra diminui muito a capacidade de ajuste das contas, porque o salário mínimo impacta a metade da despesa primária, e com ele subindo acima da inflação, como o governo quer, vai ficar muito difícil controlar despesas.

Instituto Millenium

O governo tem se utilizado de emendas parlamentares como moeda de troca. Como estudioso desse assunto, quais os problemas que vê nesse modelo?

Marcos Mendes

Elas sempre foram usadas como instrumento de barganha. Agora estão perdendo esse efeito. O grande problema é que elas aumentaram muito de valor, eram na faixa de R\$ 12 a

15 bilhões, e agora são mais de R\$ 40 bilhões. Boa parte delas é dividida igualmente entre parlamentares, o que torna impossível fazer barganha política com isso. E a parcela que é usada de forma livre pelo governo tem sido aplicada de forma bastante ineficiente, com sérios indícios de corrupção, via Codevasf e outros mecanismos similares. Portanto, as emendas perderam a eficácia em arregimentar apoio político, ao mesmo tempo em que se tornaram mais caras e mais ineficientes.

Instituto Millenium

O novo marco veio para substituir o Teto de gastos, implementado no governo Temer. Como, daqui a 10 anos, o Brasil pode ser diferente por causa dessas escolhas?

Marcos Mendes

O novo arcabouço fiscal veio para substituir o teto de gastos. Ele está sendo substituído porque houve uma decisão da classe política, aparentemente com grande apoio do eleitorado, de expandir fortemente a despesa e de não se preocupar com a dívida pública. A pandemia teve esse efeito de estimular a entrada do governo com mais gastos e assistência, e muitos desses gastos se tornaram permanentes. Isso gera ganhos de curto prazo para os beneficiários desses gastos, mas gera perdas de longo prazo para o país em termos de crescimento econômico e geração de emprego. Avalio que esse novo marco fiscal será pouco efetivo. Ele já parte de uma despesa muito alta, permite um crescimento grande da despesa e não controla fatores importantes de crescimento da despesa, que são prioridades do governo, como o aumento do salário mínimo, a volta da indexação do gasto mínimo de saúde e educação à variação da receita, e aumento da folha de pagamento. Esses três fatores devem estourar os limites de gastos, tornando essa regra durável por pouco tempo. Então eu vejo uma situação fiscal muito desafiadora no Brasil. Teremos um trabalho muito grande para restabelecer um mínimo de previsibilidade fiscal e de estabilidade da dívida pública.

Instituto Millenium

Finalmente, se você pudesse propor uma alteração ou adição ao novo marco fiscal, qual seria e por quê?

Marcos Mendes

Como eu já falei antes, tenho pouca crença de que esse marco fiscal venha a ser efetivo e durar muito tempo, porque ele contradiz os principais objetivos do governo atual, que são de expandir o gasto público. Todas as principais propostas do governo são baseadas em aumento de gasto público. Portanto, controlar a despesa não vai ser uma coisa simples neste governo. Se eu pudesse fazer uma sugestão de melhoria do marco fiscal, eu sugeriria, primeiramente, a redução do limite de gastos para 2024 e 2025. O relator colocou exceções

que permitem gastos maiores nesses primeiros anos, o que, partindo do nível de gastos já alto de 2023, aumentaria a dívida pública de forma bastante acelerada.

Eu também eliminaria o dispositivo que permite ao Poder Executivo não usar todos os instrumentos, todos os gatilhos de contenção de despesa, quando não cumprir o resultado primário. Esse dispositivo dá oportunidade ao governo de escolher alguns instrumentos, o que enfraquece muito o uso dos gatilhos. Eu também não excluiria os gastos vinculados ao salário mínimo do controle de despesa quando do acionamento dos gatilhos.

As diretrizes da reforma tributária

Após a apresentação das diretrizes básicas da reforma tributária pelo relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na Câmara dos Deputados, o cenário fiscal brasileiro parece prestes a sofrer alterações significativas. O plano sugere a criação de um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), que unifica diversos impostos existentes, como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS, com uma taxa única para bens e serviços. Schwartzman enxerga méritos na iniciativa, mas expressa preocupações quanto a um possível aumento de impostos e critica a manutenção dos benefícios fiscais para a Zona Franca de Manaus.

Alexandre Schwartzman

Alexandre Schwartzman é economista e consultor e já foi diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central.

Publicada em 07/06/2023



Instituto Millenium

Na sua opinião, quais são os principais problemas do sistema tributário atual? As diretrizes apresentadas contemplam soluções para esses problemas?

Alexandre Schwartzman

São vários, mas vale citar o próprio relatório do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que afirma que “a tributação sobre o consumo no Brasil é complexa, disfuncional, ineficiente, desequilibrada e injusta”. Concretamente, a existência de 5 diferentes tributos administrados por 3 diferentes níveis de governo gera enorme complexidade, portanto incerteza e um contencioso tributário sem paralelo no mundo. Adicionalmente, há assimetria na tributação de bens e serviços, os últimos sujeitos, como regra, a tributação muito menor do que os primeiros, o que gera, inclusive, ineficiências na escolha de técnicas de produção (por exemplo, no setor de construção, mais uso de produção “in site” – serviço – do que a aquisição de perfis pré-fabricados, tributados como bens), além de favorecer extratos mais ricos da população, que consomem mais serviços do que os mais pobres.

Além disto, a tributação na origem leva à guerra fiscal, isto é, o oferecimento de vantagens tributárias para o estabelecimento de produção em determinados estados, sem considerações quanto ao custo logístico (proximidade de matérias primas e mercado consumidor, por exemplo), fonte de perda de produtividade e eficiência.

Persistem tributos cumulativos (isto é, tributos sobre tributos), que distorcem preços e levam à verticalização da produção, mesmo que não seja o resultado mais eficiente economicamente falando.

Há o reconhecimento destes problemas no relatório e a proposta se encaminha no sentido de resolvê-los. A proposta contempla, por exemplo, tributação em princípio igual para bens e serviços, cobrada no destino (o que elimina os incentivos para a guerra fiscal) e com pleno aproveitamento dos créditos tributários (ou seja, os impostos pagos na aquisição de insumos são descontados dos impostos a pagar na venda do produto). De maneira geral, sim, o projeto endereça alguns dos problemas listados acima.

Instituto Millenium

Você é favorável ao IVA? Preferia o modelo unificado, ou concorda que o dual é a melhor solução? Por quê?

Alexandre Schwartzman

Sim, trata-se da melhor maneira de lidar com o imposto sobre consumo, precisamente por eliminar (ou, ao menos, reduzir) as distorções acima apontadas. Isto dito, o IVA dual, em que há uma separação na gestão do IVA federal e do IVA subnacional (estados e municípios)

gera risco de problemas de coordenação entre os entes subnacionais, e entre eles e o governo federal. O Conselho Federativo proposto para o IVA subnacional me parece muito próximo do CONFAZ como existe hoje, que não funciona bem e tem se mostrado inclusive incapaz de limitar ações de estados que ferem suas próprias regras.

Enfim, parece o preço a ser pago para superar restrições políticas, e mesmo um IVA dual é melhor que o regime atual (o sarrafo é muito baixo, diga-se). Mas vejo como uma oportunidade perdida, matéria na qual o país se especializou há anos.

Instituto Millenium

Três setores (imobiliário, combustíveis e sistema financeiro) conseguiram um regime especial. Concorde com essas exceções?

Alexandre Schwartzman

Em dois destes segmentos (imobiliário e financeiro) há mais dificuldade na identificação de insumo e produto, e talvez faça sentido pensar numa forma distinta de tributação. Já no caso do segmento de combustíveis e lubrificantes, me parece uma questão mais operacional: é bem mais fácil tributar no refino do que sair correndo atrás de cada posto de combustível no país.

Instituto Millenium

Há ainda um imposto seletivo, para produtos que o governo quer desestimular (cigarro e álcool). Acha uma boa saída, uma vez que o consumo excessivo dessas substâncias pode sobrecarregar o sistema público de saúde?

Alexandre Schwartzman

Se não incluir vinho e cerveja, tudo bem. Falando sério, sim, há certo consenso de que devemos tributar mais produtos (bens e serviços) que produzam aquilo que em economês chamamos de “externalidade negativa”, ou seja, um custo que não recai apenas sobre o usuário do produto, mas sobre terceiros. Assim como o consumo de tabaco e bebidas gera custos para a sociedade como um todo, além dos que recaem sobre o usuário apenas (seus problemas de saúde afetam não apenas o usuário, mas o sistema de saúde público, etc), faz sentido um tributo extra. Da mesma forma, atividades poluidoras (ou, de maneira geral, que afetem negativamente o meio ambiente) devem sofrer alguma oneração adicional, obviamente calculada de forma técnica.

Instituto Millenium

E a Zona Franca de Manaus? Como você vê a não retirada dos benefícios fiscais dessa região específica?

Alexandre Schwartzman

Bom, trata-se de uma indústria infante com 50 anos passados e mais gloriosos 50 anos à frente: uma criança centenária. É um atraso de vida, que não serviu para acelerar o desenvolvimento sustentável da região e não servirá para isto. Mas o lobby conseguiu, sem muito custo, diga-se, convencer o Congresso do contrário. Azar do país e da região; sorte das empresas que lá se instalaram. A verdade é que com a renúncia fiscal (R\$ 35 bilhões orçados para 2024, pouco mais de 7% do conjunto das renúncias fiscais para o ano que vem), poderíamos financiar programas mais efetivos para desenvolver a região (maior ênfase na formação de mão-de-obra, produtos extrativos da região), mas vamos continuar com a cabeça enterrada na areia.

Instituto Millenium

Acredita que a reforma por si só gerará aumento de tributação?

Alexandre Schwartzman

Supostamente (ênfase no “supostamente”) não, na prática, provavelmente sim.

A transição (parcial e incompleta) do PIS-PASEP e da Cofins do regime cumulativo para o valor adicionado em 2003 e 2004, respectivamente, provê um exemplo prático. Em ambos os casos a mudança de regime (portanto de alíquota) seria “supostamente” neutra. No entanto, a arrecadação do PIS-PASEP saltou de R\$ 45 bilhões (a preços de hoje) em 2002 para R\$ 54 bilhões em 2003; já a arrecadação da Cofins, que permaneceu com as mesmas regras naquele ano, aumentou de R\$ 186 bilhões para R\$ 189 bilhões no mesmo período. O PIS, que equivalia a cerca de 25% da Cofins em 2002, saltou para 29% em 2003. Quando a mudança ocorreu com a Cofins, em 2004, foi esta que saltou de R\$ 189 bilhões para R\$ 235 bilhões, enquanto o PIS aumentou de R\$ 54 bilhões para R\$ 59 bilhões, isto é, voltou-se à proporção de 25%.

Ficou claro no episódio que a Receita se aproveitou da mudança de regime para elevar os tributos: como ambos são similares, mas a mudança ocorreu em anos distintos, tratou-se praticamente de um “experimento” natural. A Cofins foi o grupo de controle em 2003 e o PIS fez esta função em 2004.

Não duvido que se possa oportunisticamente elevar os tributos com a reforma, mesmo porque não teremos um grupo de controle tão nítido na transição dos atuais tributos sobre consumo para os novos, o que favorece a ação oportunista.

Estagnação pode levar ao fracasso. Promover mudanças é uma necessidade urgente

Nesta entrevista abordamos os desafios de modernizar a administração pública brasileira e discutimos Agilidade Institucional. O conteúdo serve como uma prévia para sua palestra no 1º Fórum Liberdade e Democracia de Curitiba, no dia 7 de julho. Lenhart apresentou insights sobre como tornar democracias liberais mais ágeis e eficazes.

Wagner Lenhart

Wagner Lenhart é Diretor Institucional do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul. Lenhart foi Secretário Nacional de Gestão e Desempenho de Pessoal do Governo Federal e Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão e da Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias da Prefeitura de São Paulo.

Publicada em 03/07/2023



Instituto Millenium

No Brasil, frequentemente parece mais fácil bloquear mudanças do que implementar reformas necessárias. Enquanto isso pode ser útil em países desenvolvidos para evitar erros, em países em desenvolvimento isso pode limitar o próprio aprendizado com os erros. Diante disso, quais desafios você identifica que precisamos superar para diminuir a resistência de grupos que frequentemente bloqueiam mudanças que poderiam tornar o setor público mais eficaz?

Wagner Lenhart

Por um lado, é até compreensível a resistência dos governos em correr riscos e propor soluções inovadoras, dado o impacto direto que políticas públicas têm na população, bem como o escrutínio de eleitores, imprensa e órgãos de controle. No entanto, em um mundo em rápida mudança, a estagnação pode levar ao fracasso. Promover mudanças e reformas é uma necessidade urgente.

Os desafios para superar a resistência à mudança são múltiplos. Primeiramente, precisamos estabelecer incentivos adequados. O atual sistema de incentivos na administração pública brasileira é, muitas vezes, disfuncional e não alinha as expectativas e necessidades da população com as metas dos órgãos públicos e os incentivos individuais dos agentes.

Em segundo lugar, devemos aprender a testar. Muitas vezes, reformas não avançam por receio de errar, ou por se considerar que os riscos superam os possíveis ganhos. Para superar isso, precisamos de uma cultura de abertura a novas ideias, testar soluções privadas para problemas públicos e, sempre que possível, a criação de ambientes de teste controlados.

Em terceiro lugar, é necessário ser mais pragmático. Muitas vezes perdemos tempo com debates ideológicos que não resolvem os problemas reais. Precisamos focar nos dados e na realidade.

Por fim, é preciso neutralizar a pressão de grupos de interesse. Profissionais e grupos econômicos possuem meios de influenciar governos, e cabe aos órgãos estatais zelar pelos interesses da sociedade. A atuação do estado não pode ser determinada por uma minoria barulhenta e organizada, enquanto a maioria silenciosa arca com as consequências.

Instituto Millenium

O funcionamento do setor público no Brasil enfrenta inúmeros desafios. Portanto, escolher onde intervir é crucial para maximizar o impacto na eficiência do Estado. Quais áreas você acredita serem as mais promissoras para melhorar a capacidade do Estado brasileiro? E como devemos priorizar essas áreas?

Wagner Lenhart

Um dos principais setores para intervenção é, sem dúvida, a educação. Nossos resultados atuais estão distantes do que precisamos para construir um país mais justo e próspero. Nosso modelo educacional falha repetidamente em preparar nossas crianças para uma vida adulta produtiva e independente, e até mesmo aspectos básicos, como alfabetização e operações matemáticas, são um desafio.

Embora muitos falem sobre a prioridade da educação, poucos estão dispostos a enfrentar as questões mais difíceis e a confrontar os interesses estabelecidos. Precisamos de uma mudança profunda de paradigma. Precisamos buscar inovação, como o governo inglês, que estimula projetos educacionais inovadores, financia propostas de organizações privadas e mede rigorosamente os resultados dos alunos. Ou como Singapura, que, mesmo sendo um dos melhores sistemas educacionais do mundo, reconhece a necessidade de constante reinvenção.

No Brasil, o desafio é colossal e precisa ser urgentemente enfrentado. Mais do que simplesmente aumentar os investimentos, é necessário repensar nosso modelo, incentivar abordagens inovadoras, superar preconceitos ideológicos e interesses corporativos, adotar métodos apropriados de medição de resultados e estabelecer metas robustas, focadas principalmente nas crianças e em seu desenvolvimento.

Além disso, segurança, justiça, saúde e órgãos regulatórios também são áreas de alta sensibilidade e importância. Avanços na gestão e melhorias nas políticas públicas nesses setores têm grande potencial para impactar positivamente a vida das pessoas.

Instituto Millenium

Os servidores públicos são essenciais para qualquer mudança bem-sucedida. Contudo, muitas vezes, reformas são vistas por eles como ameaças aos seus interesses. Diante disso, como podemos alinhar os incentivos dos servidores públicos com os objetivos de melhorar a capacidade do Estado? Como poderíamos cultivar uma cultura de aprendizado constante e adaptação para tornar o serviço público mais dinâmico?

Wagner Lenhart

Os servidores públicos são, indiscutivelmente, fundamentais para a melhoria da capacidade do Estado. O capital humano é o ativo mais valioso de qualquer organização, o que não seria diferente na administração pública. Toda grande transformação no governo deve envolver os servidores públicos, e é por isso que a reforma administrativa é tão vital.

Não podemos pensar em um governo mais eficiente, que preste melhores serviços e atenda às necessidades da população, sem aprimorar profundamente o modelo de serviço público e a forma como o Estado brasileiro gerencia seu pessoal. Temos um capital humano incrível no serviço público, cheio de pessoas altamente qualificadas e engajadas que muitas vezes

são limitadas por um sistema ultrapassado e disfuncional, especialmente no que se refere aos incentivos.

A gestão de pessoas no serviço público brasileiro tem sido historicamente negligenciada. A eficiência não se limita apenas à folha de pagamento e à negociação salarial com representação sindical. Trata-se também da aplicação de técnicas eficazes de recrutamento e seleção, gestão de desempenho, treinamento e desenvolvimento, e engajamento no ambiente de trabalho.

Para superar as resistências e viabilizar as mudanças necessárias, o primeiro passo é um amplo processo de comunicação e diálogo com os servidores públicos e a sociedade. Precisamos demonstrar claramente a necessidade de revisitar o modelo atual, instituído pela Constituição de 1988, em um contexto econômico e social diferente. O mundo está mudando rapidamente, e acompanhar esse ritmo não é uma opção, é uma necessidade para a sobrevivência.

Os servidores públicos precisam entender que um sistema incapaz de atender às expectativas da sociedade trará problemas graves e terá um impacto negativo sobre eles próprios. Muitos entes da federação já estão enfrentando dificuldades financeiras e, nestes casos, os servidores enfrentam situações de penúria, com congelamento de salários e novas contratações.

Os bons servidores merecem ser valorizados e reconhecidos, mas isso só será possível com um modelo atualizado, que traga agilidade e flexibilidade para o serviço público, recompense aqueles que se destacam e responsabilize aqueles que não cumprem suas obrigações. Esta é a mensagem que todos precisam compreender.

Instituto Millenium

Diante da necessidade de um Estado mais eficiente no Brasil, mas também da presença de um Estado caro e grande em muitos aspectos, como podemos reduzir ou qualificar o escopo de intervenção do governo sem comprometer sua capacidade de fornecer serviços públicos de maneira eficaz e de qualidade?

Wagner Lenhart

A reforma do Estado é um passo fundamental para torná-lo mais eficiente no Brasil. Primeiramente, precisamos atualizar o governo brasileiro para o século XXI, incorporando técnicas e métodos modernos de gestão que nos permitam enfrentar futuros desafios com competência. Isso abrange várias áreas de gestão: precisamos fazer reformas profundas na forma como gerenciamos pessoas, contratamos bens e serviços, estruturamos nossa organização, planejamos e acompanhamos metas e indicadores, e administramos nossos ativos.

Em segundo lugar, é essencial ter foco e ser capaz de definir prioridades. Os recursos são limitados, e é crucial saber onde devemos investir nosso tempo e dinheiro. Os líderes governamentais precisam aprender a dizer “não” e concentrar-se no que realmente terá um impacto positivo na vida das pessoas e resolverá seus problemas mais urgentes.

Em terceiro lugar, devemos abrir espaço para a inovação e soluções fora do convencional, incentivando indivíduos e organizações privadas a participarem, propor e implementar soluções para problemas públicos. Isso pode abranger uma variedade de áreas, como mobilidade urbana, saneamento básico, preservação ambiental, educação e saúde.

Os impactos da reforma tributária na produtividade e inovação no Brasil

A entrevista a seguir aborda as distorções do atual sistema tributário brasileiro, as formas como essas distorções afetam a produtividade, e como uma reforma tributária poderia impulsionar a produtividade e a inovação. Canado também compartilhou sua visão sobre como a reforma poderia equilibrar a eliminação da guerra fiscal e o incentivo aos estados e municípios para melhorarem seus ambientes de negócios.

Vanessa Rahal Canado

Vanessa Rahal Canado é Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper. Canado é especialista em direito tributário, tendo acumulado experiência tanto na academia quanto no governo, onde atuou como assessora especial do Ministro da Economia para assuntos relacionados à reforma tributária.

Publicada em 04/07/2023



Instituto Millenium

Quais são, na sua opinião, as principais distorções do sistema tributário brasileiro e de que forma elas impactam a produtividade no país? Como você avalia a proposta de reforma apoiada pelo governo e atualmente em discussão no Congresso Nacional? Mencione aspectos positivos e negativos.

Vanessa Rahal Canado

Em minha opinião, a principal distorção do sistema tributário brasileiro que impacta na produtividade envolve três pontos principais: (1) A cobrança de imposto na origem, tanto para o imposto estadual quanto municipal, nos casos do ISS e do ICMS. Isso acaba estimulando a guerra fiscal, pois as empresas buscam se instalar em locais onde possam obter maiores margens de lucro devido a incentivos fiscais, não necessariamente onde seria mais eficiente. (2) O segundo problema é a cumulatividade. Temos um imposto sobre serviços totalmente cumulativo e um imposto sobre bens que é parcialmente cumulativo nos estados. Três tributos federais, o IPI, o PIS e o COFINS, também são parcialmente cumulativos. Isso gera ineficiência e complexidade. Finalmente, (3) a quantidade expressiva de litígios tributários também é um obstáculo significativo, pois acarreta custos consideráveis para as empresas que, em vez de destinarem seus recursos a disputas judiciais, poderiam utilizá-los de maneira mais produtiva em suas operações e investimentos.

No que diz respeito às propostas de reforma tributária em discussão no Congresso, é importante notar que existem diversas delas, mas todas partilham um objetivo comum: simplificar o nosso sistema tributário. Um aspecto positivo dessas propostas é a ideia de unificar cinco tributos sobre consumo em um único Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). Esse IVA incidiria sobre todas as vendas de bens e serviços, seria totalmente não cumulativo, desoneraria as exportações, oneraria as importações e seria adaptado ao comércio e à economia digital. Além disso, essa proposta respeita a autonomia dos estados e municípios, permitindo-lhes alterar a alíquota do imposto conforme suas necessidades e capacidades. Essas características estão presentes na maioria das propostas e, acredito, representam um avanço significativo em relação ao nosso sistema atual, apesar de seus desafios.

Instituto Millenium

Como a reforma tributária poderia impulsionar a produtividade, a inovação e a competitividade, resultando em uma redução dos custos de produção de bens e serviços essenciais, ao mesmo tempo em que promove a justiça social por meio de um sistema tributário mais progressivo?

Vanessa Rahal Canado

A reforma tributária pode impulsionar a produtividade e inovação principalmente através do estímulo à eficiência alocativa. Ao promover um sistema tributário mais eficiente, há

um ambiente mais propício à inovação e à competitividade, o que pode levar à redução dos custos de produção de bens e serviços essenciais.

No entanto, é importante ressaltar que promover eficiência alocativa e justiça social não são necessariamente objetivos opostos na reforma tributária. Existe um entendimento comum de que os impostos sobre o consumo são regressivos, mas isso é uma visão limitada, que não leva em conta outras dimensões do gasto público.

Em relação à justiça social, quero enfatizar que não há uma relação inversa necessária entre promover eficiência alocativa e justiça social. Frequentemente, encara-se os impostos sobre o consumo, como o IVA, como regressivos. Mas essa visão é limitada e ignora a possibilidade de se devolver parte dos impostos para as pessoas mais pobres. Essa prática, já existente em partes da América Latina, pode mitigar a regressividade desses impostos, equilibrando a proporção do que é pago por diferentes grupos de renda.

Entretanto, é importante frisar que, apesar dessas possíveis atenuações, impostos de consumo como o IVA não são as ferramentas mais adequadas para alcançar a progressividade fiscal. Para essa finalidade, são mais eficazes outros impostos, como os impostos de renda ou sobre patrimônio.

Instituto Millenium

Como a reforma tributária pode equilibrar a necessidade de eliminar a guerra fiscal, proporcionando um ambiente de negócios estável e previsível, enquanto incentiva estados e municípios a aprimorarem seu ambiente de negócios para atrair investimentos?

Vanessa Rahal Canado

A reforma tributária, por meio da migração do ICMS e do ISS para o destino, conforme proposto no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) na última proposta apresentada pelo Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) pode efetivamente eliminar a guerra fiscal. Isso ocorre porque, nesse sistema, a localização da empresa se torna irrelevante para a cobrança de impostos, importando apenas o local para onde ela vende seus produtos ou serviços.

Por exemplo, se tenho uma fábrica em São Paulo e vendo para um distribuidor em Goiás, recolho o imposto correspondente a Goiás. Neste cenário, o imposto pertence a Goiás. Esse processo continua até chegar ao consumidor final, que é o ponto em que o sistema de débito e crédito termina e o imposto permanece com o estado onde o consumidor está localizado.

Esse design do imposto, por sua natureza, põe fim à guerra fiscal e, conseqüentemente, reduz a ineficiência locativa que diminui a produtividade e gera outros problemas, como litígios e insegurança jurídica. Este novo modelo torna o ambiente de negócios mais estável e previsível, incentivando os estados e municípios a aprimorarem seu ambiente de negócios para atrair investimentos.

Instituto Millenium

Como a reforma tributária pode apoiar o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias emergentes, como energia renovável, inteligência artificial e outras que podem contribuir para aumentar a produtividade em todos os setores da economia?

Vanessa Rahal Canado

É importante entender que a reforma tributária, por meio da implementação de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), pode criar um ambiente propício para o desenvolvimento e disseminação de tecnologias emergentes. O IVA é um imposto altamente eficiente que é pago apenas pelo consumidor final, minimizando interferências na alocação de capital e trabalho. Isto significa que a economia, ao invés do ambiente tributário, orienta as decisões empresariais, seja no campo das energias renováveis, da inteligência artificial ou de outras tecnologias inovadoras.

No entanto, é crucial notar que o IVA raramente é utilizado como uma ferramenta extrafiscal. Por exemplo, na Europa, os incentivos fiscais para tecnologias emergentes, como veículos elétricos ou energia solar, são dirigidos principalmente ao consumidor final.

Embora o IVA seja uma ferramenta valiosa para a eficiência fiscal, ele não é o meio mais adequado para promover políticas regulatórias de incentivo à descarbonização ou ao desenvolvimento tecnológico. Para tais propósitos, são mais eficazes as políticas regulatórias e de incentivo específicas.

Por exemplo, no caso do estímulo à tecnologia, é mais adequado o financiamento estatal de pesquisa básica - aquelas pesquisas que inicialmente podem não produzir resultados imediatos. Para as energias renováveis, pode-se usar estratégias de tributação específicas, como a taxa de carbono, que é empregada na Europa, ou a taxa de combustíveis fósseis. Todas essas são políticas regulatórias e de incentivo específicas que não interferem no desenho do IVA e podem ser aplicadas em conjunto para estimular o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias que aumentam a produtividade em todos os setores da economia.

Desafios da Liberdade de Expressão: Fake News, Censura e Proteção a Minorias

Nesta entrevista, Narloch compartilha sua visão sobre os desafios enfrentados na defesa da liberdade de expressão no Brasil, abordando temas como a relação entre a liberdade de expressão e a violência, o impacto da censura na ascensão de ideologias extremistas, a importância da liberdade de expressão na luta contra a desinformação e as fake news, e o papel dessa liberdade na proteção das minorias.

Leandro Narloch

Leandro Narloch, jornalista e autor pioneiro dos “Guias Politicamente Incorretos” no Brasil.

Publicada em 05/07/2023



Instituto Millenium

Hoje, muitos atribuem à liberdade de expressão a culpa por casos de violência, como ataques em escolas ou invasões de prédios públicos, tal como ocorrido em 8 de janeiro. Como você encara essa perspectiva?

Leandro Narloch

Primeiramente, é importante destacar que não existem pesquisas confiáveis que mostrem um aumento nos casos de violência em escolas. Tais episódios, frequentemente relacionados a bullying ou a questões de saúde mental, são muitas vezes equivocadamente ligados à liberdade de expressão. O ministro da justiça do Brasil, Flávio Dino, por exemplo, faz essa associação, mas não fornece dados concretos. Mesmo se observarmos um aumento nesses casos, é imprescindível um estudo científico rigoroso para determinar se as redes sociais são, de fato, a causa.

Instituto Millenium

Nota-se uma tendência em culpar fenômenos ou tecnologias emergentes pelo surgimento de novos problemas públicos ou desafios sociais. Como essa tendência se aplica à liberdade de expressão?

Leandro Narloch

Historicamente, tecnologias emergentes são frequentemente responsabilizadas por problemas sociais complexos. Videogames, por exemplo, são habitualmente apontados como fontes de violência. Mas mesmo com a ascensão do uso das redes sociais, a violência tem diminuído no Brasil. Não estou afirmando que todas as interações nas redes sociais são pacíficas, mas devemos ser cautelosos para não instrumentalizar tragédias com fins políticos, reprimindo a liberdade de expressão.

Instituto Millenium

Há uma concepção de que permitir a proliferação de opiniões racistas e radicais pode favorecer a ascensão de ideologias extremistas como o nazismo. Como a liberdade de expressão se insere nesse contexto?

Leandro Narloch

É relevante lembrar que durante a República de Weimar, período de ascensão do nazismo, existiam leis contra o discurso de ódio. Tais leis, ao invés de conterem o discurso de ódio, podem ter potencializado esse tipo de comportamento. Acredito que a liberdade de

expressão é a melhor maneira de conter essas opiniões deploráveis, pois a censura apenas os empurra para a clandestinidade.

Instituto Millenium

Quais os benefícios da liberdade de expressão nesses casos?

Leandro Narloch

A liberdade de expressão permite identificar quem são os propagadores de discursos preconceituosos. Podemos considerar a liberdade de expressão como um “radar de idiotas”, que possibilita a identificação daqueles que veiculam opiniões preconceituosas. Se censuramos esses discursos, desligamos esse radar e perdemos a oportunidade de debater com essas pessoas e tentar transformar suas opiniões.

Instituto Millenium

Como a liberdade de expressão pode ser empregada para combater a desinformação e as notícias falsas?

Leandro Narloch

O melhor antídoto contra a desinformação é mais informação, não a censura. Recordo-me de ter visto notícias sobre urnas eletrônicas que registravam 100% dos votos para um único candidato. Somente percebi que essa noção estava equivocada quando li uma reportagem aprofundada sobre o tema. Se essa informação tivesse sido censurada, minha crença numa possível fraude poderia ter se intensificado.

Instituto Millenium

Como a verdade é estabelecida numa sociedade?

Leandro Narloch

A verdade numa sociedade surge de maneira descentralizada, por meio do debate público. Não cabe ao Estado decidir o que é certo ou errado. Ninguém conferiu ao Estado, aos burocratas, a tarefa ou o direito de determinar o que é verídico ou falso. Para ilustrar, em 2020, uma reportagem do New York Post sobre a possível origem laboratorial do coronavírus e seu acidental vazamento em Wuhan foi censurada, sendo rotulada como notícia falsa. Hoje, sabemos que essa é uma hipótese plausível e coerente para entender a origem do vírus.

Instituto Millenium

Como a liberdade de expressão e a censura afetam a percepção de verdade e mentira?

Leandro Narloch

Quando alguém se atribui o poder de censurar o que é considerado mentira, essa pessoa precisa acreditar que possui o conhecimento absoluto da verdade e da mentira. No entanto, mesmo a pessoa mais inteligente não possui esse poder. O conhecimento é disperso e descentralizado na sociedade, e a verdade só surge através do amplo debate.

Instituto Millenium

Como podemos combater as fake news e melhorar o ambiente de informação?

Leandro Narloch

Devemos combater as fake news com informações precisas e confiáveis. Isso está ocorrendo atualmente na internet. Muitas das mensagens que recebo no WhatsApp são correções de erros da imprensa, e a imprensa também está de olho nas redes sociais. Essa “guerra” entre jornalistas formais e informais acaba beneficiando ambos os lados e melhora o ambiente de informação.

Instituto Millenium

A liberdade de expressão é frequentemente vista como um direito individual, mas também pode ser entendida como um mecanismo de proteção para as minorias. Você poderia citar exemplos de como essa liberdade foi usada para resistir e denunciar abusos de poder e violações de direitos?

Leandro Narloch

Atualmente, parece haver uma tensão entre a defesa das minorias, como a comunidade LGBTQ+, negros, mulheres, transexuais, e a liberdade de expressão. No entanto, essa tensão é enganosa. As minorias são as que mais precisam da liberdade de expressão. Isso ocorre porque, se você faz parte de uma minoria oprimida que enfrenta a opinião majoritária, é essencial ter o direito de expressar ideias que a maioria pode considerar inaceitáveis.

Podemos observar exemplos históricos disso, como os defensores do fim da escravidão durante o período escravista, que foram censurados. Ou o movimento LGBTQ+ nos anos 70 e o movimento pelos direitos civis liderado por Martin Luther King nos anos 60. Se

esses movimentos não tivessem tido liberdade de expressão para expor suas ideias, teriam enfrentado dificuldades ainda maiores para conquistar a opinião pública a seu favor.

Instituto Millenium

Como a liberdade de expressão ajuda a resolver os problemas enfrentados pelas minorias?

Leandro Narloch

As minorias frequentemente enfrentam problemas sociais complexos, cujas causas e soluções não são facilmente compreendidas. A ciência aborda problemas complexos através do ciclo de conjecturas e refutações. Diversas ideias são propostas e seus méritos são avaliados, aprimorando as boas e descartando as ruins. É assim que os problemas sociais complexos são gradualmente resolvidos.

No entanto, atualmente, é politicamente vantajoso apoiar certas ideias, como a noção de racismo estrutural, e socialmente desvantajoso questioná-las. Isso pode levar à interrupção do ciclo científico de conjecturas e refutações, permitindo que ideias prejudiciais ganhem força e orientem políticas públicas que não resolvem os problemas que se propõem a resolver. Aqueles que mais sofrem com isso são as minorias, que enfrentam preconceitos reais e desafios graves.

Portanto, a aparente oposição entre as minorias e a liberdade de expressão é falsa. Na verdade, as minorias são as que mais deveriam defender a liberdade de expressão.

Instituto Millenium

Em que medida a liberdade de expressão pode promover a diversidade e o pluralismo em nossa sociedade? Você poderia nos apontar iniciativas ou projetos que tenham aproveitado essa liberdade para celebrar e difundir as culturas e identidades das minorias, reforçando assim seu papel na proteção desses grupos?

Leandro Narloch

Um dos aspectos mais fascinantes da sociedade atual é a diversidade, seja ela étnica, cultural, de origem, religiosa, ideológica ou de estilos de vida. No entanto, surge uma questão: em uma sociedade diversa, as pessoas também possuem diferentes conjuntos de valores. Portanto, é natural que um grupo se sinta ofendido pelo que outro grupo diz, especialmente quando esses grupos possuem valores divergentes.

Se começarmos a nos ofender com qualquer diferença ou valor que não seja o nosso, corremos o risco de impor uma homogeneidade a toda essa diversidade social. Isso é

impraticável, pois a diversidade só pode existir se houver liberdade de expressão, uma vez que essa liberdade está intrinsecamente ligada a ideias de tolerância religiosa, cultural e assim por diante.

No entanto, existe um duplo padrão: uma pessoa de determinada vertente política pode dizer o que quiser e isso muitas vezes é visto como um erro momentâneo ou uma falha. Mas se pessoas de outra vertente expressam opiniões semelhantes, frequentemente são acusadas de espalhar discursos de ódio que devem ser punidos. Isso, em minha opinião, é um reflexo da falta de verdadeira liberdade de expressão, que tolera e aceita a diversidade e o pluralismo.

Instituto Millenium

Muitos argumentam que a existência de fake news e discurso de ódio justifica a regulação e imposição de limites à liberdade de expressão. Diante dessa perspectiva, você acredita ser possível desenvolver uma regulamentação equilibrada da liberdade de expressão, conciliando a preservação da liberdade com outros valores, como a proteção de minorias? Seria possível citar exemplos de países que abordaram essa questão com relativo sucesso e que poderiam ser utilizados como referência?

Leandro Narloch

Ser favorável à liberdade de expressão não significa ser contra qualquer forma de regulamentação do discurso. Por exemplo, em situações em que possa haver danos diretos e imediatos, é razoável impor restrições. Se alguém gritar falsamente “fogo” em um cinema, causando pânico e potencialmente colocando outras pessoas em risco, essa pessoa deve ser responsabilizada. Da mesma forma, se alguém publicar conteúdo difamatório que prejudique a reputação de outra pessoa, há uma responsabilidade legal envolvida. A legislação brasileira é um bom exemplo disso: ela garante a liberdade de expressão, mas também impõe responsabilidades pelas consequências de nossas palavras.

No que diz respeito a ambientes privados, espera-se que sejam estabelecidas regras de conduta e limites para a expressão. Em minha casa, por exemplo, não permito que meus filhos tenham total liberdade de expressão para ofender outras pessoas. Analogamente, as redes sociais têm o direito de estabelecer diretrizes para a postagem de conteúdo. Desde que essas diretrizes sejam transparentes e politicamente neutras, podem servir para mediar as discussões de forma justa.

Para ilustrar isso melhor, imagine uma situação em que uma plataforma de mídia social decida proibir vídeos que incentivam a autoagressão entre adolescentes. Ao fazer isso, a empresa está exercendo seu direito de regular o conteúdo em sua plataforma, mantendo um ambiente seguro para seus usuários sem comprometer a liberdade de expressão.

Os defensores da liberdade de expressão geralmente estabelecem o limite na “ameaça

concreta e imediata”. Ou seja, uma declaração que sugira um ataque direto e iminente a alguém ou algo pode justificar uma restrição à liberdade de expressão. No entanto, devemos ter cuidado ao ampliar o conceito de censura. Se começarmos a censurar em excesso, corremos o risco de que essa censura seja utilizada não para combater discursos de ódio ou fake news, mas sim para silenciar dissidentes em relação à autoridade. Portanto, é crucial encontrar o equilíbrio adequado entre a proteção das minorias e a manutenção da liberdade de expressão.

Reforma Tributária trará ganho duradouro, mesmo com desafio inicial

Nesta entrevista, Rafaela compartilha sua avaliação da reforma tributária e oferece uma visão esperançosa sobre os benefícios de longo prazo que essas mudanças podem gerar na economia brasileira, como a melhoria do ambiente macroeconômico e um impulso à formalização da economia. Rafaela também argumenta que é importante ordenar o sistema tributário para facilitar futuras quedas de impostos, ao indicar que a complexidade do sistema atual não gera incentivos suficientes para a redução da carga tributária.

Rafaela Vitória

Rafaela Vitória, economista e Chartered Financial Analyst (CFA) e Economista-Chefe do Banco Inter.

Publicada em 14/07/2023



Instituto Millenium

Qual é a sua avaliação da reforma tributária, especificamente do modelo de IVA dual, e suas implicações para o sistema tributário brasileiro?

Rafaela Vitória

A aprovação me surpreendeu, mas vale lembrar que o texto ainda tem um longo caminho a percorrer no Senado, onde provavelmente sofrerá modificações, além das leis complementares que virão para regulamentá-lo. Acredito que a grande vantagem do IVA dual é a simplificação que proporcionará à legislação atual, principalmente à complexa legislação do ICMS, que varia entre os 27 estados brasileiros. Essa simplificação será benéfica para as empresas e para o cenário macroeconômico, melhorando a produtividade e a previsibilidade fiscal, e reduzindo as disputas tributárias que causam volatilidade na arrecadação.

Instituto Millenium

Como você vê a distinção entre a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), presentes na reforma aprovada, em relação à divisão entre a União, estados e municípios?

Rafaela Vitória

É aqui que enfrentamos os desafios da reforma. Temos uma carga tributária maior na indústria e menor nos serviços, o que deve mudar com a reforma. Isso implica que alguns setores pagarão mais impostos, gerando atritos. Além disso, a mudança na distribuição de arrecadação, do local de produção para o destino, significa que alguns municípios e estados perderão recursos. No entanto, acredito que os benefícios de longo prazo da reforma, como a melhoria do ambiente macroeconômico e a maior formalização da economia, superarão essas dificuldades iniciais. A reforma não aumentará a carga tributária total, apenas a redistribuirá. O receio de aumento da carga tributária com o IVA é infundado, pois a alíquota será ajustada para manter a carga tributária atual. Acredito que, mesmo para os setores que sofrerão inicialmente, a melhoria no médio e longo prazo superará esse aumento pontual da carga tributária.

Instituto Millenium

Um argumento frequente dos defensores da reforma é que ela promoverá mais transparência nas políticas de desenvolvimento. Com o fim da guerra fiscal, os estados precisarão utilizar mecanismos transparentes, recorrendo a recursos diretos de seus orçamentos para implementar políticas. Qual a sua visão sobre isso? A reforma limita a capacidade dos governos de formular políticas de desenvolvimento?

Rafaela Vitória

Creio que o novo modelo, o IVA dual aprovado pela reforma, facilita a promoção de políticas públicas de qualidade pelos estados. Apesar de, inicialmente, parecer que o estado perde algum poder de negociação com empresas, como oferecer descontos no ICMS, acredito que essa é uma forma ineficiente de política de desenvolvimento regional. Ela baseia-se numa competição prejudicial entre estados. Agora, o foco deveria ser em políticas de longo prazo, como infraestrutura, educação, e desenvolvimento do capital humano. Com um planejamento adequado, os estados podem oferecer um mercado consumidor atraente para as empresas. A mudança requer uma nova mentalidade, o que pode ser facilitado pelo longo período de transição da reforma. Acredito que isso permitirá um melhor planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento regional no Brasil.

Instituto Millenium

No que diz respeito à litigiosidade, como você vê o equilíbrio entre a potencial redução de litígios e queda dos custos de conformidade, e a insegurança jurídica gerada pela adaptação à reforma?

Rafaela Vitória

Considerando a experiência com a reforma trabalhista, é provável que a reforma tributária siga um caminho semelhante, com discussões nos tribunais nos próximos anos. Entretanto, acredito que a redução da litigiosidade e dos custos de conformidade, a longo prazo, compensará a insegurança inicial. Após a reforma trabalhista, vimos uma queda significativa nos litígios, mesmo com alguns pontos sendo levados ao STF. Há estudos indicando que a reforma trabalhista reduziu o custo da folha de pagamento em até 2%, devido à diminuição dos processos. Portanto, a reforma tributária também pode ter um efeito semelhante, mesmo que alguns pontos precisem ser revisados pelo judiciário.

Instituto Millenium

Segundo alguns críticos, o debate está muito concentrado em torno de uma tributação obsoleta - a do consumo - e negligenciando a necessidade de novas formas de tributação do trabalho, especialmente em vista das mudanças trazidas pela inteligência artificial e a crescente “pejotização” da força de trabalho no Brasil. Qual é a sua opinião sobre isso?

Rafaela Vitória

Não estamos criando, mas sim reordenando a tributação do consumo, que já é uma realidade. Contudo, concordo que precisamos também debater a tributação do trabalho no Brasil, incluindo a revisão de algumas regras relativas à mão de obra e à folha de pagamentos. A

discussão acerca da tributação do trabalho, no entanto, não deve substituir a necessidade de revisar a tributação sobre a renda, que é baixa e desigual no Brasil. Melhorar essa tributação é uma forma mais inteligente de coletar impostos. Portanto, um leve aumento na tributação da renda, compensado por uma redução na tributação do consumo, pode beneficiar a equidade.

Para ajustar a futura alíquota do IVA dual, é preciso implementar a reforma atual. Hoje, com inúmeras alíquotas, decidir onde reduzir impostos é complicado. No último ano, houve reduções significativas nos impostos sobre o consumo, como IPI e imposto de importação, embora não tenham sido muito discutidas. Essas reduções têm reflexos positivos na receita e estimulam o aumento das importações, facilitando o consumo. Assim, vemos que há espaço para reduzir impostos, à medida que o governo arrecada mais. O governo anterior não arrecadava muito, mas um aumento recente da arrecadação, fruto da alta das commodities e de dividendos ocasionais da Petrobrás, permitiu a redução de impostos sobre o consumo. Entretanto, lidar com tantas alíquotas tem se mostrado desgastante, como demonstrado pelas tentativas frustradas de reduzir o IPI no Congresso. As dificuldades foram agravadas pela complexidade da atual legislação tributária.

No futuro, se houver um aumento na arrecadação do imposto de renda, será muito mais fácil reduzir a alíquota do IVA e, conseqüentemente, diminuir o imposto sobre o consumo. Assim, para discutirmos a possibilidade de tributar menos o consumo e mais a renda, precisamos de um sistema de tributação do consumo que permita essa redução. Atualmente, a complexidade do sistema torna essa discussão ineficiente. A recente redução do IPI exemplifica a complexidade de qualquer tentativa de reduzir a tributação do consumo no Brasil, dada a quantidade de legislação e benefícios cruzados existentes.

Instituto Millenium

A proposta original de Bernard Appy previa uma câmara de compensação. Entretanto, a proposta aprovada introduziu um conselho federativo. Como avalia essa mudança?

Rafaela Vitória

O conselho é uma solução eficaz que traz representantes estaduais para a distribuição e os repasses. Ainda que possa gerar desafios iniciais, principalmente para os estados com necessidades de desenvolvimento regional específicas, o conselho é uma boa solução, dada a complexidade da nossa federação.

Instituto Millenium

Qual sua opinião sobre a revisão do nosso sistema previdenciário, FGTS, Sistema S?

Rafaela Vitória

Acredito que essa seja nossa próxima reforma. A tributação do trabalho, crucial para o setor de serviços, pode ser impactada pelo aumento da carga tributária devido à reforma. A flexibilização contribui para o aumento do emprego formal, conforme observado com a reforma trabalhista, e simplificações nas contribuições trabalhistas poderiam melhorar a situação do emprego formal no Brasil. Ainda assim, a previdência representa um grande problema fiscal, e reduções significativas na contribuição previdenciária parecem improváveis no momento. No entanto, vejo espaço para simplificação e redução de custos.

Instituto Millenium

Em uma agenda de reforma tributária, quais pontos o governo deveria considerar prioritários para aprimorar o sistema após a reforma do consumo?

Rafaela Vitória

A reforma da tributação sobre a renda deve ser a próxima etapa. Precisamos de um sistema tributário progressivo, que tribute mais as rendas mais elevadas. Há espaço para melhoria na tributação dos dividendos e simplificação das alíquotas. Além do mais, uma reforma da tributação da renda pode contribuir para a eliminação do nosso déficit fiscal no curto prazo. Embora o ideal seja reduzir gastos, o Teto de Gastos mostrou como essa é uma tarefa árdua. Portanto, um aumento gradual e bem estruturado na carga tributária no curto prazo, mediante aprovação de mudanças no imposto sobre a renda, pode gerar benefícios como a redução de juros, estabilidade fiscal, e assim permitir um crescimento maior da economia.

Instituto Millenium

Durante o debate sobre a reforma, você mudou de ideia sobre algum aspecto da reforma ou sobre a postura de alguma entidade ou organização que participou ativamente deste debate?

Rafaela Vitória

O que mais me surpreendeu foi presenciar a proliferação das demandas individuais dos diversos grupos de interesse. São inúmeros esforços para obter benefícios individuais, quase sempre sem considerar os seus efeitos sobre a produção de bens públicos. Brinquei recentemente em uma publicação nas redes sociais que o Brasil ainda é o país da “meia entrada”, onde todos buscam o benefício da “meia entrada”, sem considerar o impacto disso no sistema. Fiquei surpresa com a quantidade de pedidos de exceção à regra geral durante o debate da reforma na Câmara. Isso é algo que devemos estar atentos e talvez seja o maior desafio para a próxima fase de aprovação do projeto no Senado.

Diversificar as formas de contratação de pessoal geraria benefícios a curto, médio e longo prazos

Durante esta entrevista, Pacheco compartilha sua visão sobre a reforma administrativa no Brasil, analisa a relação entre eficiência e custos na administração pública, e explora como a diversificação nos modos de contratação de pessoal pode representar um passo crucial para modernizar a administração pública brasileira. Ela ressalta a necessidade de superar a preocupação exclusiva com o patrimonialismo - um problema relevante, reconhece - e enfatiza a importância de nos prepararmos para os desafios do futuro.



Regina Pacheco

Regina Pacheco foi presidente da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e participou da elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. É professora na FGV-EAESP e atual Secretária Adjunta de Gestão da Prefeitura de São Paulo. Pacheco também fez parte do Comitê de Especialistas em Administração Pública das Nações Unidas (UN CEPA).

Publicada em 26/07/2023

Instituto Millenium

Qual é a sua perspectiva em relação à aprovação de uma reforma administrativa? Uma reforma profunda é imprescindível, ou seria mais apropriada uma abordagem incremental, focando em aperfeiçoar os aspectos problemáticos do funcionamento da administração pública?

Regina Pacheco

Penso que, considerando o atual cenário político-institucional do Brasil, estamos mais preparados para a abordagem incremental. Uma reforma profunda exige amplo consenso, uma proposta robusta e clara, coalizões fortes e uma relação de diálogo produtivo entre o governo e o Congresso, centrado no interesse nacional. Todavia, neste momento, tais condições não estão presentes. Assim, mudanças incrementais se apresentam como a opção mais viável. Embora possam parecer menos impactantes, têm grande valor se puderem enfrentar efetivamente problemas conhecidos e persistentes do setor público. A remoção de privilégios e a introdução de flexibilidade na gestão de pessoas são medidas incrementais que, por si só, representam um avanço significativo para a efetividade do Estado brasileiro em todas as suas esferas federativas.

Entretanto, é preciso considerar a ordem dessas mudanças. Medidas como remuneração variável por desempenho ou avaliação de desempenho não serão eficazes se implementadas prematuramente, uma vez que essa cultura ainda não está consolidada no setor público brasileiro. Precisamos começar pelas ações que realmente favorecerão a melhoria do serviço público prestado. Além disso, é importante frisar: a eliminação de privilégios deve ser efetiva e incluir também os atuais ocupantes de cargos públicos. Não é justificável esperar 35 anos para extinguir privilégios no setor público. Não podemos defender a manutenção de privilégios sob a justificativa de direitos adquiridos. Privilégios devem ser extintos, e isso deve ser feito agora.

Instituto Millenium

É possível realizar uma reforma que aumente a eficiência da administração pública e ao mesmo tempo diminua seus custos? Existe um trade-off nessa equação ou estamos diante de uma falsa dicotomia?

Regina Pacheco

Diminuir os custos pode aumentar a eficiência. Mas o principal objetivo deve ser aumentar a qualidade dos serviços públicos. A questão está mais ligada à efetividade. Acredito que é plenamente possível diminuir custos e aumentar a efetividade. Para isso, precisamos cortar privilégios e eliminar a distância entre as regras de trabalho para o funcionalismo público e o trabalhador comum. Além disso, diversificar as formas de contratação e vínculos empregatícios poderia oferecer maior flexibilidade para alinhar a contratação de pessoal às

necessidades reais do setor público. Assim, vejo que é plenamente possível diminuir custos e aumentar a efetividade, desde que as ações adotadas estejam na direção correta.

Instituto Millenium

Considerando os custos de aprovação e implementação de uma reforma administrativa no Brasil, qual seria, em sua opinião, a medida com melhor relação custo-benefício para melhorar a administração pública? Há algum mecanismo específico que, a seu ver, poderia ter um custo relativamente baixo, mas um impacto significativo na operação do setor público?

Regina Pacheco

Na minha visão, a diversificação das formas de contratação de pessoal seria a medida com melhor relação custo-benefício para melhorar a administração pública. Essa ação não apenas diminuiria os custos financeiros, mas também traria benefícios a curto, médio e longo prazos na resolução de problemas. Precisamos de profissionais com competências em ciência de dados, monitoramento de resultados, entre outras, e a diversificação dos vínculos permitiria uma contratação mais ágil e precisa de profissionais com essas habilidades, sem a necessidade de concursos públicos, sempre demorados.

Embora essa medida possa enfrentar resistência no debate político, em função de uma visão que foca o patrimonialismo como o problema central a enfrentar, devemos voltar nosso olhar para o futuro, pensando em como antecipar tendências e trabalhar a favor daquelas que nos conduzirão à diminuição das desigualdades, ao desenvolvimento, ao crescimento e à prosperidade do país. Portanto, embora o custo político seja presente, o benefício financeiro e a aceleração das transformações desejadas no Estado brasileiro compensam.

Instituto Millenium

Você mencionou a importância de olharmos para o futuro ao considerar as mudanças necessárias no setor público, em vez de nos concentrarmos em superar o patrimonialismo. Você poderia expandir essa ideia e como poderia nos ajudar a transformar a administração pública no Brasil?

Regina Pacheco

Quando digo que estamos focados no patrimonialismo, estou me referindo à tendência de basear nossa visão do setor público nos problemas do passado, em vez de olhar para as demandas do futuro. Entendo que para enfrentar os problemas do Estado brasileiro requer olhar para além desse legado histórico. É fundamental observar o que está sendo feito em outros países, e que maneira estão lidando com desafios contemporâneos e quais

estratégias estão empregando para modernizar suas administrações públicas. Países bem-sucedidos em transformar o setor público têm adotado uma abordagem flexível e adaptável, o que inclui a diversificação das formas de contratação, como mencionei antes. Além disso, precisamos nos antecipar aos problemas do futuro.

As questões atuais e das próximas décadas são complexas, abrangendo áreas como mudanças climáticas, desigualdade social, inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável. Para lidar com esses desafios, precisamos de um setor público ágil, flexível e efetivo. Portanto, se quisermos realmente transformar nosso setor público e torná-lo apto para o século XXI, devemos mudar o foco no patrimonialismo para uma visão mais global e orientada para o futuro. Um aggiornamento necessário e urgente.

Autonomia e capacidade estatística são inseparáveis

Eduardo compartilhou recentemente suas ideias sobre a capacidade estatística na América Latina. Seus comentários surgiram no contexto da nomeação de Márcio Pochmann como presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma mudança que levantou questões sobre a independência da instituição.

Eduardo Dargent

Eduardo Dargent atua como professor no Departamento de Ciências Sociais da PUCP e publicou trabalhos em várias revistas acadêmicas, incluindo *Comparative Politics*, *Journal of Latin American Studies* e *Journal of Politics in Latin America*.

Publicada em 26/07/2023



Instituto Millenium

No livro publicado por você e um grupo de outros autores, articulam-se três níveis de análise para explicar o que é denominado “capacidade estatística” dos países, abordando processos históricos, economia política e formação institucional. Você poderia definir o termo “capacidade estatística” e detalhar como esses três níveis de análise facilitam nosso entendimento desse conceito?

Eduardo Dargent

Primeiramente, entendemos a capacidade estatística como uma combinação de dois fatores: a habilidade dos institutos de estatística em produzir informações técnicas apropriadas e de alto nível, que são cada vez mais complexas em termos estatísticos, e também a autonomia para fazê-lo. É uma espécie de combinação que conjuga a ideia de ser capaz de realizar tarefas e ao mesmo tempo realizá-las sem interferência externa.

A ideia central é que, apesar de existir uma literatura extensa sobre por que os estados adquirem capacidade, não devemos simplificar a análise. Nenhum país conseguirá ter um centro de estatística de altíssimo nível se o ambiente institucional não for bom, nem se o seu desenvolvimento histórico for insatisfatório. Portanto, consideramos três níveis.

O primeiro nível é mais macro, histórico e institucional, referindo-se à capacidade estatal que o país conseguiu alcançar dentro da América Latina, sabendo que há grande variação. Países como Chile, Uruguai e até mesmo o Brasil estão numa posição mais alta, enquanto outros, devido à sua economia, desenvolvimento histórico, conflitos e guerras perdidas, ou o tipo de economia dominante, não conseguiram um melhor desenvolvimento estatal. Este é o primeiro nível.

O segundo nível está relacionado com questões de economia política que podem ter impactado positivamente os países. Refere-se ao tipo de reformas que foram implementadas na sua história, aos choques aos quais foram submetidos, que acabam por dar mais importância à estatística dentro de um contexto mais intermediário. O último nível tem mais a ver com a agência, com as ações que foram tomadas por atores chave para aumentar a capacidade estatística. Portanto, buscamos considerar esses três níveis para tentar explicar as diferentes trajetórias que encontramos nos estudos de caso que foram analisados e desenvolvidos por especialistas, e que nós adaptamos a essa narrativa geral.

Instituto Millenium

No contexto da construção da capacidade estatística, você destaca a autonomia de organismos como o IBGE, enfatizando a necessidade de mecanismos de proteção formal e informal. Você poderia ilustrar com exemplos práticos como esses mecanismos operaram, tanto no Brasil como em outros países da América Latina?

Eduardo Dargent

Sim, essa ideia de formal e informal se refere ao fato de que, quando observamos as regras formais que as agências estatais possuem, muitas vezes nos concentramos demais na crença de que ao criar boas regras que concedem autonomia, isso irá acontecer automaticamente. No entanto, frequentemente, os contextos de cada país fazem com que essas regras nunca sejam aplicadas.

Há casos em que a adoção de regras foi resultado do ganho de poder, autonomia e influência dessas instituições estatais. Assim, a regra não é tanto uma causa desse crescimento em importância, mas sim um bloqueio final. É como dizer: “Agora que temos essa capacidade, vamos defendê-la impondo certos limites”. Então, a ideia de mecanismos formais e informais visa a abordar essas dimensões.

Por vezes, as proteções podem ser constitucionais ou incluir certas garantias para a nomeação de seus membros. Em outros casos, podem ser regras que se repetem ao longo do tempo por costume e pela importância que uma instituição adquire.

O ideal seria que uma instituição em desenvolvimento adquirisse capacidade e apoio para garantir algumas dessas coisas, para que pudesse se manter. No caso do Brasil, temos um exemplo muito interessante, pois é uma instituição que conquistou muito prestígio com uma cultura própria, informal, mesmo quando as regras formais nem sempre são totalmente favoráveis. Há a possibilidade de nomear pessoas que não necessariamente sigam a linha de desenvolvimento e capacidade da instituição.

Não posso opinar muito, pois não sou especialista no caso brasileiro, mas lembro que quando fizemos os estudos, esse era um ponto a considerar. O líder da instituição pode ser nomeado pelo poder executivo, mas há elementos internos que, devido à sua trajetória, estabilidade, proteção de suas áreas e à qualidade do trabalho realizado, permitem resistir e manter o nível.

Instituto Millenium

Em seu livro, você explora a ideia de que os vínculos com atores estatais, organizações da sociedade civil (OSCs), agentes econômicos e a imprensa podem constituir uma barreira informal para preservar a capacidade estatística. Você poderia aprofundar esse conceito? A que tipos de vínculos você se refere? Como eles podem ser fortalecidos?

Eduardo Dargent

Parte da ideia que exploramos, e que também aparece na literatura sobre desenvolvimento institucional, é que muitas vezes os melhores aliados de instituições eficientes são aqueles organismos, associações ou grupos que eles regulam na sociedade, ou aos quais fornecem informações. Está no interesse desses atores manter um alto nível de eficiência, e quando

há tentativas de politização ou uso inadequado da instituição, esses atores podem reagir e ajudar a defendê-la.

Vamos esquecer por um momento os grupos de estatística. Pense em uma organização que fornece informações essenciais para o setor exportador, uma entidade estatal que precisa constantemente certificar e fornecer informações. Qualquer interferência política ou queda na qualidade vai afetar os exportadores, que agirão para garantir a manutenção desse nível técnico.

No caso da estatística, o que encontramos é que em vários países, as agências de estatística fornecem informações chave e regularmente, e em diálogo com agentes econômicos, mas também com a imprensa, atores da sociedade civil ou até mesmo centros acadêmicos. Portanto, a nomeação de funcionários ineficientes prejudica esses outros atores, que se mobilizarão para exigir a manutenção do nível.

Isso não significa que eles sempre terão sucesso. Há momentos em que a politização vence e há um alto custo. De fato, nos casos que analisamos, me lembro do caso argentino, que mostrou dinâmicas desse tipo. A confiança no Indec (Instituto Nacional de Estatística e Censos) foi perdida há vários anos na Argentina e teve um grande custo para uma série de atores econômicos e acadêmicos, que resistiram, mas não conseguiram impedir essa degradação na época.

Instituto Millenium

Como a habilidade de construir a capacidade estatística está relacionada com a qualidade dos líderes responsáveis pela gestão das autoridades estatísticas? Você poderia expor suas ideias sobre o papel que os líderes públicos desempenham na construção da capacidade institucional nessas entidades? Quais países da América Latina se destacaram no fortalecimento dessa dimensão da capacidade estatística?

Eduardo Dargent

Nesta lógica de uma cascata que envolve macrofatores, economia política e, depois, agência, este terceiro nível foca nos atores institucionais que podem aproveitar espaços, como os do instituto de estatística, para promover seus interesses. Portanto, não é apenas que esses atores econômicos ou outros vão aguardar boas estatísticas, mas que os atores burocráticos, conscientes dessa necessidade, podem explorar essas alianças, tornar mais visível a difusão de suas informações e mostrar o que pode ser feito com boa estatística.

Diria que há também um jogo político a ser jogado, mostrando à oposição que uma estatística autônoma e de qualidade é fundamental para fiscalizar o governo. Portanto, ser apolítico pode ser uma forma de ser muito político também. Demonstrar que a informação de qualidade é crucial para o funcionamento de uma democracia e para uma série de atores que se beneficiam com estatísticas de qualidade.

Em nosso estudo, encontramos que, embora México e Brasil sejam dois países onde os serviços estatísticos têm tido muito boa qualidade, existem uma série de atores institucionais por trás disso. Dito de outra forma, se você olhar para o México e o Brasil, talvez eles não estejam no mesmo nível de outras burocracias do continente, como a chilena, por exemplo, mas seus institutos de estatística estão, em parte graças à ação inteligente de alguns de seus formuladores de políticas públicas e empreendedores políticos.

Portanto, acredito que isso é algo a valorizar e aprender, que dentro das margens deixadas pelas capacidades de cada país, isso é importante. Outros países com menor capacidade também aproveitaram o espaço que a estatística fornece para que seus institutos estejam um pouco acima do que é o ambiente institucional. Neste sentido, mencionamos alguns exemplos do Peru que fizeram algumas mudanças interessantes em temas de avaliação de pobreza e outras coisas que lhes deram certa relevância dentro do contexto institucional e político.

Instituto Millenium

Em sua análise, você provavelmente observou casos de intervenção política nas estatísticas oficiais. Poderia nos falar sobre as implicações que tal interferência pode ter para a precisão e confiabilidade dos dados estatísticos? Além disso, quão frequente diria que ocorre essa interferência na América Latina, e quais seriam as consequências para a capacidade estatística da região?

Eduardo Dargent

Sim, o caso argentino que mencionei é um exemplo complicado, no qual ocorreu durante o primeiro governo de Néstor Kirchner. Houve uma luta contra o Indec, e foi interessante ver as acusações de que ele estava muito vinculado a outras reformas neoliberais feitas na Argentina nos anos anteriores, quando na verdade grande parte do que faziam era fornecer informações confiáveis sobre a inflação e outros temas que geravam críticas e problemas para o governo. Tudo isso é narrado na degradação do instituto precisamente porque as cifras que eram apresentadas não coincidiam com o que o governo buscava, e isso pode ser muito custoso.

Também há casos na América Central onde se vê o custo de não ter institutos autônomos, mas que fazem um trabalho muito básico, muito simples, e que não fornecem informações precisas, mas assumem certas médias ou certos fatores que não permitem tomar boas decisões. A estatística é uma garantia, também uma garantia democrática, de que todos temos a mesma informação e que seja informação confiável, verificável, replicável e, ao mesmo tempo, como mencionei, também é uma ferramenta para os tomadores de decisões de política e os atores privados poderem confiar que estão tomando as melhores decisões com as informações que existem.

E isso é apenas o começo, quanto mais e melhor informação um instituto de estatística

puder produzir quando desenvolve maior capacidade, melhores serão as decisões de política pública. Hoje em dia, o uso do Big Data e outras fontes de informação pode levar esses institutos a outros níveis, se eles quiserem aproveitar e se confiarem que o melhor que podem fazer é contar com informações, mesmo que muitas vezes essas informações tragam más notícias, que é o que às vezes incomoda os políticos.

A cultura organizacional é um componente crucial para a autonomia do IBGE

Em meio à incerteza gerada pela nomeação de Márcio Pochmann para a presidência do IBGE, conversamos com Martha traz sua visão sobre a autonomia técnica da instituição, esclarecendo que, mesmo sem uma lei explícita garantindo sua independência, o IBGE se estabeleceu como uma instituição autônoma e confiável, tanto no cenário interno quanto na comunidade estatística internacional. Discutindo possíveis mudanças no modelo de nomeação da presidência e a participação da sociedade civil na proteção da integridade dos dados produzidos, Mayer destaca a cultura organizacional e a interação constante com colegas internacionais como principais defesas contra possíveis abusos.

Martha Mayer

Martha Mayer é servidora de carreira do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e ex-Diretora de Pesquisas do Instituto.

Publicada em 04/08/2023



Instituto Millenium

Diante da nomeação de Márcio Pochmann para a presidência do IBGE, surgem inquietações a respeito da autonomia da instituição. Com base em sua experiência, e nas lições históricas em períodos críticos como ditaduras e hiperinflação, como você acredita que o IBGE pode garantir a excelência dos indicadores e minimizar riscos decorrentes de eventuais tentativas de interferência na produção estatística?

Martha Mayer

Embora não haja lei que garanta a autonomia técnica do IBGE, o Instituto alcançou essa autonomia porque adotou, ao longo dos anos, as melhores práticas na produção de estatísticas. Assim, como membro atuante da comunidade estatística internacional, soube construir sua autonomia de dentro para fora. O IBGE é hoje uma das Instituições de maior credibilidade junto à sociedade. Estamos, creio, numa situação de “mexeu com o IBGE, mexeu com a sociedade”. Assim, não vejo como um novo presidente possa tomar qualquer medida que fuja ao objetivo de melhorias de forma transparente e ética.

Instituto Millenium

Você acredita que o atual modelo de nomeação para a presidência do IBGE compromete a autonomia do órgão? Nesse contexto, qual é a sua opinião sobre a aprovação de mudanças no modelo de nomeação, envolvendo por exemplo empresas de headhunting no processo de seleção de candidatos ou até transferindo o poder de nomeação para o Congresso? Estratégias desse tipo poderiam fortalecer a independência do IBGE?

Martha Mayer

O modelo de nomeação, até hoje adotado, não tem sido empecilho para que o IBGE siga fielmente os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais como preconizado pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas. Não obstante, o fato é que não há modelo de nomeação que garanta que uma Instituição não corra o risco de ser dirigida por arrogantes que queiram impor visões particulares alheias aos Princípios Fundamentais. A profissionalização do corpo técnico do IBGE, o código de conduta interno e o convívio com seus pares internacionais são as vacinas contra eventuais arbítrios. Em suma, a cultura é fundamental.

Instituto Millenium

Em face de potenciais tentativas de intervenção política na produção estatística, qual o papel que a sociedade civil, o corpo técnico do IBGE e os órgãos de controle podem desempenhar para assegurar a integridade dos dados produzidos pelo instituto?

Martha Mayer

A relação do órgão de estatística com os governos passa, eventualmente, por momentos de tensão. No Brasil e na maioria dos países. Os indicadores estatísticos acabam por avaliar os governos. Divulgação de pioras em índices de inflação, desemprego e PIB não agradam aos governantes. E alguns acham que o dado divulgado não é o real e questionam os Institutos. Mas, pelo conhecimento que tenho, no caso do IBGE, essas tensões nunca ultrapassaram ao “o método correto é esse mesmo?” “não pode divulgar isso de outra forma?” “tal país não faz assim, por que o IBGE faz?”. E o IBGE, com a credibilidade que foi ganhando por suas práticas e transparência, fica cada vez menos vulnerável nesses momentos de tensão.

Quando eu era Diretora de Pesquisas do Instituto, ouvi muitas vezes, dentro e fora do IBGE, críticas pelo fato do IBGE seguir as recomendações metodológicas internacionais para algumas estatísticas. As alegações se referiam à realidade brasileira ser diferente. Sempre tive convicção que seguir as recomendações internacionais (as boas práticas e algumas padronizações para garantir a comparabilidade internacional) funciona como um seguro para os Institutos contra as interferências políticas. Se assim não fosse, cada um que chegasse poderia adotar a metodologia de sua preferência. Ora, se João mudou, Pedro também pode mudar.

Instituto Millenium

Considerando a importância da precisão dos dados para a elaboração de políticas públicas embasadas em evidências, de que maneira o IBGE poderia aprimorar sua colaboração com instituições internacionais para assegurar o alinhamento dos seus métodos estatísticos às melhores práticas globais? O ingresso do Brasil em entidades como a OCDE poderia reforçar a qualidade de nossa produção estatística?

Martha Mayer

Sem dúvida, a inserção do IBGE na comunidade estatística internacional e parcerias com organismos internacionais relevantes (Banco Mundial, FMI, Divisão de Estatísticas da ONU, OIT, UNFPA) foram os motores do aprimoramento dos últimos anos e devem continuar a ser. A própria OCDE já vem há algum tempo dando suporte a parcerias do IBGE com outros países e com o Eurostat, já na perspectiva do ingresso do Brasil na organização. É essa colaboração internacional que pode garantir técnicos cada vez mais bem formados e atualizados.

Instituto Millenium

Acerca das tendências futuras, em particular levando em conta que o novo presidente do IBGE já expressou resistência a avanços tecnológicos significativos como o PIX, como o instituto pode continuar a inovar diante das transformações tecnológicas e da emergência de novas metodologias de coleta e análise de dados? Quais seriam os desafios e oportunidades

que a presidência de Pochmann poderia apresentar neste contexto?

Martha Mayer

A prática da adoção das mais novas tecnologias e dos facilitadores nos trabalhos do IBGE avançou muito e não tem volta, na minha opinião. O Censo 2022 foi uma prova de competência tecnológica na adversidade. Assim como o PIX não parou, a inovação nas Estatísticas não vai parar mesmo porque, com novos concursos para a entrada de funcionários, esses serão de uma geração sedenta por cada vez mais tecnologia para gerar qualidade na produção estatística. O equilíbrio entre avanço tecnológico e garantia da qualidade deve, no entanto, ser motivo de atenção permanente.

O fenômeno Milei: meteórico e desorganizado

A vitória surpreendente de Javier Milei na recente eleição primária argentina não apenas abalou a paisagem política do país, mas também sinalizou um possível ponto de virada para o liberalismo na América Latina. Etchebarne discute a natureza disruptiva de Milei, um economista liberal que desafia a norma, descrevendo-o como uma “startup” em crescimento acelerado e desorganizado. Ele detalha as propostas audaciosas de Milei, incluindo a dolarização da economia argentina, privatizações e redução do Estado, destacando as influências da Escola de Chicago e da Escola Austríaca em seu pensamento. Além disso, Etchebarne também explora a dinâmica dentro da coalizão “Juntos por el Cambio” e o impacto da disputa entre Patricia Bullrich e Horácio Larreta. O entrevistado aborda as potenciais negociações e alianças que poderiam surgir no Congresso, revelando uma paisagem política em constante mudança, repleta de incertezas e oportunidades.



Agustín Etchebarne

Agustín Etchebarne, economista, diretor geral da Fundación Libertad y Progreso e Professor da Universidad de Belgrano (Buenos Aires).

Publicada em 15/08/2023

Instituto Millenium

Muitos ficaram surpresos com o forte desempenho de Javier Milei nas primárias. Qual você acredita ser o principal fator para esse sucesso inesperado? É simplesmente uma alternativa anti-sistema ou existe, de fato, um crescimento orgânico do liberalismo?

Agustín Etchebarne

Acredito que Javier cria uma enorme oportunidade para a Argentina, mas também é verdade que existe muita incerteza no momento, pois não sabemos bem como ele vai formar seu gabinete. Ele não possui uma estrutura partidária por trás, não tem experiência em lidar com o problema da política em geral, nem com outras questões em particular, como segurança, saúde ou educação. No entanto, acredito que ele está se cercando de pessoas com alto nível de conhecimento acadêmico, e no caso da economia, também prático. Também tem ex-ministros do governo Menem o assessorando, como Roque Fernández e Carlos Rodríguez, fundador da Universidad del CEMA, a UCEMA. Além disso, está Sablótsky na Educação, atual reitor da UCEMA, com quem tem muita afinidade. Portanto, ele terá muitas pessoas próximas ao que era o menemismo, que também estão se juntando. De fato, um dos candidatos no interior é Martín Menem, filho de Eduardo Menem, que também aderiu. É uma coisa complexa, nova, poderosa e que está mudando rapidamente. Ou seja, veremos como vai crescer, pois o crescimento é meteórico e desorganizado. Não é algo planejado, orgânico, que vem de décadas, mas sim algo com uma explosão mais semelhante ao que pode ser uma startup, em uma empresa que cresce muito rapidamente.

Instituto Millenium

Milei propôs a dolarização da economia argentina em etapas. Você pode explicar como funcionaria esse plano e qual é a diferença em relação ao plano de dolarização proposto por Domingo Cavallo no passado?

Agustín Etchebarne

Eu acredito que a dolarização pode ser feita, é complexa e um processo que leva 8 meses. Você pode consultar o blog de Emilio Ocampo, que explica com mais detalhes como fazer essa reestruturação do balanço do Banco Central, a securitização dos ativos para obter dólares com os quais cancelar os passivos do Banco Central e, assim, não ter que vender imediatamente os títulos, entre outras coisas. É um assunto longo.

É semelhante ao programa de Cavallo ou à convertibilidade, mas com a diferença de que aqui você precisa obter os dólares para substituir os pesos. Uma vez feito isso, o programa é similar, pois com a entrada dos dólares, a base monetária se expande diretamente. Na Argentina, quando os dólares entravam, se expandia a emissão de pesos, e você ficava com os dólares no Banco Central, podendo obter parte do sequestro, que com a dolarização

direta, você perde, pois o sequestro fica nos Estados Unidos, algo que talvez tivesse que ser negociado.

Ou seja, são questões longas e complexas, mas interessantes. Se caminarmos para uma hiperinflação, algo que não pode ser descartado, a probabilidade de ir para uma dolarização é cada vez maior. E depois, você tem consequências de médio e longo prazo. A de médio prazo, a mais importante, é que a inflação vai a zero, como aconteceu no Equador e Panamá. Você tem inflação igual ou menor que nos Estados Unidos por um tempo, exceto no primeiro ano em que ainda há um viés de que a inflação será mantida nos primeiros 12 meses. Então, haverá um aumento nos preços em dólares e nos salários em dólares, o que é lógico, porque se você partir de uma hiperinflação, os salários são ridiculamente baixos. Isso vai organizar várias questões.

Instituto Millenium

Quais seriam as possíveis consequências da agenda de Milei, que vai desde privatizações e redução do Estado até a desregulamentação do porte de armas e a militarização das prisões? Qual impacto isso poderia ter na sociedade argentina?

Agustín Etchebarne

As ideias de Milei vêm da Escola de Chicago, e ele é influenciado pela Escola Austríaca. Ou seja, ele é uma pessoa que pensa o mundo a partir da economia, e foi claramente influenciado em seu pensamento por Milton Friedman, Hayek, Mises, Rothbard, Israel Kirzner, e em geral todo o pensamento da escola austríaca, como Roger Garrison. E quando fala de segurança, ele vai citar Gary Becker. Está permanentemente pensando, por exemplo, se fala sobre crescimento e como vai conseguir a teoria do crescimento, vai falar de Solow, de Abramowitz, de Gary Becker novamente. Ou seja, é muito sólido academicamente em economia e baseia suas ideias nas ideias de liberdade, principalmente dessas duas escolas. Ou, se quiser, a Escola de Chicago, incluindo o Public Choice, talvez incluindo a Psicologia Evolutiva por Martin Krause, Alberto Venegas Lynch filho, que também escreveu 20 livros de economia, é como seu pai espiritual, diz ele, do ponto de vista do pensamento. Então, aí você também tem um guia de como ele pensa.

Instituto Millenium

Patricia Bullrich emergiu como a candidata da coalizão “Juntos por el Cambio” após uma disputa interna acirrada com Horácio Larreta. Como ela pretende unir o partido depois dessa batalha? Como pode apelar ao eleitor mais à direita para não perdê-lo para Milei, e ao mesmo tempo garantir que os seguidores mais moderados de Larreta compareçam às urnas em outubro?

Agustín Etchebarne

Acredito que é muito importante que Patricia Bullrich tenha superado Larreta. Isso também indica que há uma ideia de mudança significativa em todos, inclusive naqueles que votaram em “Juntos por el Cambio”. Eles estão buscando uma mudança mais drástica e não uma mudança moderada, consensuada com 70% da classe política, o que seria algo como “gatopardismo” (mudar tudo para que nada mude). Aqui não, aqui as pessoas estão buscando uma mudança real. Muitas pessoas da equipe de Horácio vão se unir a Patricia. A grande incógnita é o que vai acontecer com Horácio Larreta; eu acredito que talvez ela lhe ofereça uma embaixada no exterior, mas é difícil dizer, não tenho ideia do que vai acontecer ali. É um golpe muito duro para Larreta, ele é um dos que mais perderam nessas eleições, juntamente com o peronismo, principalmente o kirchnerismo. E os grandes vencedores são Patricia Bullrich e Javier Milei, principalmente Javier Milei. Mas também Patricia, pois ela superou Larreta, e isso a coloca em um nível presidencial.

Instituto Millenium

Como você espera que Milei interaja e negocie com outros partidos e figuras políticas no cenário político argentino? Qual seria a negociação com “Juntos por el Cambio” (JxC)?

Agustín Etchebarne

O tema da negociação com “Juntos por el Cambio” é um problema, pois é provável que comece somente depois das eleições. Enquanto isso, há animosidade, já que foi feita uma campanha suja contra Javier Milei, e ele insultou publicamente Patricia Bullrich. Portanto, temos uma situação complicada. Eu falo com ambos os lados, e há pessoas tentando construir pontes. Provavelmente, depois, é claro, terá que ser feito um acordo no Congresso. Javier provavelmente terá oito senadores, se os números forem como os divulgados ontem. Seria uma parte importante do Senado, e ele teria alguns deputados que também seriam relevantes para obter maiorias no Congresso. Entre Javier e Juntos por el Cambio, provavelmente teriam a maioria em ambas as câmaras, o que é muito importante. Mas eles terão que chegar a um ou vários acordos, ou precisarão continuar dialogando. Claro que não será fácil, mas isso abre uma série de oportunidades para fazer mudanças muito profundas.

Instituto Millenium

De onde vêm as ideias de Milei e sua equipe? Entre think tanks, grupos empresariais, movimentos sociais liberais, de onde ele tira pessoas, lideranças e ideias? É um personagem político isolado e messiânico ou existe algo mais coletivo por trás dessa construção? Existem possibilidades de alianças ou antagonismos significativos?

Agustín Etchebarne

A liderança de Javier é muito personalizada. Houve cerca de 15 economistas, incluindo nós, que apareceram na televisão todos os dias por duas décadas, ajudando a cimentar o terreno. Mas a verdade é que ele conseguiu um desenvolvimento próprio e pessoal. Ele não tem partido, não tem estrutura, não tem grandes equipes, e certamente não tem apoio de grupos da sociedade civil, nada disso. Sua trajetória se assemelha mais aos fenômenos como o de Castillo, não tanto como o de Boric, que teve bastante trabalho prévio nas universidades, por exemplo.

Aqui, é um homem que vem diretamente dos meios de comunicação, da academia, autor de 20 livros, assessor de empresários, especificamente de Ernest Kean, e de lá para a televisão. E a televisão estourou, gerando um enorme atrativo em muitas pessoas.

Depois, diria que a Universidade do CEMA, a UCEMA, tem ideias muito semelhantes às de Javier, e há muitos professores da UCEMA que estão se juntando à equipe de Milei. Também a Fundação Liberdade e Progresso, onde várias das nossas pessoas estão colaborando com Javier nas áreas de saúde, educação e economia. Por exemplo, Diana Mondino, que é da UCEMA e também conselheira acadêmica de Liberdade e Progresso, é sua primeira candidata a deputada na Cidade de Buenos Aires.

Assim, ele tem grupos de liberais que, claro, estão acompanhando-o, e acredito que muitos mais se juntarão a partir da forte vitória de domingo. Isso sinaliza uma tendência mais coletiva, embora sua imagem pública seja altamente individualizada. A possibilidade de alianças e antagonismos significativos será um aspecto interessante a ser observado à medida que ele e sua equipe continuarem a ganhar terreno no cenário político argentino.

Desempenho e ‘Penduricalhos’: as alavancas para a Reforma Administrativa

Em um momento em que a possibilidade de aprovação da reforma administrativa reverbera na Câmara dos Deputados do Brasil, alinhada às declarações do presidente da Câmara, Arthur Lira, entrevistamos uma especialista no assunto: Ana Carla Abrão. Ela expressa críticas à Proposta de Emenda à Constituição 32 (PEC 32) e ofereceu análises detalhadas sobre a ineficiência governamental, defendendo uma revisão total das carreiras no setor público. Ela também sublinha a importância de implementar sistemas de avaliação de desempenho bem estruturados e eliminar os “penduricalhos”, adicionais que, além de serem percebidos como injustos e caros, criam distorções que afetam a produtividade dos servidores públicos.



Ana Carla Abrão

Ana Carla Abrão, doutora em Economia pela Universidade de São Paulo e atual vice-presidente de Novos Negócios da B3. Sua carreira inclui experiências no Banco Central do Brasil, Itaú Unibanco e na liderança da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.

Instituto Millenium

Ana Carla, em decorrência das recentes declarações do presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira, estamos voltando a discutir a reforma administrativa no nível federal, algo que muitos não esperavam ver ocorrer neste governo. Quais são suas perspectivas para essa discussão que aparenta renascer agora? O que você espera desse debate que está ressurgindo?

Ana Carla Abrão

Eu acredito que o ponto principal aqui é garantir que o debate não morra. Debater o tema, envolvendo a sociedade, o Congresso e o próprio Executivo, é fundamental. Quando olhamos em retrospectiva, vemos que o que nos levou à aprovação da reforma da Previdência, e possivelmente nos levará à aprovação da reforma tributária, é o amadurecimento do debate. É a compreensão da importância, do impacto, e a consciência de que isso pode ser absolutamente transformador para o Brasil. Portanto, o debate é sempre bem-vindo, e é essencial que não deixemos esse assunto morrer.

Agora, falando especificamente da retomada desse debate nas últimas semanas, sou menos otimista em relação aos resultados de curto prazo, pois é um assunto muito complexo, que exige uma mudança estrutural no funcionamento da máquina pública no Brasil. Não há solução fácil. Esse debate não se resume a questões como “vamos acabar com a estabilidade” ou “vamos fazer mais concurso público” ou “vamos pagar mais ou menos salários para os servidores públicos”. Se não compreendermos a amplitude e complexidade dele, tendemos a simplificá-lo. Como todo problema difícil, a solução não é simples. Se optarmos por uma solução mais simples, poderemos trazer mais distorção do que efetivamente resolver o problema.

A minha preocupação hoje é que no curto prazo não conseguiremos fazer grandes mudanças. A PEC 32, como está, não resolve o problema; na verdade, piora a situação. Não vejo a solução ali. Eu tenho trabalhado com Carlos Ari Sundfeld e Armínio Fraga, defendendo uma mudança muito mais estrutural no ponto de vista da própria estrutura de carreiras, da forma como os servidores estão distribuídos e estruturados na máquina pública.

Precisamos mudar um modelo operacional vigente, e isso requer um debate mais amplo do que o que está proposto na PEC 32, e até mesmo do que a atual preocupação do governo, que está mais focada em resolver a escassez de mão de obra no setor público brasileiro. Portanto, vamos debater e avançar nesse tema tão relevante para o país, mas precisamos fazê-lo com cautela e responsabilidade, entendendo que a mudança precisa ser estrutural e que tal transformação não acontece do dia para a noite.

Instituto Millenium

Tivemos a oportunidade de discutir o tema da reforma administrativa durante o último

governo, com a apresentação da PEC 32, e também devido ao fato de que vários estados realizaram suas reformas administrativas nos últimos anos, algumas delas com o seu suporte técnico, como consultora. O que você acredita que aprendemos após esses anos debatendo o assunto no âmbito público e no Congresso, bem como com essas experiências dos estados? Houve algum avanço, na sua opinião, em entender qual é o problema?

Ana Carla Abrão

Sim, com certeza. Temos exemplos meritórios, como foi o caso do governador Paulo Hartung, no Espírito Santo, que conduziu uma reforma administrativa significativa. Mais recentemente, o governador Eduardo Leite, no Rio Grande do Sul, também implementou uma reforma administrativa importante, revendo aspectos fundamentais da estrutura e todas as leis de carreira do Estado. Então, sim, temos situações que merecem destaque e aplausos, mas ainda são casos pontuais.

É claro, essas experiências indicam que é possível mudar! Não só é possível como também podemos ir mais longe se houver coordenação, isto é, apoio do governo federal, para estender a reforma aos 27 estados e mais de 5 mil municípios. Não tenho dúvida disso. Mas essa transformação exige prioridade na agenda política, algo que não parece ser o caso no momento, e precisa de coordenação a partir do governo federal. É uma agenda que demanda enfrentar algumas resistências e interesses bem estabelecidos, o que talvez explique parte do meu ceticismo em relação a essa agenda no curto prazo. No entanto, com o debate e ações pontuais, começamos a ganhar corpo e massa para que essa questão continue em pauta e, em algum momento, de fato se torne prioridade.

Instituto Millenium

Se você tivesse que listar duas ou três alavancas indispensáveis para aprovar uma reforma administrativa, quais seriam elas, em sua avaliação?

Ana Carla Abrão

Primeiramente, é crucial revisar o número de carreiras. Precisamos consolidar essas carreiras em três grandes grupos: atividades finalísticas, atividades meio, e eventualmente atividades vinculadas às funções típicas de estado. Não se trata necessariamente de rotular dessa forma, mas de consolidar essas mais de 300 carreiras no caso federal e, nos estados e municípios, igualmente na ordem de centenas. É preciso revisar todo o sistema de carreiras, aglutiná-las para que tenhamos um número mais administrável e permita harmonizar essas leis.

O segundo aspecto é a regulamentação do artigo 41 da Constituição, que aborda a Avaliação de Desempenho. Esta avaliação, na verdade, não existe em nenhum estado brasileiro. Há

quem alegue que essa avaliação já esteja em prática em alguns governos, mas são raríssimas as experiências de avaliação de desempenho no Brasil que realmente medem a produtividade dos servidores públicos. A avaliação de desempenho é um processo delicado, que requer a estruturação de um modelo muito bem planejado. Precisa ser primeiro implantado em projetos piloto, calibrado e harmonizado em toda a administração pública. Estamos muito longe disso, sem nem mesmo regulamentação da avaliação de desempenho, quem dirá a prática.

O terceiro ponto, e não menos importante, é a eliminação desses “penduricalhos” que temos na legislação, como férias de 60 dias, a possibilidade do servidor se candidatar sem perder o salário mesmo não estando em serviço, pedir licença para se candidatar com remuneração, e a aposentadoria como punição. Existem várias dessas aberrações, e acho que esse é o termo mais apropriado para esses excessos. Eles precisam ser retirados da legislação brasileira e do serviço público. Está mais do que na hora de extinguir esses elementos.

Instituto Millenium

É interessante perceber que as duas primeiras medidas que você mencionou não trazem necessariamente um ganho fiscal imediato. Portanto, essa discussão não se limita a reduzir custos. O que você pensa sobre isso?

Ana Carla Abrão

A reforma administrativa não deve ser pautada primariamente por uma perspectiva fiscal. Na verdade, a questão central é a eficiência do setor público, a qualidade dos serviços oferecidos e a equidade interna no tratamento dos servidores. É fundamental entender que a desigualdade salarial dentro do setor público muitas vezes supera a desigualdade de renda existente no país como um todo.

Não se deve esperar ganhos fiscais substanciais no curto prazo com uma reforma administrativa bem elaborada. Os benefícios prováveis viriam a longo prazo, através de melhorias na eficiência e possíveis reduções de custos decorrentes dessa eficiência elevada. No entanto, até mesmo essas economias são difíceis de mensurar com precisão.

O setor público brasileiro, em muitas áreas, está carente de investimentos e modernização. Isso se reflete nas condições de trabalho de muitos servidores e nas discrepâncias salariais, onde aqueles que atendem diretamente o cidadão muitas vezes recebem remunerações incompatíveis com a importância e complexidade de suas funções.

Ao discutirmos avaliação de desempenho, o cenário atual em que todos são avaliados positivamente e recebem bônus por bom desempenho é insustentável e contraproducente. É preciso estabelecer sistemas de avaliação que diferenciem o desempenho dos servidores, recompensando genuinamente aqueles que se destacam e garantindo que os padrões de serviço sejam elevados.

Em resumo, a perspectiva fiscal não deve ser o principal direcionador dessa discussão. Se o fizermos, corremos o risco de confundir um debate que já é complexo, dadas as circunstâncias fiscais em que o Brasil se encontra. E essa confusão poderia atrapalhar, ao invés de ajudar, os esforços de reforma administrativa.

Instituto Millenium

Dado que não há um ganho fiscal de curto prazo, pode ser complicado obter apoio das áreas fiscais de governo para a reforma administrativa. Como você foi secretária da fazenda em Goiás, seria ótimo ouvir sua opinião sobre isso. Você acha que é possível obter esse apoio, considerando que a reforma não trará retorno fiscal imediato? E você acha que a falta de apoio das áreas fiscais pode ser um impedimento para a aprovação da reforma?

Ana Carla Abrão

Eu acredito que a eventual falta de apoio das áreas fiscais não é o que está impedindo a reforma administrativa de avançar. O real obstáculo não está no impacto fiscal de curto prazo, seja ele presente ou não. A verdadeira barreira vem dos interesses corporativos muito bem estabelecidos dentro do serviço público.

A máquina do Estado brasileiro está, em muitos aspectos, capturada por interesses específicos, e qualquer reforma que mexa com esses interesses enfrenta reações vigorosas. No caso da reforma administrativa, a reação vem de dentro da própria máquina, mas não são apenas os servidores públicos que resistem às mudanças; há várias outras corporações em diferentes áreas que reagem da mesma forma.

Acelerar a aprovação de uma reforma administrativa é, portanto, um desafio monumental. Exige debates árduos, energia política, esforço, convencimento e diálogo, especialmente com as corporações que representam os interesses dos servidores públicos. É um debate que consome tanta energia, que é difícil colocá-lo na agenda do governo com a força necessária.

Para ter fundamento e consistência, a reforma administrativa precisa ser parte de uma agenda mais ampla do governo. Infelizmente, ainda não conseguimos colocar esse debate no topo da agenda, de modo que toda a energia necessária seja canalizada para avançar nessa direção. Governos anteriores introduziram projetos nesse sentido, mas nunca se empenharam verdadeiramente na luta. O governo atual parece seguir na mesma direção, não mostrando disposição para enfrentar uma batalha que exige energia e não se alinha com suas prioridades atuais para a área.

Cúpula dos BRICS: O Brasil não precisa aderir apenas a um ou outro bloco

A entrevista que se segue explora essas questões em profundidade, examinando os interesses estratégicos do Brasil, a possibilidade de diluição do poder dos membros atuais com a expansão, e a complexa dinâmica de trabalhar dentro de um bloco composto por regimes políticos diversos. Poggio oferece uma análise perspicaz e matizada que ajuda a contextualizar o momento atual dos BRICS e o que está em jogo na cúpula que tem início nesta terça-feira, 22 de agosto.

Carlos Gustavo Poggio

Carlos Gustavo Poggio, pesquisador em relações internacionais, professor do Departamento de Ciência Política do Berea College, em Kentucky, nos EUA; Ph.D. em Estudos Internacionais pela Old Dominion University. Ele é autor dos livros “Brazil, the United States, and the South American Subsystem” e “O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos”, além de ter publicado em dezenas de periódicos acadêmicos na área de relações internacionais.



Publicada em 23/08/2023

Instituto Millenium

Considerando a potencial expansão dos BRICS para países vistos como hostis ao Ocidente ou autoritários, como a possível adesão de nações como Irã e Venezuela, como isso poderia afetar os interesses estratégicos do Brasil e sua tradicional posição de articulador entre o sul global e os países desenvolvidos?

Carlos Gustavo Poggio

Primeiramente, é preciso entender que a expansão dos BRICS para outros países poderia levar à perda de um dos princípios do bloco, que é a ideia de exclusividade dos membros. Essa exclusividade é algo que importa para o Brasil, pois ajuda a elevar o perfil internacional do país, o tornando um ator global mais importante.

Para entender a motivação de cada país nos BRICS, é preciso ver que, por exemplo, a Índia buscou contrabalançar a China através de uma aproximação com a Rússia. A China, por sua vez, tem interesse em ampliar seu perfil internacional, e os BRICS cumprem um papel importante nesse sentido. Para a Rússia, os BRICS foram vistos como um bloco anti-Ocidente, algo que pode ser um problema se o bloco adotar uma postura muito anti-Estados Unidos.

A ampliação do bloco poderia transformar os BRICS em algo semelhante ao G77, da época da Guerra Fria, ou ao movimento dos não alinhados. Por um lado, tornaria-se um bloco muito mais amplo, mas diluiria o poder de países como o Brasil e a África do Sul. Sobre países hostis ao Ocidente, não acho que isso afetaria diretamente o Brasil, a menos que os BRICS adotassem uma postura muito anti-Occidental. Mas, a diluição do poder dos BRICS poderia trazer problemas em termos de representação e impacto.

Instituto Millenium

Muitos argumentam que o impacto tangível do BRICS no Brasil, em termos de comércio e cooperação, não é claro, especialmente quando comparado a outros blocos ou acordos, dos mais abrangentes, como a União Europeia, aos dedicados a assuntos específicos, como o recente Pacto de Proteção das Florestas Tropicais. Qual é sua avaliação dos benefícios diretos da participação brasileira nos BRICS?

Carlos Gustavo Poggio

A questão do impacto tangível dos BRICS no Brasil é complexa. O BRICS é um fórum, um grupo muito aberto, não uma aliança formal. O principal benefício para o Brasil é, em certa medida, elevar o perfil internacional do país. O Brasil é um país que está às margens do sistema internacional, mas é um poder regional e utiliza os BRICS para alavancar sua presença global.

Em relação a outros membros, a China, por exemplo, já teve o objetivo de ampliar seu perfil internacional através dos BRICS, mas agora o seu peso é muito mais importante, e a perspectiva chinesa mudou. A China talvez seja o país mais interessado em ampliar os BRICS, enquanto países como a África do Sul resistem à adesão de outros países.

Em resumo, os benefícios diretos da participação brasileira nos BRICS estão ligados principalmente à elevação do perfil internacional do Brasil. É um mecanismo que, embora não tenha o impacto tangível de blocos como a União Europeia, ainda serve aos interesses estratégicos do Brasil em termos de posição global. A expansão para incluir mais membros, no entanto, poderia diluir esses benefícios e alterar a natureza e os objetivos do bloco.

Instituto Millenium

Como o Brasil vê sugestões de substituir o dólar no comércio interno do bloco e qual seria o impacto real disso no fluxo comercial do país com os outros membros?

Carlos Gustavo Poggio

A ideia de substituir o dólar no comércio do bloco é uma abstração e algo muito difícil de se concretizar. A moeda não é simplesmente papel, ela representa a confiança, e o dólar ainda é importante por essa razão. Não vejo condições objetivas para a substituição do dólar nas dívidas de transação comercial entre os países do BRIC. Mesmo a utilização da moeda chinesa não me parece sustentável a longo prazo, especialmente considerando os sinais de problemas econômicos vindos da China.

Quanto à participação do Brasil nos BRICS, o bloco cumpriu o objetivo de reforçar a ideia do Brasil como um ator global. O Brasil não precisa necessariamente aderir a um ou outro bloco, e pode aproveitar a disputa entre a China e os Estados Unidos para obter benefícios. Uma política de enfrentamento à China ou aos Estados Unidos e União Europeia não nos interessa. É importante adotar estratégias políticas externas que considerem a realidade, como, por exemplo, não ignorar a China, nosso principal parceiro comercial. Os BRICS podem se encaixar nessa noção se forem usados de forma estratégica e inteligente pelo Brasil.

Instituto Millenium

O BRICS é composto por nações com regimes políticos diversos, desde democracias até regimes mais fechados. Qual é o impacto da participação brasileira em um bloco com essa diversidade de governança e como isso influencia a retórica doméstica adotada pelo governo brasileiro de defesa da democracia?

Carlos Gustavo Poggio

A participação do Brasil em um bloco com diversidade de governança, como os BRICS, não me parece um problema. Essa preocupação é mais comum na perspectiva norte-americana, mas até mesmo os Estados Unidos mantêm relações com países que não seguem estritamente os princípios democráticos.

No caso do Brasil, adotar uma visão idealista de política externa, em que valores morais são colocados acima de questões concretas e materiais, não funciona. Enquanto países desenvolvidos podem se dar ao luxo de subordinar sua política externa à defesa de valores como democracia e direitos humanos, o Brasil não pode. Claro, o país deve continuar defendendo esses valores, mas não deve permitir que interfiram de forma ideológica em suas relações.

Por exemplo, essa postura foi tentada com relação à China durante o governo Bolsonaro, sem trazer benefícios. Pelo contrário, foi percebido que não é viável entrar em conflito com nosso principal parceiro comercial. Portanto, eu não vejo problema nessa questão específica da participação em um bloco com tanta diversidade de regimes políticos.

Instituto Millenium

A recente polêmica envolvendo a presença do presidente russo Vladimir Putin na cúpula em Joanesburgo e a relação da África do Sul com o Tribunal Penal Internacional aponta para tensões diplomáticas no bloco. Como incidentes dessa natureza, envolvendo compromissos internacionais dos países membros com mecanismos multilaterais já existentes, podem influenciar a coesão e o futuro dos BRICS?

Carlos Gustavo Poggio

A participação do Brasil em um bloco com diversidade de governança, como os BRICS, A tensão relacionada à presença de Putin na cúpula de Joanesburgo e o compromisso com o Tribunal Penal Internacional não é algo novo. Essas tensões entre compromissos internacionais e os interesses dos países em desenvolvimento vão continuar existindo, independentemente da existência dos BRICS.

O desafio para os membros dos BRICS é construir uma narrativa favorável, levando em conta as diferentes posições no sistema internacional. Com a China ganhando destaque e mudando desde a criação dos BRICS, essas tensões e divergências de interesses dentro do bloco podem aumentar.

O futuro dos BRICS pode depender de como cada país percebe o benefício para si. Se os membros concluírem que o bloco não responde aos seus interesses, pode haver um gradual enfraquecimento e negligência desse grupo. Isso torna o encontro em Joanesburgo crucial para definir o rumo do bloco.

A questão da adesão de novos países também é complexa. Por exemplo, a África do Sul pode ser reticente em adicionar novos membros, já que perderia seu status único no continente africano. A proposta para novos membros poderia não colocá-los em pé de igualdade com os originais, e ainda não está claro se isso seria aceitável ou quais seriam as vantagens.

Em suma, as tensões diplomáticas não são novidade e continuarão a existir. A coesão e o futuro dos BRICS dependem de como os membros navegam nessas questões, e o encontro em Joanesburgo será vital para essa definição.

Arcabouço é inconsistente e incapaz de garantir estabilidade fiscal

O Brasil se depara com uma transformação significativa em sua estrutura fiscal com a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal, batizado pelo governo como “Regime Fiscal Sustentável”, que substituirá o Teto de Gastos em vigor desde 2016. A mudança legislativa, apoiada por 379 votos a 64 na Câmara de Deputados, exclui o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) das novas regras fiscais. Agora aguardando a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a legislação tem o potencial de remodelar a política econômica do país. Neste contexto, entrevistamos Marcos Mendes. Ele não poupou críticas ao Novo Arcabouço, considerando-o inconsistente e incapaz de garantir a estabilidade fiscal. Ele alerta para o perigo da expansão das despesas governamentais e a proposta de aumento da arrecadação como potenciais obstáculos para o crescimento da atividade econômica.



Marcos Mendes

Marcos Mendes, economista, é um dos criadores do Teto de Gastos. Doutor em economia e pesquisador associado do Insper.



Instituto Millenium

Em audiência pública na Câmara de Deputados, você indicou ser a favor da aprovação do arcabouço, apesar de apontar várias críticas. Poderia explicar a razão desse otimismo em torno da aprovação desse mecanismo?

Marcos Mendes

Não se trata de otimismo. Pelo contrário, acho o arcabouço inconsistente e incapaz de garantir estabilidade fiscal. O que eu falei naquela ocasião é que a decisão pelo uso desta regra estava tomada, então não adiantava perder tempo postergando a aprovação. Melhor aprovar logo e gastar o tempo do parlamento com a medida mais importante, que é a reforma tributária.

Instituto Millenium

A sua avaliação sobre o novo arcabouço estar ancorado em alta nas receitas e ter frágeis mecanismos de controle de despesas permanece? Se sim, que tipo de medidas o governo deveria apresentar para demonstrar capacidade de honrar o novo marco?

Marcos Mendes

Sim, permanece. O governo deixou a despesa crescer, não para de aprovar e propor novos gastos, muitos deles permanentes. A despesa dos doze meses terminados em junho, já descontada a inflação, está 10% acima da observada nos doze meses terminados em junho de 2022. Com isso, só faz aumentar o volume de receitas necessário para cumprir as metas de resultado primário.

O governo deveria ter mais comedimento na expansão das despesas. Deveria começar por repensar a política de aumentos reais para o salário mínimo, que não têm poder de chegar ao mais pobre e têm alto custo fiscal. Programas antiquados deveriam ser descontinuados, vinculações de despesas à variação da receita deveriam acabar, benefícios fiscais deveriam ser revistos.

Isso, contudo, conflita com os ideários do governo atual e dificilmente será feito. Resta a saída do aumento de receitas, mas na dimensão que está sendo proposto, esse aumento no nível da arrecadação de 2,5 pontos percentuais do PIB será um veneno para a atividade econômica.

Instituto Millenium

O governo assegura que a reforma tributária terá efeito fiscal neutro, mas precisa aumentar a arrecadação para cumprir com o Arcabouço Fiscal. Em sua opinião, o governo aumentará

a carga tributária ou recorrerá a outros procedimentos, considerando que já demonstrou abertura para usar práticas contábeis questionáveis?

Marcos Mendes

Na reforma tributária, o compromisso é que a CBS e o IBS, que substituirão PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, não arrecadarão mais do que esses impostos atuais. Haverá um período de transição em que a alíquota da CBS e do IBS será calibrada para chegar a essa neutralidade. Acredito que este compromisso será cumprido, até porque haverá a participação do Senado e do TCU na calibragem da alíquota.

Em paralelo, o governo está correndo atrás de receitas, propondo aumentar a tributação sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas, bem como sobre o patrimônio, seja propondo tributos novos, seja fechando brechas jurídicas ou procurando induzir o pagamento de tributos sob contestação no CARF.

O quanto o governo vai conseguir de receita com essas medidas, vai depender da disposição do Congresso para aprovar aumentos de tributação ou do processo decisório do CARF e do efetivo resultado das ações judiciais sobre a arrecadação.

Tenho dificuldade de ver o governo conseguindo toda a receita necessária com as propostas já anunciadas. E temo que a tramitação dessas medidas arrecadatórias acabe atrapalhando a aprovação da reforma tributária.

Mas milagres acontecem de vez em quando: se no ano que vem o preço do petróleo e das commodities agrícolas subir muito, a arrecadação crescerá, como ocorreu em 2021 e 2022, ajudando a fechar a conta. Contudo, essas são variáveis exógenas, fora do controle das autoridades fiscais.

Instituto Millenium

A promessa do Teto de Gastos com a transparência de escolhas e prioridades foi cumprida?
O que esperar do Arcabouço Fiscal quanto à priorização dos gastos públicos?

Marcos Mendes

O teto de gastos aumentou de fato a transparência das escolhas orçamentárias. Acabou com o truque de superestimar a receita para dizer que havia mais espaço para aumentar despesas. Permitiu uma forte queda da taxa de juros paga pela dívida pública, ao oferecer um horizonte de estabilidade fiscal. Permitiu o gradual retorno das contas para o azul, e teve flexibilidade suficiente para autorizar gastos emergenciais durante a pandemia.

Contudo, o teto não resistiu à realidade política. O sistema político-eleitoral brasileiro

e nossas instituições favorecem a escolha de um nível elevado de despesas, com muita preocupação em extrair renda do Estado no presente, e pouca preocupação com as consequências disso para o futuro.

Eu jamais imaginei que, à luz do dia, os políticos seriam capazes de cortar dotações de saúde e previdência para aumentar emendas parlamentares e financiamento de partidos. E foram capazes!

Não é por acaso que temos a mais alta taxa de juros real do mundo, um crescimento pífio e o acúmulo de mazelas sociais.

A ideia de substituir o teto por uma nova regra fiscal veio no âmbito da PEC da Transição, aquela que, de uma só vez, aumentou a despesa pública em 2% do PIB e determinou o fim do teto, após várias outras PECs terem criado furos no teto. A nova regra proposta por aquela PEC foi apenas uma forma de sinalizar que se estava detonando a despesa hoje, mas que amanhã haveria ajuste. Ou seja, algo pouco crível desde a origem.

E, de fato, o arcabouço honrou a sua origem: é uma regra complexa, que não estabiliza a dívida pública e joga enorme carga tributária sobre a sociedade enquanto a despesa cresce à vontade. A sua complexidade parece ter o propósito de esconder que, no fundo, a nova regra também é um teto de gastos (ainda que frouxo). Seria muito mais simples manter o teto e aumentar a taxa de crescimento real da despesa de zero (como era no teto original) para um valor positivo.

Instituto Millenium

Você já indicou que o Arcabouço Fiscal é uma regra complexa. Essa complexidade do arcabouço fiscal pode ser interpretada como uma fragilidade ou uma abertura para interpretações criativas?

Marcos Mendes

À medida que ficarem patentes as dificuldades para cumprir as metas fiscais, vão certamente surgir as interpretações criativas. Na verdade, já estão surgindo manobras. A que mais me preocupa é a notícia de que o Ministério da Fazenda vai “acertar” com a Petrobras a desistência de processos no CARF e o pagamento de R\$ 30 bilhões. Ora, temos o acionista controlador prejudicando os minoritários para fechar as contas do governo. Triangulações entre Petrobras, bancos públicos e o Tesouro estiveram no cerne da contabilidade criativa da década passada. Parece que esse jogo vai recomeçar.

Outras medidas já estão aparecendo: sem dar uma explicação sequer, o Ministério do Planejamento pediu para tirar da meta do déficit das estatais o valor de R\$ 5 bilhões. A Secretaria do Tesouro fala em transformar precatórios, uma típica despesa primária, em despesa financeira, para não pressionar o déficit primário. A transferência de saldo do PIS/

PASEP para o Tesouro, que pelas regras contábeis consagradas não deveria ser registrada como receita primária, está sendo considerada como tal. Uma devolução de depósitos judiciais da Caixa para o Tesouro, que nem tem valor apurado, já consta como receita de R\$ 12 bilhões nas contas da STN.

Nosso problema educacional é conseguir aprender com os próprios exemplos

Nesta entrevista, o professor Ricardo Paes de Barros aborda a preocupante dicotomia presente na educação pública brasileira, na qual coexistem escolas de alta performance e outras que se atolam em padrões medíocres. Sua observação incisiva foi: “Nosso grande problema educacional é conseguir aprender com os próprios exemplos”. Para ele, o cerne do desafio está em propagar as melhores práticas às instituições que mais precisam. Ele também salientou a ineficiência dos gastos na educação pública brasileira, utilizando o exemplo do Ceará. Mesmo recebendo menos recursos que a maioria dos estados, o Ceará tem demonstrado progressos notáveis na qualidade da educação infantil.



Ricardo Paes de Barros

Ricardo Paes de Barros é economista e um dos mentores por trás do programa Bolsa Família. Atualmente, ocupa o cargo de professor no Insper, coordena a Cátedra do Instituto Ayrton Senna e é membro do Conselho Acadêmico do Livres.

Instituto Millenium

A publicação dos resultados mais recentes do censo demográfico indica uma possível diminuição da demanda por recursos educacionais, devido à transição demográfica. Além da redução na necessidade de escolas e professores, quais impactos secundários e terciários dessa transição devemos considerar? Essa mudança poderia nos levar a priorizar a qualidade da educação em vez de simplesmente garantir o acesso aos serviços educacionais?

Ricardo Paes de Barros

A queda no número de alunos é iminente por dois motivos principais. O primeiro é a própria mudança demográfica, e o segundo é a redução na defasagem de séries e a diminuição do índice de repetência e abandono escolar. Com isso, muito em breve teremos uma queda do número de alunos nas séries iniciais, o que pode levar a turmas menores e, conseqüentemente, à necessidade de menos professores. O benefício é que turmas menores tendem a favorecer o aprendizado.

No entanto, um desafio que se apresenta é que, nos últimos anos, enviamos ao mercado a mensagem de que havia uma grande demanda por professores. Como resultado, temos formado um grande número de professores, especialmente em cursos oferecidos pela iniciativa privada. Se essa tendência de formação não diminuir em resposta às mudanças demográficas e à melhoria do fluxo educacional, o Brasil pode enfrentar uma superabundância de professores no mercado de trabalho.

Instituto Millenium

Sabemos que a qualidade da educação não depende somente da disponibilidade de recursos tecnológicos, mas sobretudo da qualidade dos professores. Atualmente, há desafios na formação de docentes no Brasil. O que acredita ser mais crucial para melhorar a educação no curto prazo: otimizar os mecanismos de recrutamento e seleção de professores, visando atrair e selecionar melhores quadros para a docência, ou reformar o sistema de formação docente em universidades públicas e privadas?

Ricardo Paes de Barros

Na verdade, a dinâmica da educação está em transformação. Há algumas décadas, o professor era a principal fonte de informação para o aluno. Agora, com a vasta disponibilidade de informações online, o papel do professor evoluiu para ajudar os alunos a sistematizar e interpretar informações de qualidade. Este é um grande desafio, principalmente para os professores mais antigos que foram formados sob um modelo pedagógico diferente.

Contudo, o que me preocupa mais é a qualidade dos futuros professores. Se olharmos para os indicadores, como as notas no ENADE e no ENEM, percebemos que os cursos de licenciatura e pedagogia não atraem os talentos mais destacados, o que é fundamental para

garantir uma educação de qualidade. Em países com sistemas educacionais mais efetivos, a carreira docente é uma das mais prestigiadas do mercado de trabalho, atraindo indivíduos altamente qualificados.

Em minha avaliação, para transformar este contexto, investir na melhoria dos mecanismos de recrutamento e seleção de professores é crucial. Se conseguirmos atrair pessoas talentosas para a profissão, a formação subsequente tende a ser mais eficaz. Cito o exemplo do ITA, minha alma mater, onde a seleção rigorosa é o grande segredo do seu sucesso educacional. Organizações como o Ensina Brasil estão tentando atrair esses talentos para a docência, e precisamos de mais iniciativas como essa.

Instituto Millenium

Com estados como o Ceará usando incentivos do ICMS para premiar municípios com melhores resultados educacionais, como poderíamos aprimorar essa abordagem? Além de incentivos financeiros, não deveríamos ter penalidades claras para redes educacionais sem progresso? Como, em sua visão, podemos equilibrar incentivos positivos com possíveis penalidades, como a perda de autonomia de gestão?

Ricardo Paes de Barros

A abordagem do Ceará é um ótimo exemplo de como incentivos positivos podem promover avanços na educação. No entanto, no contexto mais amplo do federalismo brasileiro, acredito que ainda temos espaço para ampliar e diversificar esses incentivos, antes de pensarmos em penalidades. É crucial compreendermos a importância dos incentivos como ferramentas de melhoria. O atual marco legal já nos oferece uma variedade de possibilidades que ainda não foram exploradas em sua totalidade. Antes de avançarmos para discussões sobre penalizações, devemos nos concentrar em otimizar e expandir os incentivos positivos, garantindo que eles alcancem e beneficiem o máximo possível de municípios e estados.

Instituto Millenium

A rede privada brasileira de educação atende, em sua maioria, alunos de maior capital cultural e social e apresenta bons resultados. Considerando o sucesso educacional de cidades no Piauí e Ceará, que trabalham com comunidades de baixo capital social e cultural, você acredita que a iniciativa privada poderia alcançar melhores resultados se responsabilizando por esse público, comparativamente ao setor público?

Ricardo Paes de Barros

De fato, há muito a aprender com ambas as redes, privada e pública. No entanto, no Brasil, nunca desafiamos a rede privada de maneira substancial a atuar em regiões de baixo capital

cultural e social. Não vimos essa rede ser responsabilizada por proporcionar educação de qualidade para crianças de famílias e bairros pobres e alcançar resultados tão expressivos quanto os observados em áreas do Piauí e do Ceará. Existem algumas iniciativas isoladas, como o Programa Impacta, que sinalizam esforços neste sentido, mas elas são pontuais.

Em países como o Peru, houve uma verdadeira convocação do setor privado, que respondeu positivamente. Lá, empresários educacionais propuseram dar mais com menos e conseguiram. No Brasil, para replicar algo assim, precisamos de empresários dispostos a enfrentar os desafios educacionais não apenas em grandes centros, mas em todo o país. É um desafio gerencial enorme, mas potencialmente recompensador. O verdadeiro teste é verificar se temos empresários dispostos a assumir essa responsabilidade e se eles conseguirão entregar os resultados esperados.

**Confira outras entrevistas
e os artigos aqui:**







institutomillenium.org.br



[@milleniuminstituto](https://www.instagram.com/milleniuminstituto)



[@instmillenium](https://twitter.com/instmillenium)



Instituto Millenium



Instituto Millenium



Instituto Millenium